
NAÇÃO E DEFESA



ANO VI — N.º 21 — JANEIRO - MARÇO DE 1982
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL



DIRECTOR

General ALTINO AMADEU PINTO MAGALHÃES
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção:

Coronel Silva Carvalho, Capitão-de-mar-e-guerra Ferreira da Costa,
Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho, Tenente-coronel Silva
Ramos, Tenente-coronel Oliveiros Martins (secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	40\$00
Preço de venda avulso	50\$00

EDITORIAL	5
SOBRE O CARÁCTER NACIONAL OU PARA UMA «EXPLI- CAÇÃO» DE PORTUGAL — ENSAIO	11
<i>Maria de Lourdes Belchior</i>	
DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA	33
<i>Magalhães Mota</i>	
REGIONALIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO ...	45
<i>José da Silva Peneda</i>	
O PODER E O ESTADO: A NECESSIDADE DE ASSUMIR A POLÍTICA	61
<i>Francisco Sarsfield Cabral</i>	
A ADEÇÃO ÀS COMUNIDADES EUROPEIAS E O SISTEMA ECONÓMICO PORTUGUÊS	79
<i>Paulo de Pitta e Cunha</i>	
POTENCIALIDADES DA INDÚSTRIA NACIONAL PERANTE A DEFESA NACIONAL	89
<i>Pedro Ferraz da Costa</i>	
RELAÇÕES ENTRE A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA	111
<i>Abel Cabral Couto</i>	
O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO MILITAR NO EXÉR- CITO PORTUGUÊS (I)	129
<i>Maria Carrilho</i>	
A DEFESA NO MUNDO	147
<i>Redacção</i>	

EDITORIAL

EDITORIAL

1. *O presente número da NAÇÃO E DEFESA inclui um artigo subordinado ao tema «CARÁCTER NACIONAL». O seu objectivo é o de procurar determinar quem somos nós, os portugueses, como entidade colectiva. Trata-se de um ensaio. O método escolhido foi o da indagação de escritores nacionais, romancistas, ensaístas e poetas, através da análise das suas obras. O facto de a autora do artigo ser professora, ilustre, de Literatura Portuguesa, não é estranho à escolha deste método.*

2. *Por carácter nacional deve entender-se tudo aquilo que constitui, intrinsecamente, a maneira de ser e de estar de um povo, o que lhe é peculiar, o que tipifica os seus modos de sentir, de pensar e de agir. Por outras palavras, carácter nacional é aquilo que reflecte o comportamento colectivo de um povo, ao longo da sua história, em termos de génio, de índole, de feitio, de hábitos, de força de alma, de firmeza, de patriotismo, de lealdade a princípios, de religiosidade, de coerência dos seus actos.*

3. *Não é tarefa fácil determinar o carácter nacional. Não pode ser avaliado apenas por simples extrapolação do carácter individual dos cidadãos nacionais, porque se trata, de facto, de algo especificamente diferente.*

Por outro lado, o carácter nacional não é imutável, Adapta-se às circunstâncias históricas que moldam a vida dos povos; a alteração do meio físico-geográfico, o desenvolvimento socioeconómico, a evolução política, são alguns dos factores que podem citar-se como intervenientes em ajustamentos do carácter nacional; e também a acção de chefes carismáticos, a acção das elites, a ocorrência de grandes acontecimentos na vida das nações, são

outros factores que lhe podem imprimir, conjunturalmente, sensíveis marcas.

4. Daqui o interesse e a importância que representa a avaliação do carácter nacional, inclusivamente porque, podendo ser moldado, reforçado ou enfraquecido, por circunstâncias conjunturais, não pode deixar de merecer a necessária atenção no estudo e na preparação da defesa nacional. Camões diz-nos, a corroborar a importância dos cuidados que deve merecer o carácter nacional, que «o fraco rei faz fraca a forte gente» e também que «com o rei se muda a gente».

5. O artigo publicado neste número poderá dar uma imagem desfavorável, negativa, de nós próprios. Porém, como nele expressamente se refere, não se pretendeu esgotar o tema com a inquirição que foi feita. Apenas se procedeu à exploração de uma via de aproximação considerada pertinente. Muitos outros caminhos podem e devem ser ensaiados. A NAÇÃO E DEFESA convida os seus leitores a interessarem-se por esta importante matéria e põe as suas páginas à disposição, para publicação dos trabalhos que queiram apresentar.

6. Entretanto, temos a consciência de que, como portugueses, somos melhores do que o mau perfil que se poderá recolher da indagação de alguns dos autores que foram consultados. Não somos nem «os cafres da Europa», nem tão-pouco os «bêbedos», os «aldrabões» ou os «sujos». E muito menos somos ainda, como povo, os «exploradores de tudo menos do trabalho». Foi com trabalhos e sacrifícios, sem par na vida de outros povos, que fizemos abnegadamente, nas sete partidas do mundo, obra de que muito justamente nos podemos orgulhar.

O perfil negativo, que alguns escritores nacionais reflectem nas suas obras, tem por base muitos dos traumatismos decorrentes das angústias produzidas no nosso país em períodos de graves crises nacionais. Este facto não pode ser esquecido, como elemento correctivo, pelos que lerem esses autores. Se «entre os portugueses, traidores houve algumas vezes» e se houve também

outras degradações de comportamento, que nem são exclusivas de portugueses, isso não pode permitir generalizações na definição do carácter nacional.

Mas, atenção, os tempos que estamos a atravessar, de continuadas e assanhadas lutas político-sociais, que exacerbam antagonismos, desenvolvem egoísmos e destroem a solidariedade entre os portugueses, não são de molde a perspectivar um futuro tranquilizador. Impõe-se, para bem do País que somos, meditar nesta situação e adoptar a tempo as medidas que lhe ponham cobro, evitando situações de maior gravidade.

IDN, Março de 1982

SOBRE O CARÁCTER NACIONAL
OU
PARA UMA «EXPLICAÇÃO» DE PORTUGAL
ENSAIO

Maria de Lourdes Belchior

SOBRE O CARÁCTER NACIONAL
OU
PARA UMA «EXPLICAÇÃO» DE PORTUGAL

ENSAIO

De vários e desvairados modos se poderia intitular este *ensaio*. Ensaio no sentido rigoroso da palavra, no sentido de experimentação com ingredientes vários até obter resultados significativos. Tal como se faz em química. Tal como se faz em poesia. *Lágrima de preta* de António Gedeão é um exemplo. Até nos poderia servir para, frontalmente, abordarmos logo uma das linhas de rumo do modo português (se é que existe um modo português), de *ser e estar no mundo*. Ensaio *sobre o carácter nacional, sobre o enigma português, sobre que povo nós somos, os portugueses? De elementos fundamentais da cultura portuguesa ou estudos do carácter nacional português e personalidade do povo português* se poderia intitular a *indagação* a que queremos proceder. Indagação que se poderia orientar em determinados sentidos e situar-se neste ou naquele âmbito. Tento explicar-me: a *indagação* poderia, por exemplo, orientar-se no sentido de procurar e caracterizar o significado do *sebastianismo*, desde o desaparecimento do Rei, à *Mensagem* de F. Pessoa; poderia orientar-se no sentido de estudar *introduções* significativas à História de Portugal, como as de Oliveira Martins, Jaime Cortesão e António Sérgio e o seu comentário crítico feito por O. Ribeiro; poderia orientar-se no sentido de interrogar certas obras de cultura, com vista a esboçar um retrato do homem português; poderia trilhar caminhos de inquirição e análise sociológicas e interpretar os seus resultados. Acontece que não sou nem socióloga nem antropóloga. O meu ofício de professora de Literatura Portuguesa leva-me a ler textos de autores portugueses que podem ser interrogados com intenção de neles procurar elementos característicos do *modo português de ser e estar no mundo*. Sou por dever de ofício leitora de obras seiscentistas, visto ser especialista do barroco literário peninsular, e amadora de leituras de autores contemporâneos. Nesta última perspectiva, a leitura de alguns romancistas de hoje despertou-me para a verificação de uma espécie *de*

consciência de crise e demanda de uma identidade. Começemos por aqui. Interroguem-se *alguns romancistas portugueses contemporâneos*, que parecem identificar-se com uma consciência de crise ou, pelo menos, a põem de manifesto nas suas obras; assim *Os Lusíadas*, romance de Manuel da Silva Ramos e de Alface (de 1977); *Portuguex*, de A. Silva Carvalho (de 1977); *Signo Sinal*, de V. Ferreira (de 1979) e *Lusitânia*, de Almeida Faria (de 1980). Repare-se, para começar, nos títulos de algumas destas obras de ficção, todos relacionados ou relacionáveis com Portugal, como tema (os *lusíadas*, *portuguex*, *lusitânia*). Mas antes de entrar em contacto com estas obras, esboce-se primeiro o *roteiro* que vamos seguir nesta viagem de inquirição sobre o *modo português de ser e estar no mundo*.

Depois dos romancistas, alguns *ensaios* ou páginas de índole ensaística, saídos da pena de autores contemporâneos: *O Labirinto da Saudade (Psicanálise Mítica do Destino Português)*, de Eduardo Lourenço (1978); *Repensar Portugal*, de Manuel Antunes (1979); e *Ensaios sobre a crise nacional*, de Vasco Pulido Valente (1980).

De dois *diários*, de índole e estilo muito diferentes — *O Diário* de Miguel Torga (12 vols.) e *Conta Corrente* de V. Ferreira (2 vols.) —, algumas posições e definições referentes ao que somos, como povo, nós os portugueses.

Poderíamos restringir a *inquirição* a autores contemporâneos e, por confronto, aos autores da geração de 70 que testemunham duma *crise de identidade*, despoletada, mais tarde, em virtude do *Ultimatum*. Este confronto seria fecundo, mas poderia apenas pôr em relevo os elementos que, em situação de crise, são de certo modo acidentais. Ora não nos interessa detectar um modo de ser colectivo, comportamentos reveladores de um carácter nacional, despoletados por acontecimentos traumáticos (*Ultimatum*/revolução de Abril de 1974). Interessa-nos captar, caso exista, um carácter nacional que, ao longo dos séculos, se tenha revelado nas mais variadas circunstâncias. Por estas razões, intentamos uma pesquisa que parte *de hoje* e vai recuando no tempo, em demanda de elementos característicos da cultura portuguesa, elementos típicos do carácter nacional português. Fernando Pessoa e a sua *Análise da vida mental portuguesa*, assim como muitos dos textos reunidos com o título *Sobre Portugal — introdução ao problema nacional*, serão paragens obrigatórias do nosso inquirir.

António Sérgio, Teixeira de Pascoais, Fidelino de Figueiredo e alguns mais podem, embora de passagem, contribuir para a caracterização da problemática nacional. Do mesmo modo Oliveira Martins, Antero, Eça,

Ramalho, entre outros, dar-nos-ão a imagem que a geração de 70 tem de Portugal. Recuando sempre na demanda das raízes dos conceitos de «pátria portuguesa» e «carácter nacional» poderemos analisar o pensamento de certos autores seiscentistas, designadamente Vieira, Duarte Ribeiro de Macedo, Severim de Faria, o autor anónimo da *Arte de Furtar*, Luís Mendes de Vasconcelos, Tomé Pinheiro da Veiga que escreveu a *Fastigimia*, etc. Se o tempo nos sobrasse, poderíamos investigar na literatura de viagens (séc. xvi - xviii) o retrato dos portugueses, como povo, tentando verificar em que medida tem razão João Medina ao escrever, categórico, *Não há Utopias Portuguesas*. Esta pesquisa das raízes poderia prolongar-se pelo Cancioneiro Geral de Garcia de Resende (publicado em 1516), onde latejam comportamentos e modos de ser típicos talvez do português; e chegar até às Cantigas de amigo e às de escárnio e mal dizer, onde também talvez se adivinhem maneiras de ser características do português. Outro percurso a seguir, e que nos levaria longe, seria o da literatura de estrangeiros sobre Portugal (para este propósito o catálogo, em dois grossos volumes, da biblioteca de José Duarte de Sousa oferece pistas e materiais muito ricos (cf. Catálogos da Livraria Duarte de Sousa, 2 vols. — séc. xv - xvii e séc. xix e xx, Lisboa 1972).

Depois de percorrermos os pontos mais significativos do itinerário esboçado, será fecundo cotejar os dados recolhidos com os elementos que Jorge Dias considerou fundamentais da cultura portuguesa, capazes de contribuir para uma definição do carácter nacional português. Para este cotejo interessa, pois, não só o ensaio de Jorge Dias intitulado *Os elementos fundamentais da Cultura Portuguesa* (Agência Geral do Ultramar, Lisboa 1960), posteriormente reelaborado e reeditado sob o título de *Estudos do Carácter Nacional Português* (Junta de Investigações do Ultramar — Estudos de Antropologia Cultural n.º 7, Lisboa, 1971). Interessam também outras obras como *Reflexão* (sem data) de Agostinho da Silva; *o Enigma Português* de Cunha Leão, (1960); *Paisagem Social Portuguesa* de Domingos Monteiro (1944); *O Espírito da Cultura Portuguesa* de António Quadros (1967).

Mas seria tentar fazer caber o Rossio na Rua da Betesga querer analisar na perspectiva em que nos empenhamos — a de uma definição do carácter nacional — todas ou a maioria das obras citadas.

Começemos pela novelística contemporânea, em especial pelas obras já aludidas. De *Os Lusíadas*, romance de Manuel da Silva Ramos e de

Alface, se pode dizer que é uma obra, de certo modo, surrealista, densa e tresloucada nas alusões que se detectam ao longo das suas 443 páginas. Palavrão e mais palavrão, alusões, nomes de autores e obras (João Gaspar Simões, Ropica pneuma, etc.) constituem-se como uma espécie de charada, às vezes decifrável («sabem que sempre é alí o Campo Pequeno adentro de cujas e táureas portas, em tantas e tantas cornadas de consagração a juventude nacional pediu messas ao meio» — pg. 101). O romance começa na página 77 mas tanto podia começar nela como em qualquer outra, visto não ter começo. Nomes como o do Cavaleiro de Oliveira (pg. 115); frases como esta «eu nunca mais abrirei a carta pode ficar descansada escapou vestido de legionário eu nunca mais o vi pode crer era um tipo porreirinho da posta um português suave» (pg. 130) ou «essa linha Imaginot da literatura portuguesa: *Os Lusíadas*» (pg. 133) — frases sem aparente nexos constituem o tecido do livro. Alude-se a um portuguesito, um maluquito (pg. 139) e diz-se de *Os Lusíadas* que «são o primeiro livro falhado da literatura portuguesa» (pg. 139 e que *Os Lusíadas* servem-se de todo o silêncio da literatura portuguesa anterior para elevar a palavra à sua suprema unção (pg. 140), o que é nitidamente uma «charge» de certas banalidades da crítica. Há páginas que são a sátira da *Peregrinação* de F. Mendes Pinto, dos *Lusíadas*, de sessões literárias (pg. 163). De vez em quando, no meio de uma espécie de ganga e entulho, frases que parecem ser significativas: «Sobolos rios que vão deixemo-los ir. Passemos esquecendo a cera e os ouvidos, a cara e o alfabeto, a pátria e o padrão, a cidade têxtil e o texto, passemos com a surpresa só de estarmos enjoados da nossa própria serenidade» (pg. 185). Alusões, distorções, aleijões, etc., parecem pressupor uma espécie de «esquizofrenia» (pg. 239) em que, repercutindo o título *os lusíadas*, se retratasse algo ou um alguém colectivo.

Adivinha-se através de palavras e frases (patriotismo derreado — pg.300), portugalos (pg. 320), Castiglione no Cortegiano aduro estravés da mulher que se vê Deus (pg. 355). Ex-voto (pg. 375) que o romance é uma espécie de sátira do mundo da cultura (?) e do português; a ironia espelha-se em: «se pudéssemos um dia escolher um insecto ou animal que correspondesse sem alambre nem fiambre ao carácter português esse seria sem dúvida alguma o escaravelho» (pg. 391); ou ainda no período que começa «gramática definitiva da língua portuguesa», etc. (pg. 399-400); ou ainda «O nevoeiro é uma espécie de memória colectiva da Humanidade Portuguesa, e como tal,» etc. (pg. 407). Faz-se aqui a caricatura de certo de tipo de ensaísmo, frouxo e vago,

pretencioso e sem nexos; significativa a apóstrofe que começa «Lusitânia, Lusitânia, etc. (pg. 421), significativo também o texto ao Retornado (pg. 427); testemunho da mesma ironia o começo da Errata da pg. 436: «A história portuguesa é uma anedota contada por um surdo mudo a uma família de saltimbancos».

É o reino do inverosímil, do não-sentido (?), de uma prosa suicida e tresloucada. *Os Lusíadas* ou os *anti-Lusíadas?* (romance? anti-romance?)

Portuguex, de Armando Silva Carvalho, tem como subtítulo *Romance esquizo-histórico*. Na floresta dos imprevistos, nas sátiras subjacentes desta prosa «*esquizo-histórica*» podem detectar-se alguns elementos que pareçam definidores do *portuguex*. *Portuguex* é uma empresa que tem um produto a publicitar; *portuguex* é um produto a colocar surrealisticamente. As caricaturas de *portuguex* surgem inesperada e inopinadamente. *Portuguex* «parece-me ser uma empresa agradável apesar de a conhecer muito superficialmente. *Portuguex* é uma empresa muito genuína». (pg. 138).

Aparecem alusões à geira lusitana, ao povo português (pg. 30). Cito só um passo: «muito nos ensinam esses grandes mestres de oratória que são os feirantes de unguentos milagrosos. Ao ouvi-los o povo português sofre o seu baque cardíaco; encosta-se ao sentir que lhe sobe das veias e morre no olhar para se entorpecer deleitado com tanta utopia à mão de semear e logo recolher... Somos um povo de pechinheiros costumava dizer o meu velho mestre, agora reformado» (pg. 31). A sátira, «sui generis», alonga-se por muitas páginas.

Transcreva-se uma outra amostra: «Na cama sempre feita deste país com sono, um dia acordou-se em reboição. As tropas puseram-se a escutar, vindos do alto, os sagrados deveres do mecenato e da revolução. Vai um tirinho, freguês? Pois é nesta feita que iremos colocar o produto» (pg. 32). É inequívoca a intenção esquizo-histórica-satírica e o produto *Portuguex* que Alviela (o protagonista?) quer colocar, destina-se «assim para nove milhões mais coisa, menos coisa» (pg. 56); o Memorandum para imagem proposta refere as viagens dos portugueses e o dinheiro emprestado (pg. 107) pelos banqueiros alemães e italianos e no Auto da Mocidade há passos e passos mordazes e sarcásticos (sempre fomos um povo sentimental e lírico, pg. 126). «Camões pensou? Não, amou a Pátria. Delirou com a Pátria» (pg. 127).

Dir-se-ia que uma espécie de *trauma* desencadeia aos borbotões, numa como que denúncia colectiva e em termos de quase loucura, os males, os tiques e os estigmas de um povo, o povo português. De mistura com elementos

mais ou menos correntemente assinalados, lirismo, saudosismo, etc., outros (acidentais?) se encontram disseminados nas obras (esquizo quê?) de alguns autores portugueses, recém-publicados.

Casos diferentes são os de Vergílio Ferreira e Almeida Faria.

Em *Signo Sinal* de Vergílio Ferreira há entretrecidos com outros aspectos ou episódios, descrições de grupos, de partidos, de programas políticos, de comícios, tudo eivado de uma ironia que não dá imagem favorável da «pátria portuguesa» e em particular da revolução de Abril 74 (pg. 19-20; 82, 179, 180, etc). Estas imagens agravar-se-ão em *Conta Corrente I* (1.º volume de um *Diário* que vai de 1969 a 1976) e que adiante abordaremos.

Lusitânia de Almeida Faria abre com uma palavra de Eça (de *Os Maias*); «pátria para sempre passada/memória quase perdida».

Escrito, em estilo epistolográfico, o romance, que inclui alguns relatos e monólogos, reproduz, sobretudo, a repercussão do 25 de Abril numa família alentejana de Montemínimo. Por mais de uma ocasião há oportunidade de críticas significativas, explícitas ou implícitas. Assim, faz-se menção de lamúria lusíada (pg. 18), de chavões nacionais (pg. 23) e do que cá nesta terra se passa: «o povo á solta sem trabalhar, pelas ruas a vadiar, a festejar a liberdade, a preparar um primeiro de Maio de estalo. Todos se acham importantes...agora é a hora do trespasse» (pg. 66). Há, de vez em quando, desabafos que são uma espécie de radiografia, assim Lisboa é «capital da patetice, da chatice adormecida por dois séculos de burguesia estéril, por alguns mais de fidalguia estática de papo para o ar a receber rendimentos do chamado ultramar, desse além-mar-em África» (pg. 71). Lisboa é ainda «transatlântico há quatro séculos enalhado...decadente capital» (pg. 78). Capital de esterilidade que se abandona, como alguém o fez, sacudindo o pó para «nem pó português levar consigo, tanto pó à pátria ingrata tinha» (pg. 86). A ironia insinua-se amarga em frases deste tipo: «Estamos, o país interino e cada um de nós mesmos, naquele engano de alma lego e cego que o O. G. E. não deixa durar muito» (pg. 88) ou então explode em caracterização quase barroca (pg. 103), ou ácida quando faz referência, por exemplo, a «jornais de atrasados mentais, bajuladores do poder» (pg. 104). A descrição da geral mediocridade do país é feita nestes termos: «Neste meio acanhado, isolado, circuito fechado onde funcionam sempre os mesmos figurões com periódica mudança de máscaras para enganar o parceiro ou para darem a ilusão de serem gente» (pg. 105). O pessimismo agrava-se: «A corrupção dantes era de poucos a comerem

muito, hoje são muitos a comerem o mesmo... É inútil tentar lutar contra esta maré de oportunistas, golpistas, safados sem vergonha» (pg. 113).

Dir-se-á que se trata de juízos de valor, aplicados, sobretudo, à época do Prec (Processo revolucionário em curso). Mas afigura-se que o trauma afinal só serve de estímulo; o juízo de valor, latente, irrompe, a propósito e também a despropósito. É o caso daquele «povo desempregado desde Vasco da Gama, chegando de novo ao inultrapassável Cabo Não» (pg. 164) que se aparenta com os versos de F. Pessoa - Álvaro de Campos: «Pertença a um género de portugueses/que depois de estar a Índia descoberta/ficaram sem trabalho (cf. O opiário), «País de opereta onde nascemos» (pg. 163), «fome secular desse país» (pg. 168), «terra tristíssima» (pg. 170), «povo exausto que alguns acham deu o que tinha a dar» (pg. 140), «país decadente esquecido na Europa, sem recursos alguns» (pg. 141) são maneiras de aludir ao país sem salvação: «não existe safa nesta nave perdida» (pg. 135); «nesta nave furada, cheia de buracos que é Portugal» (pg. 140). Ao referir um juízo apressado de turistas (les portugais sont toujours gais) o romancista comenta: «dizia um turista que não nos conhecia. Se conhecesse fugia a sete pés, tão perigosa é essa doença, o *desespero*, tão pegajosa, contagiosa, peganhenta, espécie de lepra por dentro» (pg. 151). E já no final do romance, transferindo, do presente e acidental para o permanente, um juízo de valor, escreve: «Agora volta a vir ao de cima o nosso *secular cepticismo, indiferença, fatalismo*, transformando em gesto nacional o encolher de ombros de outrora conhecido» (pg. 158).

Faça-se o balanço, com vista a obter alguns elementos fundamentais (ou que como tal possam considerar-se), que «definam» o carácter nacional. Isole-se *tristeza*; recorde, a propósito que Domingos Monteiro num livrinho intitulado *Paisagem social portuguesa*, de 1944, escreveu: «dir-se-ia que o português procura o negro não para vestir o corpo, mas um estado de alma, tão persistentemente sombrio como a aceitação de um destino sem ambições e sem esperanças» (pg. 11, op. cit.). E mais adiante: «O português é triste (pg. 12 id.), duma tristeza tão funda e radicada na sua alma que...»

Além da tristeza, *desespero*, *cepticismo*, *comodismo*, deixa correr, *provincianismo*, *fatalismo*, *indiferentismo*, etc., seriam alguns dos dados do carácter português entrevistados e estigmatizados por certa novelística contemporânea. Será curioso confrontar estes dados com os que E. Lourenço apurou na sua *Psicanálise mítica do Destino português* que intitulou de *O Labirinto da Saudade*. Retomarei parte do que já escrevi a propósito deste ensaio de

E. Lourenço (pg. 1-14 in *Revista de História Económica e Social* — Jul/Dez de 1979), e farei o cotejo dos informes carreados através da leitura da novelística com os da análise do trabalho de E. Lourenço.

Labirinto da Saudade — saudade de quê, saudade de quem? De um tempo mítico que terá sido de felicidade e de alegria? De um passado que correspondesse a uma idade de ouro que não mais se repetiu? E. Lourenço, segundo o seu propósito, declarado no começo do citado ensaio, visa recuperar o cabedal de imagens que, ao longo dos séculos, nós portugueses temos forjado acerca de nós mesmos. O seu objectivo maior é «repensar a sério e a fundo uma realidade tão difícil de aprender como a portuguesa» (pg. 15). Para Eduardo Lourenço urge que tiremos as sucessivas máscaras que temos afivelado para enfim conhecermos o nosso rosto verdadeiro. Para o autor do *Labirinto da Saudade* sucessivos traumas nos marcaram (o da fundação da nacionalidade, o da dominação castelhana no séc. xvii e o do Ultimatum inglês). Para nos compensarmos das humilhações sofridas, de uma espécie de impotência assim como da consciência de sermos «choldra ou piolheira» (pg. 27), criámos idílicas imagens deste país à beira-mar plantado. Tais imagens irão alimentar e justificar o «saudosismo» que E. Lourenço considera como a tradução poético-ideológica do nacionalismo místico e «a mais profunda e sublime metamorfose da nossa realidade vivida e concebida como irreal» (pg. 28). A sua análise prolonga-se, desde as origens da nacionalidade aos dias de hoje e vai sucessivamente dando notícia das *imagens* que de Portugal e dos portugueses se vão fazendo os vários grupos ou correntes que dominam a cena cultural portuguesa. Ao aludir ao chamado grupo da filosofia portuguesa, responsável por um «apologeteismo intrínseco da *excelência ímpar de ser português*» (pg. 38), E. Lourenço reconhece haver todo um caudal de imagens do ser português que está na raiz daquilo que considera «a mitificação assombrosa da natureza histórico-cultural de que a filosofia portuguesa foi exemplo» (pg. 39). E cita a propósito Jaime Cortesão, H. Cidade, José Marinho e Agostinho da Silva. Não há dúvida de que, para lá da verificação chã de que «somos um povo de pobres com mentalidade de ricos», a análise de sucessivos acontecimentos e situações leva E. Lourenço a falar de uma espécie de inconsciência colectiva (pg. 45). Será assim? A volubilidade com que a maledicência lusitana transforma as coisas graves e sérias em anedotário leva E. Lourenço a evocar o peso de uma vida pícaro que durou séculos e a falar de *degradação masoquista* e de a-criticismo (pg. 53). A propósito desta degradação masoquista recordarei um passo de

F. Pessoa que se encontra na *Análise mental da vida portuguesa*: «Uma nação que habitualmente pense mal de si mesma acabará por merecer o conceito de si que anteformou. Envenena-se mentalmente». E ainda a propósito desta *degradação* de si mesmo, que o português pratica, há, simultaneamente, uma prática da exaltação do ser português que, em certos casos, coabitam. É o que acontece, por exemplo, com Vieira que nos chama de cafres da Europa e ao mesmo tempo nos considera povo escolhido, eleito para os destinos grandiosos do Quinto Império. Mas abandonemos, por ora, esta perspectiva masoquista de autoflagelação. Fixemos, entretanto, desde já, a *dupla imagem exaltante e degradante* que parece ser frequente entre nós: somos simultaneamente os melhores do mundo e dizemos mal do que somos, subestimando-nos e degradando-nos. Para E. Lourenço que está apostado no «pouco exaltante ofício de conhecer, descrever e julgar o país» (pg. 52), as imagens que os portugueses têm forjado de si, ao longo dos séculos são de um *irrealismo impressionante*. E esta é sobretudo a tónica do seu livro.

A E. Lourenço interessa, como a todos os portugueses conscientes, iluminar uma problemática que nos diz respeito: «Portugal está em discussão» (pg. 61). Nesta perspectiva o livro de Manuel Antunes, *Repensar Portugal*, é uma reflexão extraordinariamente lúcida e fecunda. *Repensar Portugal* é também o título de um dos capítulos do livro de E. Lourenço, em que se apela para a necessidade de abandonar a via polémica e se *repensar* Portugal, renunciando à «descentragem permanente dos portugueses da sua própria realidade» (pg. 77, op. cit). O ensaio de Manuel Antunes parte de um pressuposto sem equívocos: «Apesar de todas as “clarificações, as coisas ainda não estão claras” (pg. 3) e interroga-se, à partida: “Que projecto-esperança para Portugal»? O seu projecto-proposta passa, conforme diz: (pg. 31 e segs.) por uma instituição a fortalecer — a democracia; por um ideal a realizar — o do Bem Comum nacional e global; por um destino a cumprir — o da universalidade (pg. 33). A *descrição* da situação é realista mas não azeda nem agressiva; as propostas apelam para «muita experiência e muita consciência, muita liberdade e muito tacto, muito sentido do outro e muito sentido da dignidade própria» (pg. 43-44). O objectivo (utópico?): «O surgimento de uma verdadeira comunidade lusíada no Atlântico, no Índico e na Diáspora» (pg. 44). Uma revolução moral em que a justiça, a solidariedade, a liberdade, a honestidade sejam valores. «Uma revolução moral — cito — que estabeleça o primado da produtividade sobre a propriedade-estatal ou outra, da cultura sobre a economia, do ser sobre o ter, da comunidade sobre a

sociedade» (pg. 56). Dir-se-à que neste re-pensar Portugal se visa mais o futuro do que o presente, na perspectiva de *quem somos*. No entanto, nas sugestões para a realização da democracia, em todas as propostas aliás, estão sempre implícitos ou explícitos elementos senão constitutivos do nosso modo de ser, pelo menos reveladores de um comportamento ou comportamentos que hão-de corrigir-se. É o caso das sugestões referentes à desburocratização (pg. 71), à desideologização (pg. 73), à desclientelização (pg. 74), à descentralização (pg. 78). Todas ou quase todas pressupõem, como a clientelização dos partidos ou das comunidades, a burocratização da administração, defeitos ou comportamentos passíveis de necessária emenda. A propósito de burocratização que, dobrando o *rr* se aproxima de muitas atitudes de burocratas, sugiro a leitura de *o requerimento do Coelho*, inserto em *O Bestiário Lusitano*, de Alberto Pimenta. Repare-se no título *O Bestiário Lusitano*; trata-se de uma sátira, publicada em Janeiro de 1980, onde certas «qualidades» lusas e, porque não (?) da humanidade, são descritas e analisadas. O autor, entretanto, chamou-lhe de *O Bestiário Lusitano*. Só um exemplo: *O consultorio do chagal* (pg. 55); aproxime-se a «estória» do anedotário sobre o português e o seu gosto do ser à borla.

Nesta linha de rumo de propostas para re-pensar Portugal, citamos só dois ou três títulos: «*Portugal entre ontem e amanhã*»; *Da cisão à revolução; dos absolutismos à democracia* de António Quadros (Jan. 1976); e, da autora do grupo S.L. *Um país, um projecto; Caminhos e atalhos da vida socialista portuguesa* (Out. 1976). Ambas as obras são de 1976. Do mesmo ano de 1976 é o estudo de Vitorino Magalhães Godinho intitulado *Pensar a democracia para Portugal, incomodamente*.

Das três obras, a que mais interessa ao nosso propósito — tentativa de definição (?) de um carácter nacional — é a de António Quadros. No capítulo que intitula de «O ser colectivo português e o seu conceito» (pg. 25-51), aborda o problema com a ressalva contida neste período: «Podemos e devemos procurar o conhecimento do ser português, mas pretender defini-lo com precisão será objectivo votado ao fracasso»... etc. (pg. 27). Não tenhamos ilusões e neste particular concordo com A. Quadros. Uma *definição* é impossível. Mas uma «aproximação», um enunciado das características fundamentais em relação ao que somos, como portugueses, parece viável. Para A. Quadros «O ser colectivo português teve decerto na sua longa persistência uma vida sobressaltada, entre explosões e fracassos, avanços

e retrocessos, breves momentos de grandeza seguidos de períodos bem maiores de adormecimento ou paralisia» (pg. 28).

Os elementos que se lhe afiguram de assinalar, na sequência de outras tentativas suas (*O Espírito da Cultura Portuguesa* — 1967) são uma *cisão* que decorre da existência de contrários: desejo de autonomia colectiva e dependência cultural que pode ir longe («tentações» de União Ibérica, etc.), uma coexistência daquilo que Gilberto Freire designou de *aventura e rotina* e que segundo Keyserling, citado por A. Quadros, faz do português «o romântico mais extravagante e o positivista mais seco e indigente, doce ao mesmo tempo brutal, rude selvagem, requintado e ordinário...» (pg. 34 Quadros — vide Hermann de Keyserling, *Analyse spectrale de l'Europe*, trad. franc. cap. *Le Portugal*, ed. Stock, Paris, 1931). Acrescente-se ainda na perspectiva de A. Quadros aquilo a que chama: «uma predisposição mental absolutista (pg. 40); um tradicionalismo que absolutiza os nossos mitos (pg. 41); e um liberalismo que os não tolera de maneira absoluta» (pg. 43). Dir-se-ia que a síntese do equilíbrio se não alcança nunca e que vivemos mais ou menos em perpétua crise. E a propósito citem-se os *Estudos sobre a Crise Nacional*, de Vasco Pulido Valente no capítulo *Ramalho Ortigão, e a crise do Estado* em Portugal. Diz de Ramalho: «intelectual europeizado no morno país da Regeneração acreditou que lhe cabia reformá-lo». Repare-se, por ora, só no adjectivo *morno* — *morno país* (pg. 14). Eça faz menção, pela mesma altura, de *apatia geral* (pg. 19). E Pulido Valente de concluir: «Na verdade uma nação consiste num organismo, ou seja num corpo solidário de cidadãos com ideias, convicções, crenças e desígnios conscientes, vivos, fortes e comuns. A Nação é uma *comunidade com uma missão*. Ora, no Portugal de Oitocentos, na sociedade do constitucionalismo monárquico, já não existem cidadãos, existem apenas *habitantes* que se preocupam exclusivamente com os seus interesses próprios e privados e não têm qualquer sentimento comunitário» (pg. 20). A crise sentida pelo Portugal de oitocentos não se atenua e vai, ao contrário, agravando-se. António Sérgio, citado por Pulido Valente, disserta sobre o que chama de «questão nacional» em *Considerações Histórico-Pedagógicas*. E atribui a «três vícios fundamentais» os nossos males: o *estadismo*, o *burocratismo* e o *bacharelismo* (op. cit. pg. 89-90).

Cotejem-se agora os dados até aqui forrageados com os pontos de vista de Miguel Torga e Vergílio Ferreira, expressos, respectivamente, nas colunas do *Diário* e em *Conta Corrente I*.

Torga tem ao longo dos 12 volumes do *Diário* muitas páginas que, organizadas em antologia, nos dão imagem do modo como o poeta encara o país e o seu povo. Alude com frequência a uma espécie de complexo de inferioridade (D. VIII pg. 77): «Este nosso velho complexo nacional de inferioridade não pára de roer-nos. E temos de ser grandes em tudo exactamente porque nos sentimos pequenos em tudo». Torga estigmatiza a nossa falta de amor ao trabalho: «Temos de hipertrofiar o pouco que somos para parecermos o muito que desejaríamos ser sem esforço, sem trabalho, sem a dolorosa penitência de arrancarmos de nós a própria grandeza» (id., pg. 77). Torga quase nos desencoraja da tentativa de nos conhecermos: «Transparente a realidade portuguesa mostra-se a todos os observadores alheios na sua branca nudez. Quem nunca a soube ver com a mínima objectividade foram os próprios interessados. Não há gente com tão obstinada miopia como a lusitana» (III, pg. 58).

Entretanto podemos ao longo dos 12 volumes do *Diário* forragear um enunciado dos *elementos fundamentais* da caracterização do português. Assim, desde o primeiro, há dispersos os seguintes dados: 1. alma profundamente lírica (I, pg. 192); 2. monomania crítica (II, pg. 189); 3. incapacidade de ser objectivo e fanfarronice (VII, pg. 58-59), cito: «Embora atacada de vez em quando (a gente lusitana) das sezões dum derrotismo catastrófico, lá no íntimo do temperamento persiste a boa disposição optimista de que somos em tudo os maiores e os mais perfeitos», ou «Bêbados de patrioteirismo, queremos sempre o primeiro lugar, ou nenhum» (pg. 19); 4. somos barrocos, sem poder de análise directa e funda (VII, pg. 59); 5. padecemos de falta de imaginação (IV, pg. 158); 6. a nossa vida mental é estagnada, sem crescimento (III, pg. 26); 7. nota-se uma falta de cultura do povo (III, pg. 30); 8. e uma falta de originalidade ou fantasia magra (V, pg. 39). 9. assinala-se uma teatralidade («A teatralidade do nosso povo é das verdades que mais me tem custado a roer. Impúdico, cada português é um estendal de gestos e de exclamações» — V, pg. 56); 10. A universalidade do nosso génio mora na poesia (V, pg. 116), 11. «somos intuitivos e agudos mas não temos perseverança (V, pg. 161); «Capazes de intuições que depois se mostram fecundas, não temos o condão de as estruturar e de oferecer ao mundo uma obra acabada na altura em que o mundo precisa dela. Embrulha-se-nos a língua e o mais que fazemos é registar um título»; 12. somos parciais e exclusivistas (vícios sem remédio) (V, pg. 183); «Sofre de grandes vícios

a vida mental portuguesa, a maior parte dos quais, infelizmente, não poderão ser remediados»; 13. irremediavelmente individualistas (VIII pg. 143): «Cada português se pudesse, seria um habitante exclusivo de Portugal»; 14. somos provicianos (X, pg. 144) etc. E talvez chegue, quanto ao enunciado de elementos característicos do português que Torga lapidarmente assim define: «Somos socialmente uma colectividade pacífica de revoltados» (IX, pg. 85), «Ninguém neste país está no seu lugar» (X, pg. 86); vive-se desterrado neste desterro que é Portugal «Dum lado a Espanha, onde os apelos não entram, do outro o mar, onde os gemidos se perdem» (X, pg. 30). Em 14 de Outubro de 1974 Torga escreve (XII, pg. 87): «Somos na verdade uma cambada de primários, de temperamento e paixões à medida da nossa testa» ou «É uma desgraça. Somos mesmo reles» (XII, pg. 124). Estas últimas invectivas resultam do trauma do 25 de Abril (ou melhor do pós-25 de Abril), o que leva Torga a escrever amargurado: «Morro com duas convicções arreigadas, a de que não há terra mais bela do que a lusitana e outra tão infeliz» (XII, pg. 177). Seremos afinal, conformes com as palavras de Torga, «Um Portugal com oito séculos de existência que ainda não encontrou a sua identidade nacional»? (XII, pg. 201).

Para a *radiografia* que intentamos fazer, há também dados significativos no diário que é o volume *Conta Corrente* 1, de Vergílio Ferreira. Abrupto um primeiro juízo «O grego lembra o português: pequeno, aspecto sujo, aldrabão» (pg. 94). Um adjectivo revela um mundo de reacções e de... caracterizações: «este Portugal *incrível*» (pg. 119). «O problema é não sabermos ser nós. Os da Filosofia Portuguesa devem gostar» (pg. 122). Esparsas, há neste diário que é *Conta Corrente*, algumas considerações sobre Portugal e os portugueses, algumas rápidas «caracterizações» que se agudizam e azedam, sobretudo a partir de Abril de 1974. Somos reles; só um exemplo da diatribe: «Ó país do tamanho de um papel higiénico. O teu lugar não é na História ou na Geografia. O teu lugar é no lugar do papel higiénico. Meu Deus. E eu que não quero estar lá. Mas estou. E essa diferença é que me trama» (pg. 135). «Ser português é ser pascácio» (pg. 147), «Portugal é uma valeta» (pg. 153), «O País é hoje um enorme carnaval político» (pg. 238), isto em 1-III-75; Temos (?) ou somos (?) «uma parada de palhaços» (pg. 258)? Esta imagem repete-se aliás quando V. Ferreira se interroga: «Mas que triste país é o meu? Que palhaços nos inventam em comédias para o mundo inteiro?» «Entre nós por provincianismo tudo assume um aspecto grosseiro e cascudo» (pg. 273).

V. Ferreira alude ao «exibicionismo lusitano» (pg. 282) e insinua ainda, a propósito da descolonização, que temos um sorriso de inocência ou de atraso mental: «Ó meu país das descobertas! Nem perdido nem achado para estes jogos imperiais. Largámos tudo, desfizemo-nos de tudo e continuamos a sorrir de satisfação. Sorriso de inocência ou de atraso mental» (pg. 287). «O País nunca viveu de ideias, viveu sempre de impulsos» (pg. 290), donde, talvez, a ameaça do desmoronamento (pg. 335). Numa definição, feita de angústia, define-nos assim: «Pequeno povo das grandes ilusões, das grandes façanhas, um destino de humildade e de negrume se desenha, em substituição da grandeza e da legenda» (pg 335). «O País está de rastos» escreve, em Set. 1976, pg. 358; «oh que desgraça nascer em Portugal, bom Nobre!» (pg. 360). Em amargo desabafo que contém uma definição da pátria portuguesa: «Meu pobre país. Jamais julguei sentir-me tão do teu bocado da terra com que tens lugar no mapa. Não, a minha pátria não é só a língua portuguesa (Eça — Pessoa) porque deve ser triste falá-la no exílio. A minha pátria é também ser aqui e muita gente comigo desde Afonso Henriques» (pg. 370).

Se fizermos um balanço das definições, dos juízos de valor ou das apóstrofes, com que os autores portugueses, atrás citados, têm tentado caracterizar o povo português e o seu modo de estar no mundo, verificaremos que não é muito positivo o saldo. Não são apenas as razões traumáticas que determinam certo pessimismo na «descrição» do português; encontramos determinados caracteres como constantes, apontados por todos ou quase todos estes autores. Ora acontece que, se há elementos díspares nas várias caracterizações, há simultaneamente uma certa plataforma comum. Nesta plataforma comum avulta uma espécie de alternância: ora somos os melhores do mundo, ora somos o rebotalho do universo. Será curioso verificar que este binómio — elevados aos píncaros da lua, rebaixados no mais ínfimo dos abismos — já se encontra, como dissemos, no Padre António Vieira (povo eleito, cafres da Europa). Segundo o esquema proposto, caberá agora a vez de analisar, no caso de F. Pessoa, o que já se chamou de «tentação e tentativa de compreender Portugal».

Tal matéria, só por si, daria tema para longo ensaio. Abordêmo-la segundo um esquema pessoano; um qualquer período é três coisas: 1) uma relação com o passado; 2) uma relação com o presente nacional e estrangeiro; 3) uma direcção com o futuro (pg. 22 F. Pessoa — Sobre Portugal). F. Pessoa referiu-se ao seu tempo português desta maneira: «Somos hoje um

pingo de tinta seca da mão que escreveu Império, da esquerda à direita da geografia. É difícil distinguir se o nosso *passado* é que é o *nosso futuro* ou se o *nosso futuro* é que é o *nosso passado* (pg. 25). Toda a mensagem de F. Pessoa se pode ler no sentido de um apelo a Portugal, para renascer, para se reencontrar. Transcreva-se o poema *Nevoeiro* da *Mensagem*:

*Nem Rei, nem lei, nem paz nem guerra,
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer
Brilho sem luz e sem arder
Como o que o fogo fátuo encerra.
Ninguém sabe que coisa quere
Ninguém conhece que alma tem
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal hoje és nevoeiro...
É a hora!*

O poema está datado de 10/12/1928. Portugal para se reencontrar terá de conhecer-se. A descrição do português (ou como diz Pessoa «as feições da alma que caracterizam o povo português») leva-o a um enunciado comentado que resumimos. O povo português é disciplinado em excesso e age colectivamente: «nunca é possível determinar responsabilidades; elas são sempre da 6.^a pessoa num caso onde só agiram cinco (pg. 75); «refilamos só de palavras» (pg. 76); somos incapazes de revolta e de agitação («Quando fizemos uma revolução foi para implantar uma coisa igual ao que já estava» (pg. 76). O português sofre duma imaginação excessiva (pg. 77). Repare-se na quase oposição entre certos elementos apontados por Pessoa como «típicos» do português e outros apontados por Torga (por ex. — a falta de imaginação segundo Torga, o excesso de imaginação, segundo Pessoa).

Mas prossiga-se no resumo dos elementos pessoais: «O português é capaz de tudo, logo que não lhe exijam que o seja. Somos um grande povo de heróis adiados» (pg. 79 — *Sobre Portugal*); somos fanfarrões; o lirismo, diz-se, é a qualidade máxima da raça (pg. 79), confundimos cultura com erudição (pg. 86); o feitio enérgico, violento, pouco indolente do português

leva-o para a acção precipitadamente (pg. 82), etc. Querendo como que organizar o seu pensamento, F. Pessoa estabelece a existência de três espécies de português; um começou a existir com a nacionalidade; outro é o português que o não é e que começou com a invasão mental estrangeira. O terceiro português é o que começou a existir quando Portugal começou de Nação a esboçar-se Império (pg. 83, *Sobre Portugal*).

O primeiro constitui o substrato da Nação, o segundo é o que governa o país e o terceiro é o que se perdeu com D. Sebastião em Alcacer-Quibir. Segundo F. Pessoa, a todos são comuns as três seguintes características: 1) o predomínio da imaginação sobre a inteligência; 2) o predomínio da emoção sobre a paixão; 3) a adaptabilidade instintiva. Será de confrontar, mais adiante, este enunciado com o de Jorge Dias na sua tentativa de enumerar alguns elementos do «carácter nacional português».

F. Pessoa acrescenta interrogando: que ideias gerais temos? As que vamos buscar ao estrangeiro? (pg. 85). E considera morto o português como homem harmónico, mente segura e planeadora, braço apto a realizar o que ele próprio planeou (pg. 86-87). Veio depois, diz com muita ironia: «o português à antiga portuguesa que não é a antiga portuguesa; bom católico, toureiro, estúpido como uma porta de cofre». Este, em seu tempo, passou também; vem o português do séc. XIX entrujado (?) pela política desnacionalizante (pg. 87).

Propondo-se um estudo do problema português, fala F. Pessoa de rupturas, de decadência (pg. 111), mas fica-se pelos apontamentos. Verifica-se por eles que F. Pessoa queria esboçar «as bases do carácter português e tentar (?) uma «reconstrução do psiquismo nacional» (pg. 115); verificamos também que se interroga sobre qual fosse o carácter nacional, etc. «A crise central da nacionalidade portuguesa deriva da sua impotência para formar escóis» (pg. 119); a desorientação em que temos vivido tem como factores a *decadência* propriamente dita que, para F. Pessoa, começou em Alcacer-Quibir e a *desnacionalização* que, desde 1820, se vem agravando até à república (pg. 130), em que a desnacionalização se torna degenerescência. E vá de criar em Portugal o sentimento duma missão civilizadora (pg. 41 de *Ultimatum*, F. Pessoa); de anunciar um super Camões; de «canonizar» o saudosismo; de com o *Orpheu* dar corpo a uma consciência definitivamente portuguesa do Universo (*Páginas Íntimas e da Auto-Interpretação* — pg. 203 e seguintes). Pode falar-se de um nacionalismo místico, a propósito de certo F. Pessoa. É o F. Pessoa que, respondendo em 1923 à pergunta «O que

calcula que seja o futuro da raça portuguesa?, “diz: «O Quinto Império». Este é o F. Pessoa de a *Mensagem* (1935). Podemos, a partir de agora, parece-me, pôr de manifesto que há, por assim dizer, duas maneiras de os portugueses se definirem. Elas oscilam entre o *masoquismo* da depreciação, dos juízos negativos e a *egolatria* dos louvores às virtudes do português. Alternam acaso os *louvores* com as *depreciações*, tendo sempre, como pano de fundo e justificação, um mesmo entranhado amor do terrunho? Sabemos como a geração de 70 (Eça, Antero, Oliveira Martins) ironizou ao abordar temas ligados com o carácter nacional, tendo simultaneamente tudo enraizado no dramático conceito de *decadência*. Eduardo Lourenço no capítulo «Da Literatura como interpretação de Portugal» descreve admiravelmente esta problemática, agudizada com o *Ultimatum* e assumida, entre outros, por Junqueiro.

Em alternância com o masoquismo das depreciações, a exaltação, por compensação. Assim, para só dar exemplos escalonados ao longo dos séculos, citaremos Lopo de Almeida que em *Cartas de Itália* nos cataloga como «os melhores do mundo», «Os melhores do mundo são os de Portugal», e Sousa Macedo que em *Flores de Espanha, Excellências de Portugal* nos considera sumário de quase todas as virtudes: engenhosos, religiosos, honestos, verdadeiros, fieis, fortes, gratos, liberais, constantes, pacientes e sóbrios, etc. É evidente que nesta linha de rumo havemos de situar o saudosismo, o caso da filosofia e da cultura portuguesa, «defendidas» pelo grupo de Álvaro Ribeiro, o patriotismo místico de F. Pessoa, etc. É sintomático, e seria uma problemática a explorar, com vista a uma *explicação de Portugal*, que surjam, sobretudo em momentos de crise, as utopias, os quintos impérios, compensatórios e exaltantes. Uma filosofia saudosista com toda uma teorização megalómana do ser português, elaborada por Teixeira de Pascoais (cf. o Espírito Lusitano ou o Saudosismo); um visionar do futuro como faz Pessoa, são sem dúvida compensações: «Estamos tão desnacionalizados que devemos estar renascendo» (*Análise da vida mental portuguesa*, por F. Pessoa). Mas, abandonem-se *ex-abrupto* estes rumos, radicados em obras, atitudes, apreciações, todo um cabedal de elementos que se poderiam captar no saudosismo, no nacionalismo místico de Pessoa, em certas posições do integralismo lusitano, em pontos de vista dos defensores da chamada filosofia portuguesa, etc.

Com vista a um determinar, claramente, *quem somos* enunciem-se os elementos que Jorge Dias considerou constitutivos do *carácter nacional*

português e típicos da *cultura portuguesa*. Aliás este tema da inquirição sobre *quem somos* foi há quase 40 anos (em 1943) considerado «tema para a nossa geração (a daqueles tempos) e era, conforme se diz numa exposição programática elaborada por Álvaro Ribeiro, «tema a tratar por vários escritores numa espécie de inquérito ou melhor num trabalho a realizar por uma equipa». Valerá a pena fazer a recuperação de todos esses esforços dispersos, com vista a um estudo sistemático das constantes psíquicas do povo português. Por ora, só o enunciado, reduzido a uma listagem de elementos fundamentais da *cultura portuguesa*, segundo Jorge Dias: 1 — expansividade; 2 — adaptabilidade e pendor activista; 3 — vivo sentimento da natureza, poético e contemplativo-estático; 4 — gosto pela ostentação; 5 — afectividade e humanidade profundas («o coração como medida de todas as coisas»); 6 — saudade e obstinismo (alma contemplativa e obstinada dos portugueses); 7 — tendência para sobrepor a simpatia humana às prescrições da lei; 8 — pessimismo; 9 — menos exuberância do que noutros meridionais. Jorge Dias, no final do ensaio «*O carácter nacional português na presente conjuntura*», escreveria, em Maio de 1965: «Estou crente que os factores basilares da permanência do carácter nacional estão seriamente ameaçados» (pg. 48). Estaremos empenhados em lucidamente enfrentar os problemas que, à nossa consciência de cidadãos, *Portugal* nos põe hoje? Poderíamos repetir este juízo de Ramalho: «O País não se tem mantido pelo trabalho, pela inteligência, pela economia e pela ordem, únicos elementos de uma prosperidade sólida, mas sim unicamente pelos suprimentos provenientes de explorações sucessivas. *Temos explorado tudo, menos o trabalho* (Explorámos os árabes, explorámos os judeus, explorámos os jesuítas, explorámos os frades, e estamos explorando o Brasileiro, isto é, o Português que vai enriquecer ao Brasil. Tal é a História sucinta e sumária da nossa vida económica)». «O que aflige é o destino deste País. Estarão conclusos os oito séculos de nação?» escreve V. Ferreira em *Conta Corrente I* (pg. 258) e acrescenta: «Inesperadamente senti o destino do País é o *meu destino*.» (*Conta Corrente I*/pg. 307).

Teremos nós consciência de que toda a *explicação de Portugal* visa à construção do *país possível*? Para tal, segundo o conselho, não amargo, de V. M. Godinho, estudemos amorosamente, minuciosamente, lucidamente,

cientificamente *as nossa coisas*; definamos com meridiana clareza os problemas que são de facto os nossos, seguros de que na história do passado há doutrina para o presente (*Para a renovação da política nacional* — pg. 95). E o *país possível* — título de um livro de poemas de Ruy Belo — será «O portugal futuro»: O portugal futuro é um país/onde o puro pássaro é possível».

Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Belchior

DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

Magalhães Mota

DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA (*)

1. Existirá alguma correlação entre o desenvolvimento e o sistema político dum país?

Tem-se, intuitivamente, a noção de que sim.

Sabe-se como a economia condiciona a afectação de recursos à manutenção e equipamento das Forças Armadas e bastaria o exemplo português para o recordar aos mais distraídos.

É igualmente conhecida a dicotomia clássica entre os canhões e a manteiga e igualmente sabido como só nos regimes totalitários o desenvolvimento das despesas militares pode fazer-se mesmo em detrimento do bem-estar do conjunto da população.

Mas não haverá uma ligação mais intensa, de tal modo que possa dizer-se que a determinado estágio de desenvolvimento económico corresponde um sistema político?

2. Boa parte de nós recorda as teses defendidas na Espanha dos anos sessenta, de acordo com as quais atingido certo nível de crescimento económico — que chegou, inclusivamente, a quantificar-se em termos de rendimento «per capita» — a abertura política aconteceria naturalmente.

A problemática dos efeitos políticos do desenvolvimento económico é, dum forma sistemática, lançada por Walt Rostow numa série de conferências universitárias feitas em 1958 e publicadas rapidamente com o título «The Stages of Economic Growth (1)».

Rostow explica, logo no prefácio, ter por preocupação fundamental «estabelecer uma correlação entre as forças económicas e as forças sociais e políticas». E acrescenta:

«Não me satisfazia a explicação dada por Marx da relação entre o comportamento económico e o comportamento não económico...

A análise das etapas do crescimento oferece uma explicação que poderia substituir a teoria marxista da história moderna.»

(1) Existe edição francesa, de 1962, com o título «Les étapes de la croissance économique». Em 1971, Walt Rostow voltou ao tema em «Politics and the Stage of Growth».

Rostow considera cinco fases fundamentais pelas quais passariam todas as sociedades. Assim, nesta escala de crescimento (sociedades tradicionais, com condições prévias para o arranque, em desenvolvimento, a caminho da maturidade e de consumo de massa) as sociedades contemporâneas situar-se-iam a níveis diferentes, traduzindo-se tais disparidades económicas em disparidades políticas.

A «força» dos modelos simplificados é muito grande.

Todos sabemos que a sociedade tradicional e a sociedade de consumo não se governam — *nem podem governar-se* — da mesma maneira.

Não admira, pois, que, na sequência de Rostow, várias tenham sido as análises procurando averiguar dos modos pelos quais o desenvolvimento socioeconómico condicionaria o acesso à democracia. O problema (diferente) do desenvolvimento político dum sistema como tal viria depois.

3. Não deixa de ser curioso assinalar que, assumindo Rostow o procurar uma «explicação substitutiva da teoria marxista da história, acaba por sugerir uma ideia que está na base da teoria marxista: a de que o progresso político é *determinado* pelo progresso da economia, ou de que a evolução da «infra-estrutura técnico-económica» comanda a evolução da «super-estrutura» política.

Os argumentos *a favor* da tese são, fundamentalmente, de ordem geográfica, histórica e estatística.

É simples o argumento geográfico.

Sobrepor dois mapas mundiais é verificar a quase total coincidência entre as zonas economicamente desenvolvidas e as zonas de regime democrático.

As zonas do subdesenvolvimento (América Latina, Ásia, África) são as zonas do autoritarismo.

Mas há quem vá mais longe e saliente, por exemplo, a estabilidade democrática dos nórdicos em confronto com a Itália ou aponte a «rigidez» albanesa já isolada do «bloco leste».

Os argumentos históricos são de idêntica simplicidade.

Aponta-se, nomeadamente, o aparecimento do parlamentarismo em Inglaterra como sublinhando ter tido também aí início — e não por acaso — a revolução industrial e a ligação temporal — na França, na Itália, etc. — do parlamentarismo e do capitalismo industrial.

Uma análise comparativa mais precisa é efectuada em termos estatísticos (2).

Combinando índices socioeconómicos (rendimento «per capita», alfabetização, escolarização, industrialização, urbanismo, difusão da imprensa, etc.) e índices políticos (participação eleitoral, efectivos militares, despesas públicas), RUSSET (3) estabeleceu cinco níveis ou «graus de desenvolvimento económico e político».

Tais seriam:

- Grau 1 — Sociedades «tradicionais primitivas»;
- Grau 2 — Civilizações tradicionais;
- Grau 3 — Sociedades «de transição»;
- Grau 4 — Sociedades «de revolução industrial»;
- Grau 5 — Sociedades «de alto consumo de massa».

Nos anos 70, ROBERT A. DAHL combina a sua própria tipologia com a de Russet e conclui que apenas 3% dos sistemas democráticos coexistem com civilizações tradicionais, 9% com sociedades de transição e os restantes 88% se repartiam, em partes iguais, pelas sociedades de grau 4 e 5.

4. HAROLD LASKI escreve que «uma democracia política tem necessidade, para ser sólida, duma economia em expansão.

Mas existirá este grau de correlação que permita falar de relações «causa-efeito»?

Será que os povos só são livres se puderem ser ricos?

Ou que o desenvolvimento pressuponha, pelo menos no seu início, a ditadura?

Sendo objectivo destas notas introduzir um debate e carrear elementos que ajudem ou provoquem uma reflexão, forçoso será ainda, antes de adiantarmos posição própria, expor outros tipos de análise, ou seja, ultrapassar a fase de verificação de sobreposições possíveis para a dos argumentos que pretendem explicar a correlação entre desenvolvimento e democracia.

Trata-se, no fundo, de salientar que o desenvolvimento socioeconómico faz reunir um conjunto de circunstâncias ou condições que são «indispens-

(2) São hoje clássicos, o trabalho colectivo orientado por TAYLOR «Aggregate Data Analysis, Political and Social Indicators in Cross-National Research» e a obra, também colectiva, dirigida por BRUCE M. RUSSET «World Handbook of Political and Social Indicators».

(3) BRUCE M. RUSSET, «Trends in World Politics» 1965, New York, ed. Macmillan.

sáveis» à democracia e que, dificilmente, se verificam em situações de sub-desenvolvimento.

É assim, por exemplo, que nas sociedades tradicionais, como nas sociedades «de transição» (entre o tradicionalismo e a modernidade) é mais intenso o «nível de conflito» e menor número de vezes são esses conflitos resolvidos de forma não violenta e sem emprego da força. Quando as necessidades a satisfazer excedem largamente os bens disponíveis, a luta pela apropriação dos recursos e antagonismos sociais muito grandes opõe os pequenos grupos de privilegiados à massa de desprotegidos, criando uma situação que é potencialmente revolucionária.

A possibilidade duma competição política é, pelo menos, largamente diminuída.

A célebre carta dos operários de São Petersburgo após o «Domingo Vermelho» de 1905 seria um testemunho exemplar. Aí se lê: «Estamos esgotados, Sire! Ultrapassámos o limite da paciência, Chegámos ao terrível momento em que mais vale a morte que o prolongamento de sofrimentos intoleráveis.»

Ao contrário, as sociedades, garantindo o mínimo vital à maioria dos cidadãos, elevando o nível geral da vida, fariam diminuir estas situações conflituais, em que «a violência dos privilegiados alterna com a violência dos oprimidos» (4).

ROBERT A. DAHL, por sua vez, chamou a atenção para o que ele chama «recursos políticos», isto é, os meios de influenciar comportamentos, e que vão desde a disponibilidade de tempo à informação, relações sociais, posição social, direito de voto, etc., que estão menos desigualmente repartidos nas sociedades desenvolvidas.

Nas sociedades tradicionais a concentração de recursos é a regra. Por exemplo, nas sociedades agrárias a posse da terra significa, e ao mesmo tempo, a riqueza, a posição social, as possibilidades de carreira.

Mas os exemplos podem multiplicar-se. «Se a “classe política” é de licenciados, quantos destes têm origem — ou podem tê-la — nos trabalhadores rurais?» perguntava-se, para o caso brasileiro, João Goulart.

(4) O «clássico» é, nesta matéria, o estudo de Ivo e Rosalind Feierabend e Betty Nesvoid intitulado «Social Change and Political Violence: Cross-National Patterns», publicado em «The History of Violence in América» de Hugh Davis Graham e Ted Robert Gurr.

Por último, há um mínimo cultural que a democracia pressupõe. O próprio sufrágio universal tem significado pleno quando os cidadãos *compreendem* os problemas fundamentais submetidos ao seu voto (5).

5. Sem preocupação diferente da de introduzir um debate, poderíamos, por agora ficar por aqui.

Deixando, à imaginação e interesse de cada um, o acrescentar os seus próprios argumentos ou o encontrar de contra-argumentos, relativamente às teses (melhor diria a tese) expostas.

Sugeria tão-somente, que deixássemos de parte a velha questão de saber se as excepções confirmam ou infirmam a «regra» apontando exemplos, quer de instituições democráticas em sociedades não desenvolvidas, quer o de instituições autoritárias nas sociedades desenvolvidas.

Já me parece mais curioso reflectir sobre como a experiência soviética se enquadra no esquema proposto e até sobre os acontecimentos recentes da Polónia e as teses de Sakharov (6).

A questão da dependência ou autonomia da política — questão-chave e não encerrada da ciência política — também aqui caberá.

E o caso português, claro.

Ficando desde já a «anotação» de que também eu pretendo participar no debate.

* *
*

A ideia de que todos os países são confrontados com um processo de «desenvolvimento político», marcando a passagem duma sociedade tradicional (em termos políticos) para uma sociedade moderna — também, em termos políticos, como é evidente —, merece algum destaque na medida em que tem estado presente em muitas análises e intervenções na vida política portuguesa.

(5) A argumentação anotada não é típica do século XIX. Nela se fundamentam, por exemplo, críticas ao recurso ao referendo ou ao alargamento de voto aos emigrantes.

(6) «Progresso, Coexistência e Liberdade Intelectual». Há edição portuguesa, na colecção «Diálogo» das Publicações Dom Quixote.

O corolário lógico da existência dum *processo*, precisamente por se tratar duma dinâmica evolutiva, é a de que o acesso à modernidade política não se faz de imediato, havendo inclusivamente uma diferença sensível entre a vida política autêntica e os modelos institucionais ou mesmo as instituições existentes.

Em 1964, Almond (7) anotava a propósito dos problemas próprios dos países em vias de desenvolvimento que «os homens de Estado ocidentais tiveram muito tempo para primeiro formar uma Nação; criar, depois, uma autoridade política e hábitos de obediência à lei; depois, transformar os súbditos em cidadãos, com o desenvolvimento do sufrágio universal, dos partidos políticos, dos grupos de interesses e dos meios de comunicação; finalmente, satisfazer a procura do bem-estar.

Os homens de Estado das Novas Nações defrontam, ao mesmo tempo e de seguida, todos estes problemas. Enfretam revoluções *simultâneas e cumulativas* (...) Por exemplo, J. Nyerere, na Tanzânia, lidera e ao mesmo tempo, uma revolução *nacional*, uma revolução de *autoridade*, uma revolução de *participação* e uma revolução de *desenvolvimento*. Não pode avançar nas quatro direcções imediatamente. Não pode sequer escolher livremente. De bom ou mau grado, terá de conferir prioridade à criação da nação e de uma autoridade governamental eficaz, antes de dar satisfação aos desejos de participação e bem-estar. Isto significa que, quaisquer que sejam as normas ou as forças constitucionais, os sistemas políticos das novas nações terão necessariamente fortes tendências centralizadoras e autoritárias.»

Nesta base, se tem sustentado o insucesso dos regimes parlamentares nos países em vias de desenvolvimento e a necessidade do estabelecer de regimes presidencialistas.

Não admira que, com maior ou menor entusiasmo, fundamentação teórica ou sem ela, a questão tenha chegado a Portugal e continui, aliás, latente.

Nesta, ou noutra base, penso mais útil e inteligente colocar frontalmente a questão e responder-lhe, do que fugir a ela, com maiores ou menores rodeios... e receios.

(7) GABRIEL ALMOND «Democracy and The New Nations» in Stanford Today, Outono 1964 série 1, n.º 10. A análise é, no essencial, retomada em «Comparative Politics» por Almond e Powell (1966).

Na minha Terra, as dificuldades «pegam-se»... e de preferência «de caros»...

* *
*

Tal como a direita portuguesa ⁽⁸⁾ se esforçava, ainda no início da década de 70, por nos explicar o nosso destino «africano», a necessidade de voltar costas à Europa e a «traição» correspondente a afirmar-se o contrário, também nos pós-25 de Abril a África voltou a ser modelo-mito, agora de esquerda revolucionária.

A África foi «modelo» de regeneração histórica, política, ideológica de que as «campanhas de dinamização cultural» constituem enraizamento. A «psico» falhada e a estratégia dos movimentos de libertação assimilada, confundiam-se.

Creio entretando que esta «africanização» teve mais a ver com a psicanálise do que com realidade sociocultural portuguesa.

Eduardo Lourenço disse-o ⁽⁹⁾ duma forma notável e que vale a pena citar. «À «africanização» ideológico-política em curso (cujas cartas de nobreza se encontram no Boletim das Forças Armadas e em especial no número estático consagrado à independência de Moçambique), mau grado o seu carácter ofensivo, berrante e folclórico, nada tem de positivo. É uma expressão insofismável de *derrotismo*, uma forma do pessimismo nacional, por mais paradoxal que afirmação pareça, Como o célebre Barão Munchausen nós metemos a cabeça debaixo de água para não nos molharmos, quer dizer, para não encarar *de frente* a situação, na verdade difícil mas não insuperável, da nação exploradora que se vê forçada a reconverter o seu projecto histórico. Oferecemo-nos imaginariamente um *destino africano* de vítimas promovidas ao papel de regeradores do universo, deslocarmo-nos para esse espaço histórico e ideológico mítico referenciado pelas figuras de Amílcar Cabral ou Samora Machel é a maneira de fugir ao *nosso destino europeu*, de o transfigurar, de o adaptar ao pânico íntimo que nos causam

⁽⁸⁾ Alguns deles apareceram «europeístas» quando a Europa foi «a prioridade das prioridades» AD...

⁽⁹⁾ No «Expresso» de 2 de Agosto de 1975.

os *problemas concretos e urgentes* que em termos europeus ou herdados da tradição europeia, onde estamos imersos e submersos, devemos resolver.»

Creio que ultrapassámos esta fase. Já era tempo de perder de vista a África mítica.

Podemos, por isso, afastar o esquema de Almond e dizer que, em Portugal, mesmo no imediato pós-25 de Abril, já o seu quadro de referência não era aplicável.

A revolução foi muitas coisas «simultâneas e cumulativas» mas não foi o surgir duma Nova Nação.

Povo experiente de muitos séculos de existência autónoma, somos.

Esquecê-lo ou minimizá-lo, em todas as suas consequências, não foi, nem podia ser, um bom princípio.

* * *

Havemos, pois, de procurar outras razões para o tema presidencialismo.

A correlação com o desenvolvimento só pode estabelecer-se (creio bem) quando se entende que um regime parlamentar se adapta mal a um enquadramento autoritário do desenvolvimento económico.

Ou, numa outra perspectiva, quando se fala das situações de *anomia* como predispondo ao acolhimento das lideranças carismáticas.

O conceito de «*anomia*», vindo de Durckheim, designa a situação social em que as normas são inexistentes ou contraditórias, a um tal ponto que os indivíduos não sabem como orientar a sua conduta.

Quando as estruturas foram objecto duma revolução que modificou também profundamente as relações e a cultura do grupo e a este «traumatismo social» correspondeu o perderem-se valores, costumes, laços tradicionais, quando as normas de conduta antiga desaparecem sem serem substituídas por sistema coerente, a sociedade está em situação de anomia...

Os «mostradores de caminhos» aparecem então.

Se penso correcta a análise, não penso legítima a identificação entre o presidencialismo e a liderança carismática.

Daí que mantenha a afirmação de acordo com a qual há que encontrar motivações e razões de ser para o «presidencialismo» diferentes das ligadas à problemática do desenvolvimento.

É outro tema (a cuja discussão, obviamente, me não furto.) (*)

Dr. Magalhães Mota

(*) Tal como na primeira parte deste texto — e as duas partes são diferenciadas — manteve-se, propositadamente, o texto original dumas notas para introduzir um debate sobre o tema.

REGIONALIZAÇÃO E ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO

José da Silva Peneda

.....

.....

.....

.....

REGIONALIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Regionalização pode ser definida como um conjunto de reformas institucionais que, integradas num processo evolutivo ao longo do tempo, conduzam à criação de instituições regionais e ao reforço da sua capacidade de decisão autónoma.

No caso português, dado que se parte de uma situação onde o Estado assenta em estruturas fortemente centralizadas, o processo de regionalização implica o recurso a operações de desconcentração e descentralização de funções da Administração Central.

Por desconcentração quero designar o processo pelo qual a lei transfere poderes de decisão até aí pertencentes a um órgão da administração central do Estado para outros órgãos dele hierarquicamente dependentes, quer de âmbito nacional quer de carácter local.

Assim, por este processo, a capacidade de decisão dos órgãos locais do Estado ficará condicionada pelos critérios dos órgãos centrais, que mantêm a responsabilidade e o controle sobre órgãos periféricos. Poder-se-á dizer que se trata de um processo meramente administrativo de descongestionamento da administração do Estado, que pode aumentar o exercício das responsabilidades a nível regional mas não dá lugar à criação de verdadeiras instituições regionais autónomas.

Por descentralização entende-se o processo pelo qual a lei transfere poderes de decisão até aí pertencentes a órgãos de Estado para outros órgãos próprios de entidades independentes do Estado, designadamente autarquias.

Na descentralização os objectivos a prosseguir pelos órgãos autárquicos e os critérios que norteiam as suas decisões são definidos por eles mesmos. Os órgãos autárquicos descentralizados representam as populações locais que os elegeram e, por isso, não dependem do Governo ou de qualquer outro órgão da administração central, os quais poderão quando muito fiscalizar e garantir o cumprimento da lei por parte daqueles.

Trata-se, assim, de um processo de natureza essencialmente política, na medida em que dá lugar à criação ou ao reforço de instituições autónomas, com uma individualidade e com competências próprias a invocar frente ao Estado.

Após tentativa de precisão dos conceitos de regionalização, desconcentração e descentralização caberá agora analisar a razão de ser e a possível justificação para ser levado a cabo um processo tão amplo de reformas nos dias de hoje em Portugal.

Digo tão amplo porque o processo de reformas contido no conceito de regionalização, tal como defini, afecta directa ou indirectamente não apenas a administração pública e os seus serviços.

A adopção de uma dada organização regional — definindo níveis de governo, estabelecendo o modo como eles se articulam, dotando-os de órgãos sem funções e responsabilidades determinadas não deixará de afectar a vida da quase totalidade dos cidadãos do País.

Qualquer que seja um processo de reforma, este terá de assentar, e ter em conta, o ambiente cultural que rodeia esse processo.

Cultura aqui entendida como conjunto de medidas, colectivo e radical, que informa e caracteriza um povo, uma região ou uma comunidade.

Portugal, sendo um país de dimensão reduzida em superfície, contém em si aquilo que designo de múltiplas unidades ou subuniversos culturais distintos e bem diferenciados.

Essas unidades em Portugal são um facto histórico. Com efeito, ser minhoto, beirão, transmontano, ribatejano ou alentejano não é um mero acidente de nascimento; é um modo de ser. E esse modo é partilhado por muitos e compõe-se de formas cívicas, práticas religiosas e sociais, que a história elaborou, a geografia condicionou e a língua arquivou. É um facto patente: nos tamanhos dos campos, nas relações familiares, na forma de ocupação do espaço, nos métodos de construção de habitações, na forma de transmissão da propriedade, nas festas e cantos, no que se crê e descrê.

Quer dizer: cada um destes subuniversos culturais tem uma matriz, um rosto e uma linguagem que não se conhece ou domina ao aprender apenas a pronúncia e a entoação de quem nasceu em tal ou tal subuniverso cultural.

Regionalizar é, pois, e em primeiro lugar, o reconhecimento deste facto.

Em segundo lugar, regionalizar é a concretização de uma componente intrínseca ao desenvolvimento, qual seja a participação dos cidadãos na definição e realização dos objectivos sociais das comunidades onde vivem.

Todavia, as formas concretas que toma o processo de desenvolvimento podem constituir uma frequente ameaça à liquidação da identidade do país ou das regiões que o integram. De facto, a generalização de técnicas de produção, de pensamento, de valores, não pode deixar de criar a tendência para a uniformização, que abafa diferenças de ordem cultural.

Convém, porém, notar que essa tendência não pode justificar o pranto indiscriminado pelo passado perdido, passado pelo qual se pode dizer que uma boa parte das diferenças culturais que ele manifestava, nas nossas terras, consistia nos diversos modos de enfrentar, e geralmente sucumbir, perante a miséria, a fome, a dominação. O desenvolvimento é um processo; e nele podem caber, como componentes intrínsecas, elementos que reconduzam, que corrijam essa tendência despersonalizante; que dêem, em suma, a possibilidade a cada região de poder, cada vez mais, ser sujeito activo dos vários processos sociais de que é, também, objecto.

Esta exigência não é de simples ordem moral; a prática histórica mostra que o desenvolvimento como capacidade de crescimento auto-sustentado e de posição generalizada dos bens essenciais, ou se realiza de dentro, a partir da realidade concreta da terra, da cultura e das pessoas que nele participam, ou então esse desenvolvimento não é real.

E só se mantém sob forma duma relação assistencial desenvolvido-sub-desenvolvido, relação que raramente atenua as diferenças e frequentemente as acentua, por diferentes que sejam as intenções proclamadas.

A experiência histórica das nações europeias, de que Portugal não é excepção, mostra a impossibilidade de sustentar qualquer processo de desenvolvimento, sem a progressiva participação dos cidadãos nas deliberações, decisões e acções que realizam esse processo. A história e o destino dos regimes autoritários ditos avançados aí estão como exemplo. Mas se na era moderna a democracia representativa significou o antídoto do perigo totalitário e a condição intrínseca do desenvolvimento, é hoje por toda a parte visível a insuficiência duma democracia central representativa, dado o enorme poder aí concentrado e a tendência deste poder para acentuar o seu peso até à hipertrofia, à custa da voz e do influxo das outras parcelas do território.

Por isso, regionalizar é também e nos dias de hoje em Portugal, componente essencial para a construção do Estado democrático.

Não se trata da pulverização do poder, nem da conseqüente desagregação do Estado; trata-se antes duma valorização plena do todo pela valorização dos elementos integrantes: pessoas, culturas, recursos e interesses.

O ordenamento do território é a tradução no espaço físico de uma política regional desenvolvida a partir de objectivos económicos e sociais e compreende a aplicação nesse espaço físico dos recursos e das actividades económicas, assim como a distribuição racional da população.

Falar de ordenamento do território obriga a que nos debruçemos sobre política regional.

É hoje facto geralmente aceite que existem em Portugal assimetrias regionais.

No decurso de tentativas várias para compreender e atenuar as desigualdades de desenvolvimento regional têm sido elaboradas teorias que identificam e estudam diversos factores susceptíveis de originar ou reforçar tais desigualdades.

Podemos classificar em três tipos os factores que afectam o grau de desenvolvimento ou subdesenvolvimento das regiões: factores económico-sociais internos, factores económico-sociais externos e factores de natureza política.

O primeiro destes grupos — factores económico-sociais internos — está relacionado com interpretações formuladas apenas ou predominantemente em função das características internas das regiões.

A segunda classe de factores — factores económico-sociais externos — está relacionada predominantemente com teorias que procuram explicar o desenvolvimento regional em função das relações de natureza económica e social da região com o exterior. De entre estes factores podem referir-se como mais importantes:

- as flutuações da procura extra-regional de produtos da região; quando essa procura aumenta a região exporta mais produtos, o que aumenta as suas disponibilidades financeiras e, conseqüentemente, o seu nível de vida e a velocidade do seu crescimento económico;
- as vantagens relativas e absolutas da região do ponto de vista do comércio inter-regional; estas podem ser devidas a factores de ordem locacional (por exemplo as facilidades de acesso aos mercados para onde exporta os seus produtos ou às fontes das suas importações),

ou ainda às características da sua dotação nos diferentes factores de produção, que lhe conferem condições de competitividade em determinados sectores relativamente a outras regiões cuja composição de factores é diferente;

Existe, finalmente, um terceiro tipo de factores — factores de natureza política — que se relaciona essencialmente com a localização espacial do poder político e económico e da capacidade de decisão que lhe anda associada.

É esse tipo de factores que se invoca habitualmente para explicar o desenvolvimento da região de Lisboa, nas décadas de 1940 a 1960. Com efeito, a localização da sede do Governo em Lisboa, numa altura que coincidiu com o segundo e mais forte impulso no sentido da industrialização em Portugal, aliada à política centralizada do mesmo Governo, teve como consequência que foi em torno da capital que se localizou a maior parte dos novos empreendimentos industriais, e portanto do crescimento económico em desfavor das outras regiões do País.

Os dois primeiros tipos de factores têm, sobre o desenvolvimento das regiões, efeitos relativamente evidentes — embora, por vezes, difíceis ou quase impossíveis de quantificar. O mesmo, porém, não acontece no que diz respeito à distribuição espacial do poder e da capacidade de decisão, o que justifica que dela nos ocupemos um pouco mais demoradamente. Ainda antes disso, porém, uma observação se impõe: os factores que influenciam o desenvolvimento das regiões, acima referidos, actuam, na maior parte dos casos, simultaneamente e com intensidade variável, acelerando ou retardando o processo do desenvolvimento das regiões. A sua identificação constitui um quadro disponível para a estruturação do estudo de casos individuais, sem quaisquer pretensões de aplicabilidade universal: assim, nem todos os factores tem efeitos significativos em cada caso e, por outro lado, pode haver factores, ou combinações de factores, que não se encontram entre os referidos, que desempenham um papel crucial em determinadas situações particulares.

Analisemos agora, brevemente, o papel da concentração do poder político e económico numa determinada região (que designamos por «centro» ou região central) sobre o desenvolvimento dessa região e das outras regiões do mesmo país (que constituem a respectiva «periferia»). Tal concentração acarreta, como consequência natural, uma situação privilegiada para a região central relativamente às periféricas, sobretudo aquelas que mais

afastadas se encontram do centro das decisões. Assim, independentemente da distribuição dos recursos naturais, funciona a favor da região central, mais desenvolvida, todo um conjunto de mecanismos, de natureza social, económica e política, que actuam no sentido de aumentar o afastamento, em termos de prosperidade e desenvolvimento, entre essa região e as regiões periféricas. De entre estes mecanismos, podemos destacar, por mais importantes, os seguintes:

- a) a centralização da capacidade de decisão — política, económica, financeira — constitui um factor extremamente forte de atracção para todo um conjunto de actividades industriais tecnologicamente evoluídas, que necessita de acesso fácil e directo a essa capacidade de decisão, bem como aos inúmeros canais, formais e informais, de informação e comunicação, que uma tal concentração necessariamente implica. Por sua vez, a localização, na região central, destas actividades, vai reforçar ainda mais a sua atracção relativamente a novas actividades;
- b) por outro lado, o dinamismo que deste modo adquire a região central — com tudo o que ele implica em termos de oportunidades socio-profissionais — constitui forte motivo de atracção para uma grande quantidade de pessoas das regiões periféricas, que para ela emigrarão em grande número. Ora, é bem sabido que a emigração é um fenómeno selectivo, sendo precisamente os elementos mais activos e dinâmicos das regiões periféricas os que maior tendência têm a emigrar: daqui resulta que a região central vai retirar à periferia precisamente os seus melhores e mais necessários elementos, deixando-lhe uma população desequilibrada do ponto de vista etário e, por isso mesmo, com capacidade diminuída para receber e adoptar as diversas inovações que são essenciais ao seu desenvolvimento;
- c) a consequência natural dos mecanismos referidos será, então, que nas trocas comerciais entre as regiões periféricas e a região central se estabeleça e reforce uma complementaridade baseada na especialização do centro em produtos industriais tecnicamente avançados e em serviços de nível elevado, e das regiões periféricas em produtos do sector primário e de um secundário pouco evoluído. A tendência para a progressiva degradação da razão de troca — isto é, para o

aumento relativo dos preços dos produtos do sector industrial avançado em termos dos produtos primários e dos sectores industriais menos evoluídos — acarreta uma efectiva transferência de recursos das regiões periféricas (menos desenvolvidas) para a central (mais desenvolvida), o que reforça os desequilíbrios regionais;

- d) esta transferência de recursos é acompanhada de uma outra, muito importante, que decorre da localização, na região central, da maioria das sedes e gabinetes de estudos das instituições financeiras do País. Com efeito, a estrutura centralizada dessas instituições faz com que a maior parte do investimento e da concessão de créditos seja decidida a nível da sede; daqui resulta que uma parte preponderante destas decisões vá beneficiar as indústrias situadas na proximidade física do centro. Deste modo, as estruturas bancárias canalizam para a região central uma grande quantidade de recursos que têm origem na poupança realizada nas regiões periféricas; esta poupança vai, assim, contribuir para o agravamento dos desequilíbrios regionais, em vez de ser utilizada para melhorar a posição relativa das periferias;
- e) poder-se-ia pensar que os factores anteriormente referidos seriam susceptíveis de correcção por meio de uma adequada intervenção do Estado — ou, o que neste caso é o mesmo, do Governo Central. As possibilidades de que isso ocorra sem se proceder a uma descentralização são, porém, diminutas. Com efeito, por um lado os problemas da região central, pela sua proximidade física dos centros de decisão, têm muito maiores probabilidades de serem detectados e resolvidos do que os problemas de populações mais distantes, cuja premência não é sentida do mesmo modo imediato e palpável. A própria capacidade de influenciar, por meios informais, a prontidão ou o resultado das decisões é muito atenuada pela distância. Para além deste aspecto, a sectorialização dos ministérios, conjuntamente com a estrutura vertical que em todos eles se encontra, torna extremamente difícil a coordenação indispensável ao sucesso de acções de desenvolvimento que se pretendam integradas e coerentes. Ainda neste caso a posição das regiões periféricas é desfavorável relativamente à da região central, uma vez que a distância alonga os canais de comunicação e provoca atrasos que frequentemente impossibilitam, na prática, uma coordenação eficaz, mesmo quando as agências envolvidas se encontram nela interessadas.

Do que até agora se expôs é possível concluir resumidamente, que as relações de dependência entre regiões, traduzidas pela localização da capacidade de decisão política, económica e financeira numa região privilegiada, tendem a criar e acentuar desequilíbrios no desenvolvimento regional, ainda quando as regiões se encontram em posições idênticas do ponto de vista da dotação em recursos naturais. Estes desequilíbrios surgem pelos processos acima referidos, os quais têm a sua origem na centralização mencionada.

Aplicar-se-á esta descrição ao caso português?

Vejamos:

Pode dividir-se o território do Continente em duas grandes áreas com características distintas: uma, constituída pela faixa costeira ocidental entre Braga e Setúbal e estendendo-se trinta ou quarenta quilómetros para o interior; a outra, constituída pelo resto do território (com possível excepção de uma parte do Algarve, em que o desenvolvimento turístico originou oportunidades e problemas especiais). A primeira, com uma área igual a cerca de 1/4 da superfície total do Continente, tem cerca de 2/3 da população total e a ela correspondem 4/5 do produto total e 9/10 da produção da indústria transformadora. Aí se situam também as melhores vias de comunicação, a maior e melhor parte do equipamento colectivo, a maioria dos serviços de informação e (especialmente em Lisboa) a maior parte da capacidade de decisão política, económica e financeira — em suma, o poder. Na outra área, com excepção de algumas zonas pequenas e pouco representativas, a actividade produtiva predominante é a agricultura, frequentemente uma agricultura subdesenvolvida e pobre, peada por métodos arcaicos, tecnologias obsoletas e estruturas irracionais. Muitas vezes, também, existem recursos naturais não explorados ou cuja exploração, levada a cabo a partir do exterior, praticamente não beneficia as populações locais.

As relações económicas entre estas grandes áreas acentuam e reforçam as diferenças apontadas: assiste-se, em muitos casos, a uma transferência líquida de recursos do interior para a faixa costeira, seja pela degradação dos termos da troca entre produtos agrícolas e industriais, seja pela via dos sistemas fiscal e bancário que canalizam do interior para a costa mais recursos do que desta para aquele, seja ainda pela emigração dos elementos mais válidos, educados e dinâmicos da população activa do interior que buscam nas regiões mais desenvolvidas ou no estrangeiro realizar aspirações que, de outro modo, nunca passarão de vagos anseios, para sempre insatisfeitos.

Em resumo, a relação entre regiões centrais e periféricas apresenta todas as características de uma relação de domínio colonial. Sem ser o único factor do subdesenvolvimento de tão grande parcela do território português, o colonialismo interior é, sem dúvida, um dos mais importantes.

Este facto implica, entre outras coisas, que é necessário alterar profundamente as relações entre regiões ricas e pobres, para quebrar o ciclo vicioso do subdesenvolvimento a que estas têm estado condenadas.

De tudo o que até agora foi dito podem tirar-se algumas conclusões importantes, do ponto de vista de formulação e implementação de uma política de desenvolvimento regional equilibrado e, em especial, da relação entre tal política e uma política de regionalização e de ordenamento do território.

A identificação de um certo número de factores que afectam diferencialmente as várias regiões de um país, dando origem a assimetrias de desenvolvimento entre elas, aponta, imediatamente, para um certo número de medidas de política destinadas a corrigir os efeitos dos factores desfavoráveis e a reforçar os efeitos que, pelo contrário, se consideram desejáveis. Assim é que, por exemplo, fazem geralmente parte da panóplia de instrumentos da política regional medidas como: o estímulo da formação e reciclagem profissionais para aumentar a mobilidade profissional; o levantamento integrado dos recursos das regiões; a realização de investimentos, em infra-estruturas e equipamentos colectivos, nas regiões mais carecidas; a realização e o estímulo ao investimento em sectores produtivos; a política de constituição ou correcção de uma rede equilibrada de lugares centrais; etc.

A correcta definição de uma política regional que vise a atenuação das assimetrias regionais deve conter medidas de política de despesas públicas, de preços, de controles, de aumento de modalidade dos factores de produção mas, também e para mim essencial, de devolução do poder às Regiões.

Aqui a regionalização surge com uma nova dimensão. É também um instrumento de política regional e, como instrumento que também é, terá de ser gerido atendendo aos efeitos interdependentes que necessariamente se estabelecerão com outros instrumentos a utilizar com vista à concretização de objectivos definidos numa política regional.

Na definição dessa política, e no que respeita à sua tradução no espaço físico, é pressuposto que as acções a desenvolver não poderão tocar de igual modo todas as partes do território.

O quadro privilegiado de actuação sobre o espaço é o dos planos de ordenamento do território, se eles tiverem carácter integrado e abarcarem os sectores com reais implicações sob o ponto de vista espacial. A forma de os elaborar tem vindo a experimentar um progresso substancial, dando-se-lhe cada vez mais o carácter de «processo» em contraposição com o «documento» que eles representavam há duas décadas.

A dicotomia entre o meio rural e o meio urbano pode ser atenuada se houver acessibilidade dos habitantes do primeiro ao equipamento social que lhes garanta melhor qualidade de vida e lhes permita usufruir de níveis de oportunidade de acesso aos bens da cultura, à saúde, à educação e aos outros serviços, comparáveis aos dos que residem nas cidades. É no contexto de uma rede de lugares centrais hierarquizada e devidamente localizada que isso pode acontecer. E os instrumentos operacionais para o conseguir são os planos de ordenamento do território tomados no conjunto da sua hierarquia, em termos de pormenor, horizonte temporal e âmbito espacial, e entendidos numa óptica de processo que envolva todos os interessados e os potenciais agentes.

Num grande espaço económico diversificado, uma política regional e a sua tradução em termos de ordenamento do território, além da integração horizontal referida, no quadro de uma mesma área, reclamam uma outra, que articule as diferentes áreas que o compõem. Cada uma destas exhibe vantagens comparadas de que é necessário tirar benefícios para bem de todos e de cada um. A definição de linhas de política respeitantes ao conjunto e digeridas a nível de cada uma das partes torna-se, assim, um exercício básico e fundamental.

Trata-se pois de reconhecer na prática a existência de interdependências espaciais e sectoriais, numa perspectiva de maximização da utilidade dos recursos.

É evidente que tais linhas de política e a sua compatibilização não são imediatas, automáticas ou facilmente acordadas. Cada parte tem, naturalmente, as suas ideias acerca do que vem a ser o conjunto das suas potencialidades e formula sempre um alto juízo acerca da legitimidade das suas próprias expectativas. Por isso, as linhas de política geral têm de ser negociadas entre as diversas partes interessadas.

No mundo ocidental os agentes autónomos são numerosos e têm actuações que desfrutam de grandes graus de liberdade.

A definição de linhas de política tem, por isso, que ser racional e relevante para os seus autores, mas também que exhibir os seus méritos para a grande multiplicidade daqueles que as hão-de traduzir na prática.

Aqui a componente do conhecimento profundo da situação — os recursos e os homens — é determinante.

Haverá assim que conciliar a acção de autoridades locais, regionais e nacionais ou mesmo, em certos casos, supranacionais. Põe-se assim o problema da definição das atribuições e competências de cada nível de administração ou de governo e da adequação dos meios de execução ao que, naquele domínio, for estabelecido.

Em muitos casos, certas funções podem ser desempenhadas somente num dos níveis e outras terão de ter responsáveis em vários estratos.

Surge, deste modo, uma complicação operacional adicional que resulta da necessidade da convergência das actuações de várias entidades públicas com níveis de responsabilidade e meios técnicos e financeiros distintos.

Face à complexidade progressiva do sistema económico e social, associada à evolução crescente, em número e qualidade, das funções que se reclamam dos poderes públicos e, ainda, tendo em conta a necessidade da melhor coordenação dos meios imposta pela situação de crise em que vivemos, surge como imperiosa a eficiência do sistema administrativo, muitas vezes julgada antagónica da descentralização. Não o é, de facto, se esta for acompanhada da desconcentração de funções da administração central que permita a coordenação de políticas ou estratégias com implicações a diversos níveis. Todo o processo se verá enriquecido pelas contribuições que, de baixo para cima, traduzem o empenhamento dos cidadãos na resolução dos seus próprios problemas. Por outro lado, não se perderá a capacidade de coordenação que requer uma política com distintos escalões de agentes responsáveis e com muitos sectores cuja complementaridade é indispensável.

Não se repetirá aqui uma detalhada exposição sobre a descentralização político-administrativa e regionalização, seu significado e justificação; mas é dela que, efectivamente, se trata. Em Portugal nos últimos anos deram-se passos concretos neste sentido, pelo que respeita às autarquias locais ou, com mais precisão, às Câmaras Municipais. Mas as Câmaras não esgotam o poder autárquico e a experiência mostra quanto é urgente completar o edifício descentralizador de modo a superar a alternância entre um poder central absorvente e paralizante e um poder municipal, multiplicado por

por mais de três centenas de concelhos, cada um com o seu plano, seus projectos e suas obras, independentemente uns dos outros, alheios ou excluídos dos projectos globais, regionais ou nacionais.

As insuficiências duma estruturação do poder político distribuído, sem graus intermédios, entre o Governo Central e as Câmaras isoladas, verificam-se, igualmente, quanto aos serviços sectoriais da Administração; nomeadamente os relativos às actividades produtivas. A estruturação paralela duns e doutros, cada um com os seus planos, ou seus técnicos e os seus objectivos, multiplica custos, desaproveita meios, sobrepõe projectos e duplica acções.

Com todo este processo é preciso não esquecer que o agente e o destinatário do desenvolvimento e da ocupação do território é um ser humano, com as suas aspirações e limitações, com as suas potencialidades e os seus valores próprios, com um comportamento evolutivo mas não amorfo, com uma capacidade de absorção de inovações condicionada por inúmeros factores na base das quais está, antes de tudo, a educação a que ele teve oportunidade de acesso...

Pensar na regionalização e procurar estabelecer e analisar as relações das suas múltiplas dimensões com outros aspectos da administração, nomeadamente o ordenamento do território, é tarefa entusiasmante.

Sendo um mundo complexo não existem panaceias. Penso que não se poderá avançar sem experimentar, para ajuizar dos bons e maus resultados, para conseguir propor adaptações ou para alterar a direcção do percurso.

É este carácter evolutivo das instituições que tem que estar presente em processos de reforma como os que aqui foram aflorados.

Passou o tempo do Estado estável. O processo tecnológico, a rapidez de alteração dos condicionalismos internos e externos e a consequente modificação de metas e objectivos, determinam a necessidade de encontrar sistemas capazes de introduzir inovações no seu modo próprio de operar, sem fracturas geradoras de tensões ou de situações de anomalia, fomentando a evolução, que a prática mostra ser lenta, das mentalidades e das estruturas.

Numa altura em que tanto se fala de regionalização procurei, da forma que sei e sou capaz, analisar as múltiplas dimensões do conceito e, aqui e acolá, procurar ligá-lo aos conceitos de ordenamento do território e de política de desenvolvimento regional.

Ser português não é uma mera abstracção. É um modo de ser, um modo próprio de estar no mundo.

E esse modo nasce, cresce e alimenta-se das raízes donde provém e não pode deixar de ser a resultante da integração numa unidade solidária das variedades regionais existentes.

Por isso é que entendo que a regionalização é um fenómeno que marca uma nova época, um estágio avançado, como sinal de desenvolvimento e factor de desenvolvimento.

Gostaria de terminar formulando um voto: que Portugal, para aceder ao estágio democrático da representação central não entre, inconscientemente, na destruição sistemática do que tem de mais rico — os seus sub-universos regionais — para tentar, mais tarde, organizar a recuperação do tempo e dos valores desbaratados.

Seria então muito melancólico gerir um espaço que modelava um homem português que foi capaz de ser universal em muitos momentos da sua História, porque habituado a ser ele mesmo através do tempo, das mudanças, das diferenças.

Dr. José da Silva Peneda

**O PODER E O ESTADO:
A NECESSIDADE DE ASSUMIR A POLÍTICA**

Francisco Sarsfield Cabral

O PODER E O ESTADO: A NECESSIDADE DE ASSUMIR A POLÍTICA

A desconfiança em relação ao poder político e à sua forma moderna, o Estado, manifesta-se, hoje, nos mais diversos quadrantes de opinião. Desde os herdeiros dos esquerdistas libertários de Maio de 68 até aos adeptos radicais do livre funcionamento do mercado, é notória a hostilidade perante o que é sentido como opressão das pessoas pela máquina do Estado.

É compreensível a reacção. Por um lado, a crise económica desacreditou as políticas de intervenção estatal anticíclica e, de um modo geral, o keynesianismo com preocupações sociais que, no mundo ocidental, presidiu à maior expansão económica de sempre, desde o fim da guerra até pouco antes do primeiro choque petrolífero, no final de 1973.

Por outro lado, o século XX conheceu, e infelizmente ainda conhece, as mais implacáveis tiranias da História. O nosso tempo assistiu não só ao aperfeiçoamento das técnicas e dos aparelhos de coacção política, como à sistemática invasão, por essas técnicas e esses aparelhos, de áreas até aí livres da submissão ao político.

O século XX é, afinal, o século dos totalitarismos. Tem razão Bertrand de Jouvenel ao observar, há quase quarenta anos: «Onde está a liberdade? A nossa sociedade europeia procura-a desde há dois séculos: deparou-se-lhe a autoridade estatal mais vasta, mais maciça, mais pesada, que a nossa civilização jamais conheceu» (1).

DO ANARQUISMO AO MARXISMO

A aspiração à liberdade, à ausência de coacção externa e à plena autodeterminação da pessoa tomou uma expressão extrema, no século passado, com o anarquismo. Inimigos de toda e qualquer autoridade, os anarquistas visavam, naturalmente, a abolição do poder político. O Estado

(1) Bertrand de Jouvenel, *Du Pouvoir — Histoire Naturelle de sa Croissance*, Hachette 1972 (primeira edição em 1945, Genève), pág. 387.

era para eles uma forma de repressão organizada para manter a propriedade privada e a exploração das classes trabalhadoras.

«Quem diz Estado político — seja ele monarquia absoluta, monarquia constitucional ou mesmo república — diz domínio e exploração. (...) Que pretende o socialismo? A constituição de uma sociedade humana equitativa, liberta de toda a tutela, de toda a autoridade e dominação política, bem como de toda a exploração económica» (2). Assim escrevia Bakunine.

Mas o anarquismo tinha um curto fôlego teórico, surgindo mais como uma manifestação romântica e libertária do que como uma sólida doutrina para fundamentar a acção. Essa doutrina concebeu-a Marx.

No marxismo o horizonte último permanece o mesmo: o fim do Estado. Mas as coisas já não se apresentam tão lineares como no anarquismo. Também para o marxista o Estado não passa de um instrumento para manter a ditadura da classe dominante. Não reside na esfera política mas na económica, porém, a raiz última da alienação que produz tal estado de coisas. Uma vez superada a alienação económica desaparecerá a necessidade de manter um aparelho repressivo — em boa verdade, para o marxismo desaparecerá a política.

Depois de salientar que nem sempre houve Estado (criado para manter o domínio de certas classes sociais), Engels afirma que tais classes desaparecerão tão inevitavelmente como surgiram e que, com elas, cairá o Estado. «A sociedade, que reorganizará a produção na base da associação livre e igualitária dos produtores, relegará todo o mecanismo do Estado para onde passará, então, a ser o seu lugar: o museu de antiguidades, ao lado da roca e do machado de bronze» (3). Nessa altura, «o governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direcção das operações de produção. O Estado não é "abolido", ele *extingue-se*» (4).

Esta frase de Engels ajudará Lenine — que foi, acima de tudo, um político — a distinguir-se dos anarquistas (que visavam a *abolição* do Estado) e a elaborar a sua concepção da ditadura do proletariado. A revolução, segundo o marxismo-leninismo, vai abolir imediatamente tão-só o Estado da burguesia, substituindo-o pelo Estado proletário. Este — que já não seria,

(2) M. Bakunine, *Le Socialisme Libertaire — Contre les Despotismes* (antologia de textos preparada por Fernand Rude), Denöel/Gonthier 1973, pág. 91.

(3) F. Engels, citado por Lenine em *L'État et la Révolution*, Ed. Gonthier, pág. 18.

(4) Idem, pág. 20.

aliás, um Estado na plena acepção da palavra — extinguir-se-ia por si, gradualmente, à medida em que a apropriação colectiva dos meios de produção fizesse, entretanto, desaparecer as classes.

Mas — e isso interessa particularmente a um Lenine escrevendo na Primavera de 1917 — não só o velho Estado burguês terá de ser derrubado pela violência, como esta deverá prosseguir durante o período de transição para o comunismo, durante a ditadura do proletariado. A substituição do poder de repressão da burguesia pelo poder de repressão do proletariado representa, para Lenine, um progresso da democracia — pois agora são as maiorias a dominar as minorias.

Aliás, esta «forma revolucionária e passageira» de Estado começará a extinguir-se por si, crêem os marxistas. «O aparelho especial, a máquina especial de repressão, o Estado, é *ainda* necessário, mas trata-se de um Estado transitório, não é já o Estado propriamente dito, porque a repressão exercida contra uma minoria de exploradores pela maioria de escravos assalariados de ontem é, relativamente, coisa tão fácil, tão simples e tão natural que ela custará muito menos sangue do que a repressão das revoltas dos escravos, dos servos e dos operários assalariados; ela custará muito menos caro à humanidade. E será compatível com a extensão da democracia a uma tão grande maioria da população que a necessidade de uma *máquina especial* de repressão começará a desaparecer» (5).

De qualquer modo, terminada esta fase transitória (de duração incerta) durante a qual continuará a haver Estado e política para acabar de vez com o Estado e a política, o futuro não difere do proposto pelos anarquistas. «O proletariado apenas terá necessidade do Estado por algum tempo — diz Lenine —. Não estamos de maneira nenhuma em desacordo com os anarquistas quanto à abolição do Estado como um *fim*» (6). Na fase final, comunista, «os homens habituar-se-ão gradualmente a respeitar as regras elementares da vida em sociedade conhecidas desde há séculos, repetidas durante milénios em todos os preceitos morais, e a respeitá-las sem violência, sem coacção, sem submissão, sem este aparelho especial coercivo que tem um nome: Estado» (7).

(5) Lenine, ob. cit., pág. 103.

(6) Idem, pág. 70.

(7) Idem, pág. 102

O PARADOXO DO FIM DO ESTADO

A perspectiva da extinção do Estado permite compreender melhor o aparente paradoxo de os mais ferozes totalitarismos de hoje se reclamarem do marxismo — ou seja, de uma ideologia que tem como meta o fim da coacção estatal.

Precisamente porque existe essa meta — mas em data indeterminada — a «ditadura do proletariado» pode, sem má consciência, atingir os piores extremos. Trata-se da luta final contra a alienação do homem, contra o mal. Perante o horizonte último do homem reconciliado consigo mesmo e da sociedade sem classes (logo, sem Estado), pouco contam as violências do presente — muito embora estas desmintam a profecia de Lenine de que o Estado começaria a extinguir-se ainda durante a ditadura do proletariado.

Só depois deste combate último pelo fim da alienação do homem começará verdadeiramente a História. Uma História sem política, acrescenta-se.

Para o marxismo a política é, de facto, uma manifestação do mal, um reflexo da alienação fundamental — económica — da humanidade. Supere-se essa alienação e a política (como a religião) deixará de ter sentido e lugar. Compreende-se, assim, o fraco interesse que os teóricos marxistas tradicionalmente dedicam ao fenómeno político, ao qual não podem deixar de negar autonomia. Nem as inflexões, a partir de Gramsci, de certos intelectuais marxistas (forçados, pela evidência das coisas, a olhar mais a sério para o Estado) podem fazer esquecer que é da essência do marxismo a desvalorização da instância política.

Em contrapartida, os governantes marxistas (lembremos a Polónia) sabem bem do que se trata, nesta fase em que o Estado «ainda» não acabou. Reconhecem, como Trotsky, que «todos os Estados se baseiam na força» e, como Mao-Tsé-Tung, que «o poder nasce do cano de uma espingarda». E, sem complexos, consolidam tiranias que não são apenas privação da liberdade política e opressão económica. As ditaduras marxistas não se confinam a esses limites tradicionais pois, pretendendo criar o homem novo, a repressão não conhece barreiras nem domínios autónomos vedados ao político.

Mesmo tendo em conta que o facto de os países «socialistas» terem inimigos externos lhes dá mais um álibi para reforçarem o aparelho repres-

sivo, é forçoso concluir que nada aponta para o eventual recuo desse aparelho (pense-se, por exemplo, nas abortadas reformas liberalizadoras do sistema económico, com a parcial excepção da Hungria).

Os Estados marxistas são, afinal, Estados como os outros. Com uma pequena diferença: a ideologia, projectando um paraíso terreal como resultado das actuais medidas, desinibe-os quanto à utilização de meios, ao mesmo tempo que permite disfarçar, no plano externo, o desenvolvimento de uma estratégia imperialista. Ou seja, o totalitarismo é exercido por aqueles que oficialmente acreditam estarem a pôr termo à coacção, ao Estado e à política. O que não acontece por acaso.

O INDIVIDUALISMO LIBERAL

Mas os marxistas não são os únicos a desvalorizarem a política, «reino do mal». Encontramos atitude semelhante (ainda que menos estruturada filosoficamente) no pensamento liberal⁽⁸⁾.

O liberalismo surge historicamente em oposição ao poder político na Europa. O absolutismo monárquico, as perseguições religiosas em que os monarcas se empenhavam, e o «terror» da Revolução Francesa levavam os europeus literalmente a fugirem do Estado (para o outro lado do Atlântico, nomeadamente). A liberdade aparecia, assim, aos olhos de muitos como estar «livre» do Estado, do poder e da sua opressão. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das relações mercantis favorecia a rebelião contra quaisquer entraves políticos aos mecanismos económicos considerados «naturais».

A hostilidade ao poder político e ao Estado traduzia, afinal, a perspectiva individualista do liberalismo, reforçada com a exaltação romântica do Eu. (Mas o romantismo também foi reacção contra o individualismo, na medida em que contribuiu para o reforço do sentimento nacional.) Desvalorizada a dimensão social e colectiva da existência humana, do mesmo passo se teria de desvalorizar o poder — ou seja, aquilo que, em última instância, assegura a vida da comunidade enquanto tal.

⁽⁸⁾ Como é evidente, o adjectivo liberal é aqui usado no sentido tradicional europeu. Como se sabe, nos Estados Unidos «liberal» quer dizer oposto a conservador, «de esquerda», favorável à intervenção estatal.

Essa perspectiva individualista está hoje presente, por exemplo, na obra porventura mais significativa do moderno pensamento liberal, a obra de F. A. Hayek.

Para Hayek, a sociedade é um mero aglomerado de indivíduos actuando em função de fins diversos e não comparáveis. A defesa radical que ele faz do não-intervencionismo do Estado, da mera observância de regras gerais e abstractas de conduta, baseia-se na ideia de que não pode haver acordo entre os homens quanto aos fins a prosseguir — apenas quanto aos meios. O mercado, «ordem espontânea» e processo impessoal, surge como a única forma de assegurar a convivência entre pessoas cujos projectos e finalidades divergem e conflituam.

Não haverá, então, valores colectivos, finalidades para a sociedade como um todo? Não, diz Hayek. «A sociedade, no sentido estrito que a distingue do aparelho estatal, é incapaz de agir segundo um propósito específico», pondo-se, até, o problema de saber «se existe um dever moral de nos submettermos a um poder que coordena os esforços dos membros da sociedade com o objectivo de atingir um determinado padrão distributivo considerado justo»⁽⁹⁾. Hayek nega esse dever: para ele, a «justiça social» não passa, logicamente, de uma expressão sem sentido, de uma miragem.

É que procurar uma determinada distribuição da riqueza implicaria «que o processo da sociedade deveria ser deliberadamente orientado para certos resultados e que, personificando a sociedade, esta seria tomada como um sujeito dotado de espírito consciente e capaz de ser guiado na sua acção por princípios morais»⁽¹⁰⁾. Ora isso não passa, para F. A. Hayek, de um antropomorfismo anacrónico.

Para este autor, e para os liberais que dele se aproximam, os sentimentos colectivos, e designadamente o amor pelo próximo, só têm sentido em pequenos grupos, em que todas as pessoas se conhecem. Na «grande sociedade» deve reinar a regra geral e abstracta, meramente instrumental, contra reminiscências do «espírito tribal».

O colectivo é equiparado a primitivo, tribal, e daí a oposição de Hayek ao direito público (que subordina o cidadão à autoridade e é composto por regras de organização para funcionários) que contrapõe ao direito privado, composto por regras de conduta para o indivíduo particular.

(9) F. A. Hayek, *Law, Legislation and Liberty — The Mirage of Social Justice*, Routledge and Kegan Paul Ltd., London and Henley, 1976, pág. 64.

(10) Idem, pág. 79.

A negação do público e do colectivo é, ao fim e ao cabo, negação da dimensão política. Só na esfera privada, sobrevalorizada, pode, assim, situar-se a liberdade. De facto, para F. A. Hayek a liberdade é simplesmente a ausência de coacção, e «a coacção é o controle dos dados essenciais da acção de um indivíduo por outro; ela apenas pode ser evitada dando ao indivíduo meios para assegurar a si mesmo uma esfera privada no interior da qual esteja ao abrigo de tais intromissões»⁽¹¹⁾.

Numa «grande sociedade» concebida nos termos de Hayek dificilmente haveria lugar para coisas como a defesa nacional. É ele próprio quem implicitamente o dá a entender quando escreve: «as regras de justa conduta apenas podem ser iguais para todos quando não são levadas em conta finalidades particulares para o exercício da coacção (excepto em certas circunstâncias especiais e passageiras, como guerra, rebelião, ou catástrofe natural)»⁽¹²⁾. As excepções dão que pensar. Se tudo se passasse assim, quem, por exemplo, estaria disposto a arriscar a vida pela pátria?

O COLECTIVO SEM POLÍTICA

A «ideia de que os homens são a realidade e a sociedade uma convenção», como diz Bertrand de Jouvenel⁽¹³⁾, está por detrás das teorias do contrato social, ainda quando este consiste em mera hipótese explicativa destinada a justificar determinada escala de valores⁽¹⁴⁾. Mas o liberalismo deu também origem a uma corrente — o utilitarismo — que, por outra via, procura encontrar critérios de organização social.

O utilitarismo é mais sensível à dimensão colectiva das sociedades humanas: o bem-estar da comunidade é a sua norma suprema. Nesse sentido, propõe certas fórmulas de cálculo da utilidade social, partindo do pressuposto de que a vontade humana é racional e admitindo como viáveis comparações interpessoais de utilidade.

⁽¹¹⁾ F. A. Hayek, *The Constitution of Liberty*. Chicago, 1960, pág. 139. Citado por Raymond Aron, *Essai sur les Libertés*, Calmann-Lévy, 1965, pág. 130.

⁽¹²⁾ F. A. Hayek, *The Mirage of Social Justice*, pág. 144.

⁽¹³⁾ Ob. cit., pág. 77.

⁽¹⁴⁾ É o que acontece, nomeadamente, com John Rawls, *A Theory of Justice*, Harvard, 1972.

Não interessa, aqui, analisar onde falha esse cálculo, que não consegue superar a circunstância de as pessoas viverem segundo valores diferentes e finalidades diversas, não comparáveis; nem é este o lugar para discutir se o utilitarismo é capaz de resolver o eventual conflito entre o bem-estar da actual geração e o das gerações futuras. O que vale a pena notar é que a orientação utilitarista revela uma tentativa, de resto extremamente pertinaz e que constantemente se faz sentir, para governar a colectividade através de normas julgadas científicas — isto é, prescindindo da política. «Bentham estava convencido de que a política deveria ser uma espécie de aritmética utilitarista e que se poderia sempre determinar a norma de acção adequada por operações puramente lógicas ou matemáticas» (15).

Como Gunnar Myrdal observou há mais de meio século, a teoria económica, ou larga fracção dela, adoptou o método utilitarista, o que permitiu uma impressionante longevidade à doutrina do utilitarismo como sistema de ética social positiva. A própria revolução keynesiana e o domínio da macroeconomia que lhe anda associado contribuíram, juntamente com as experiências de direcção central das economias de Leste, para alimentar esperanças de que seria possível formular cientificamente a política económica e social. E, depois do Produto Nacional Bruto, já se tem tentado calcular a Felicidade Nacional Bruta...

Não só os economistas, porém, têm procurado dispensar a política. Também se tem tentado reduzir o Estado ao direito, tendência que culmina em Hans Kelsen.

Levando ao extremo lógico a propensão de muitos juristas para não verem no Estado e na política mais do que normas, Kelsen — como, noutra perspectiva, os utilitaristas — cede à tentação do cientismo e à pretensão antimetafísica. O próprio direito é, para ele, não tanto um comando ou um imperativo de conduta, como um juízo lógico-formal: se tal procedimento não for observado, seguir-se-á aquilo (por hipótese, uma sanção). E o Estado não será senão a expressão institucional do direito.

Mero sistema de normas, o Estado é, assim, esvaziado da política. Marx e, na prática, certos liberais haviam subordinado a política à eco-

(15) Gunnar Myrdal, *Aspectos Políticos da Teoria Económica*, trad. brasileira, Zahar Editores, pág. 46.

nomia; alguns juristas reduzem-na ao direito. Fenómenos centrais no Estado, como a vontade e o poder, são portanto escamoteados. Fica apenas o conjunto instrumental de normas e técnicas jurídico-administrativas que a progressiva racionalização do Estado moderno multiplicou. Só que a identificação do Estado e do direito não faz justiça a nenhuma das duas realidades.

A VIOLÊNCIA E O PODER

Sendo domínio de homens sobre outros homens, o poder político evoca algo de mágico e simultaneamente de maléfico. O sofrimento causado pela violência ao serviço do poder empresta má reputação à política. Compreendem-se as tentações para recusar qualquer autoridade, qualquer coacção.

E hoje, em que a destruição nuclear está à mercê de uma decisão política, aumenta a hostilidade em relação à esfera do político, que facilmente se equipara à esfera do mal — não obstante não terem sido os políticos quem inventou a bomba atómica. Aliás, em análise serena terá de se concluir que, não podendo ser «desinventadas» as armas nucleares, só através da política se poderá evitar a destruição da humanidade.

Acresce que a política é algo que envolve vontade, luta, sentimento, valores. Não estão em causa meras teorias, mas, afinal, concepções do mundo que pretendem impor-se. Por isso dizia Albert Camus que todas as revoluções são metafísicas. Daí a paixão que a política provoca e que a torna por vezes temível.

Mas não parece que a melhor forma de exorcisar os demónios do poder seja fugir da política. A própria tendência liberal que se limita a empurrar o Estado para longe da esfera privada do indivíduo pode dar caução a regimes socialmente opressores e destituídos de liberdades políticas.

Sem a política não seria possível a vida do homem em sociedade — e só em sociedade o homem é homem. Por isso a política, assumindo a dimensão colectiva da vida, é uma realidade eminentemente humana.

A razão de ser do poder político, do Estado, é a subsistência da comunidade, defendendo-a do exterior e assegurando-lhe ordem no interior. Sem o poder político, a comunidade desagregar-se-ia e não só os homens perderiam toda a segurança (recordemos certos momentos da vida portuguesa em 1975, quando o Estado quase deixou de existir) como deixaria

de ter sentido, então, falar de liberdade. Como disse von Ihering, «a forma mais insuportável de Estado é a ausência de Estado»⁽¹⁶⁾.

Animal político, o homem tem na sociedade o seu «meio natural». Não é preciso recorrer à ficção do contrato social para aceitar o colectivo: ele é simplesmente inerente ao humano, embora não encerre todo o humano.

A esfera do político implica uma dialéctica entre o público e o privado. Ora o público, escreve Julien Freund, «é, no sentido político, afirmação de uma unidade»⁽¹⁷⁾. Essa unidade — que os liberais desvalorizam, apenas encarando o indivíduo — é suporte de uma ordem comum que transcende o pluralismo interno da comunidade e dá a esta possibilidade de se manter e desenvolver. «Enquanto exprime a necessidade de uma unidade, a noção de público significa que a colectividade age em autonomia, o que implica que ela é simultaneamente razão e vontade superiores ao indivíduo, sem por isso lhe ser hostil»⁽¹⁸⁾.

Como é que isso se passa na prática? Através do exercício do poder político, fenómeno tão «natural» como a sociedade. E poder político implica autoridade, coacção, força, violência. Sublinho *implica* — não digo que uma coisa equivalha à outra. A força, a violência se quisermos, é uma condição normalmente necessária ao Estado, ao poder político — embora condição manifestamente não suficiente.

Afirma Hannah Arendt que «o poder corresponde à capacidade humana para agir mas agir em concertação; o poder não é nunca propriedade de um indivíduo — pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se mantiver unido»⁽¹⁹⁾. É verdade e poderá, até, inverter-se a proposição e dizer que o grupo só subsistirá enquanto existir poder. Mas nada justifica a oposição — que H. Arendt invoca⁽²⁰⁾ — entre poder e violência.

A violência é um instrumento do poder. «Se nenhuma instituição social empregasse a violência, então o conceito de Estado seria eliminado e teríamos uma situação que poderíamos designar por anarquia no sentido

⁽¹⁶⁾ Citado por Bertrand de Jouvenel, ob. cit., pág. 345.

⁽¹⁷⁾ Julien Freund, *L'Essence du Politique*, Sirey, 1965, pág. 320.

⁽¹⁸⁾ J. Freund, ob. cit. pág. 321.

⁽¹⁹⁾ Hannah Arendt, *On Violence*, Harcourt, Brace & World, Inc., New York, pág. 44.

⁽²⁰⁾ Idem, pág. 49.

próprio da palavra», escreve Max Weber, acrescentando: «A força não é, certamente, o meio normal e único de actuação do Estado — ninguém diz isso — mas a força é um meio específico do Estado (...) Um Estado é uma comunidade humana que (com êxito) reivindica o *monopólio do legítimo uso da força física* num dado território» (21).

Por vezes as situações excepcionais, extremas, revelam a essência de certas realidades, que a normalidade encobre. É o que se passa com a instância última do poder, tradicionalmente designada por soberania. Ora, como sustenta Carl Schmitt, «é soberano o que decide do estado de excepção» (22), comentando Julien Freund: «Será soberano quem decidir em última instância, não em nome do direito, mas da força, ou seja: é soberano não apenas quem decidir do estado de excepção mas, também, quem decidir em caso de situação excepcional. As revoluções são deste tipo» (23). Eis o que nos mostra o coeficiente de vontade pessoal e necessariamente arbitraria que, em maior ou menor grau, sempre o poder político terá. É isso que às vezes custa a aceitar à mentalidade moderna.

Isso e a circunstância de que se trata do domínio do homem sobre o homem. Para F. A. Hayek, por exemplo, «quando obedecemos às leis, no sentido de regras gerais e abstractas, formuladas sem referência a uma eventual aplicação a nós próprios, não estamos submetidos à vontade de outros homens e somos, portanto, livres» (24). Acrescenta Hayek: «Se o poder significa que os homens estão submetidos à vontade de outros homens, numa sociedade livre o governo não tem o poder» (25). Esta a ilusão liberal.

Voltemos a Max Weber: «Tal como as instituições que o precederam, o Estado é uma relação de homens dominando homens, uma relação baseada no uso da violência legítima (isto é, considerada legítima). Se o Estado existe, os governados devem obedecer à autoridade reivindicada pelos poderes constituídos» (26). Ora, «a obediência é determinada por fortes motivos de

(21) Max Weber, *Politics as a Vocation*, na colectânea organizada por H. H. Gerth e C. Wright Mills *From Max Weber: Essays in Sociology*, Routledge & Kegan Paul Ltd., pág. 78.

(22) Citado por J. Freund, ob. cit., pág. 124.

(23) Ob. cit., pág. 126.

(24) F. A. Hayek, *The Constitution of Liberty*, pág. 150. Citado por R. Aron, *Essai sur les Libertés*, pág. 132.

(25) *The Constitution of Liberty*, pág. 156. Citado por R. Aron, *Essai sur les Libertés*, pág. 132.

(26) Ob. cit., pág. 78.

medo e de segurança — medo da vingança dos poderes mágicos ou dos dirigentes, esperança de recompensa neste mundo ou no outro — e, além disso, por interesses da mais variada ordem» (27).

Mesmo num Estado moderno, racionalizado e regido por um complexo sistema de leis, existe a obediência. Mas — é evidente — a força pura, a violência não bastam para se obter a obediência. Sem um certo consentimento dos governados não há governante que se agüente, por mais tirânico que seja.

É aqui que se coloca o problema da legitimidade, a que Max Weber se referia ao falar de violência legítima, salientando querer isto dizer «violência *considerada* legítima». Bertrand de Jouvenel sublinha este aspecto decisivo ao escrever: «O que existe efectivamente é a crença humana na legitimidade do poder (...) Não há carácter legítimo a não ser através da conformidade com o que os homens consideram o modo legítimo do poder» (28).

Por outras palavras, o conceito-chave de legitimidade do poder não é jurídico mas sociológico. Max Weber aponta vários tipos de legalidade: baseada na tradição, no carisma pessoal do «leader», e na legalidade. Outras modalidades se poderiam indicar, mas é quanto basta para dar uma ideia de que o poder implica uma dialéctica estreita entre comando e obediência (29) que de maneira nenhuma se reduz ao uso da força, embora o não dispense normalmente (pelo menos como possibilidade). Nesse sentido tem razão Madison ao dizer que «todos os governos se baseiam na opinião» (30).

A LIBERDADE E O ESTADO

A limitação do Estado é uma das maneiras de evitar que o exercício do poder político redunde em tirania. A dimensão colectiva e pública do homem não é tudo — por isso, o poder político (que possibilita tal dimensão, ao assegurar a vida em comunidade) não deve invadir todas as esferas da actividade do homem, destruindo a autonomia da vida privada e das

(27) Ob. cit., pág. 79.

(28) Ob. cit., pág. 37.

(29) Cfr. J. Freund, ob. cit., págs. 101 e segs.

(30) Citado por Hannah Arendt, *On Violence*, pág. 41.

instituições da chamada sociedade civil. Só num regime totalitário o político pretende ter a ver com tudo (e, na prática, o poder político em tudo é capaz de interferir, extravasando a sua função específica: tudo pode ser politizado, o que mostra o carácter decisivo da política — daí, porventura, o célebre «politique d'abord!» de Maurras).

Mas a liberdade não é apenas, nem sobretudo, a salvaguarda contra o poder potencialmente opressor dos governos, ou seja, a justa preservação da esfera privada das pessoas. Essa, como vimos, a concepção — inadequada — de um certo liberalismo. As liberdades civis são importantes; mais do que elas, porém, é a participação activa no governo da cidade.

Quando os europeus fugidos à tirania política e à intolerância religiosa atravessaram o Atlântico e chegaram à terra americana, o seu sentimento mais forte terá sido, talvez, a sensação de terem escapado à opressão. Mas eles não se ficaram por essa liberdade apenas negativa. Ao criarem novas comunidades, os colonos deram simultaneamente vida a uma forma diferente da europeia de exercer o poder: a forma democrática, o autogoverno.

No culminar desse processo — na altura da proclamação da independência — para os «founding fathers» da Revolução Americana «a principal questão não era certamente a de saber como limitar o poder, mas como o estabelecer; não era saber como limitar o governo, mas como fundar um novo»⁽³¹⁾. Foi a *constitutio libertatis*, diz Hannah Arendt, referindo-se à Constituição norte-americana e à fundação daquele novo corpo político⁽³²⁾.

Acentua H. Arendt que não é legítimo «confundir direitos civis e liberdade política, ou identificar esses preliminares do governo civilizado e a substância mesma de uma república livre. Porque, geralmente falando, liberdade política significa o direito de ser parte no governo, ou não significa nada»⁽³³⁾.

Ter-se-á perdido esta herança da Revolução Americana, como afirma (e lamenta) H. Arendt? Há, sem dúvida, evoluções preocupantes, desde a fuga tecnocrática à política (fuga sempre e apenas aparente) até ao conformismo perante o cercear das liberdades (porventura em troca de segurança ou de bem-estar económico — mas nem sequer existe sempre essa troca). A democracia é um bem frágil — veja-se em quantas regiões do globo

⁽³¹⁾ Hannah Arendt, *Essai sur la Révolution*, trad. francesa, Gallimard, pág. 216.

⁽³²⁾ Idem, pág. 225.

⁽³³⁾ Idem, pág. 322.

existe liberdade política — mas parece irrecusável que a organização democrática do Estado é a que melhor alcança a finalidade do político, ou seja a que mais contribui para a plena realização dos homens na sua dimensão colectiva. Por isso não desaparecerá o ideal dos «pais» da Revolução Americana (e que já havia sido o dos atenienses), por muito negro que nos pareça o horizonte.

Se o fenómeno político for plenamente assumido na sua essência própria, o Estado será limitado, não invadindo os outros domínios onde se manifesta a actividade humana. Aliás, rigorosamente e como observa J. Freund, «só um partido ou um movimento podem ser totalitários, não o Estado — porque este tem em si mesmo um fim específico, enquanto um movimento totalitário prossegue fins que ultrapassam o político» (34).

Importa, por outro lado, assegurar a participação dos cidadãos no poder, aperfeiçoando os mecanismos da democracia representativa. Mas isso não quer dizer que se deva conferir o essencial da representatividade política aos interesses privados e parcelares enquanto tais (como parece ser a tendência de um certo neocorporativismo prático). Assumir o político significa, antes de mais, formular o interesse público geral em função do bem da comunidade enquanto comunidade — o que, por definição, não pode ser tarefa de portavozes de interesses privados, nessa qualidade.

Assistimos, no entanto, à politização de sindicatos e à crescente influência política, sobretudo nos Estados Unidos, de grupos de pressão lutando pelas mais variadas e circunscritas causas (ao mesmo tempo que definham os partidos). Que isto ocorra numa época de estatização crescente não deverá espantar-nos, pois, ao politizarem-se, as instituições da sociedade civil perdem a sua autonomia — a qual permitia, precisamente, a subsistência de áreas de impenetrabilidade ao político.

Assumir o político, portanto o colectivo, quer também dizer que o poder não receia tomar decisões em nome da colectividade (e que esta deverá sancionar, naturalmente). A colectividade como tal, e não apenas os indivíduos que a formam — adere a ideais, a valores, a critérios éticos, a que os políticos devem dar expressão. O que há de criticável na tecnocracia

(34) Ob. cit., pág. 301.

não é que haja bons técnicos — é que eles tentem fazer crer que, por detrás das decisões técnicas, não existam opções políticas, ou seja, escolhas de valores. Mas estas opções estão lá sempre (até no lançamento de um imposto, por exemplo, há escolhas morais implícitas); importa fazê-las com transparência.

Ao poder político cabe arbitrar entre imperativos parcialmente contraditórios, mas sempre presentes — entre a liberdade e a segurança, entre a igualdade e a eficácia, entre o bem-estar do presente e o das gerações futuras, etc. — e entre os interesses dos vários grupos sociais (o que, evidentemente, não é aceite para quem o Estado é mero instrumento ao serviço da classe dominante). Trata-se, por certo, de uma missão difícil numa época, como a nossa, em que pluralismo de concepções de vida não favorece um consenso geral mínimo sobre os valores ético-políticos básicos, isto é, sobre os fundamentos da própria vida da colectividade.

É porque o Estado de certo modo fala em nome da colectividade que, por exemplo, ele pode mobilizar coercivamente meios humanos e materiais para organizar a defesa e preparar a guerra. Ou que ele intervém na economia em função de critérios éticos.

Combater a excessiva estatização (em Portugal, nomeadamente) e o sistemático intervencionismo na economia parece-me saudável — mas com base em razões de eficácia económica e social, não invocando argumentos ligados à pretensa «natureza» do Estado. É legítimo, por exemplo, procurar corrigir — em função de exigências éticas sentidas pela comunidade — um determinado padrão de distribuição da riqueza, que não evoluiria no sentido desejado se apenas funcionassem as forças do mercado. E há valores de segurança que solicitam a intervenção estatal na economia (assim nasceu o «welfare state») e, até, meros critérios de eficácia do sistema (pense-se na intervenção conjuntural anticíclica).

Claro que a substituição do mercado pelo processo político facilmente atinge limites para além dos quais os benefícios da intervenção se tornam negativos, designadamente pela perda de eficácia do sistema produtivo. A partir de certo ponto (já atingido em muitos países do Ocidente), a própria socialização da repartição suscita problemas semelhantes aos correntes nos socialismos de produção. Por outro lado, o funcionamento das forças do mercado permite, de um modo geral, mais autonomia às pessoas (aos consumidores

e aos produtores) do que a intervenção administrativa — embora em certas circunstâncias o mercado seja também susceptível, se não for corrigido, de eliminar, na prática, a liberdade e a autonomia dos mais pobres.

A política cabe a última palavra. A uma típica situação política limite — à guerra — se deve, aliás, o grande impulso para o intervencionismo estatal nas economias ocidentais. Ou seja, a pressão da ameaça externa obrigou o Estado a lançar-se em novas tarefas económicas — correspondendo, portanto, a uma necessidade política. Mas esse tipo de necessidades põe-se em muitos outros domínios; e só em termos políticos podem ser satisfatoriamente equacionados os problemas daí decorrentes.

Janeiro de 1982

Francisco Sarsfield Cabral

A ADESAO ÀS COMUNIDADES EUROPEIAS
E O SISTEMA ECONÓMICO PORTUGUÊS

Paulo de Pitta e Cunha

A ADESÃO ÀS COMUNIDADES EUROPEIAS E O SISTEMA ECONÓMICO PORTUGUÊS (*)

1. Os regimes económicos do nosso tempo reconduzem-se basicamente a uma dicotomia de modelos, combinando determinado tipo de organização económica com uma fórmula definida de regime de propriedade dos meios de produção.

Com especial referência à área europeia, depara-se-nos clara demarcação entre o *modelo ocidental* (dispersão de decisões económicas por via dos mecanismos do mercado, combinada com um esquema pluralista de apropriação) e o *modelo de leste* (d direcção central da economia, conjugada com uma solução de colectivização dos instrumentos produtivos).

É teoricamente possível um terceiro modelo, em que a descentralização de decisões coexiste com a apropriação colectiva (para ele apontando a experiência de países que procuram eximir-se ao monolitismo do tipo soviético de economia). Mas parece tratar-se de fórmula infixa, tendendo a resvalar para um dos tipos básicos de sistema económico, e em todo o caso ainda não suficientemente experimentada.

2. Os modelos em referência tendem, na actualidade, a articular-se com determinados tipos de regime político: o sistema de decisões descentralizadas com apropriação privada aparece ligado à democracia representativa e pluralista, aberta à prática da alternância; o sistema de direcção central e apropriação colectiva a soluções políticas autoritárias e monopartidárias.

Até à data, todas as democracias políticas (na acepção ocidental) acolhem o modelo de economia de decisões descentralizadas, sujeita às regras do mercado e provida de amplo sector privado dos meios de produção (na fórmula concreta da *economia mista*, que integra graus e proporções diversas de participação do Estado no processo económico).

(*) Tópicos para uma intervenção no II Congresso das Actividades Económicas.

3. No caso português, observou-se na evolução posterior a Abril de 1974 um desfasamento entre a definição do regime político e o delineamento do modelo económico: a primeira fazendo-se com relativa clareza nos moldes das concepções democráticas ocidentais, o segundo processando-se num quadro extremamente confuso, para o qual concorreu o contraste, observado na actual Constituição, entre a visão ocidental das liberdades políticas, dos direitos individuais e da regra de alternância e uma concepção de dominante marxista da organização económica do País.

Para além do texto da Lei fundamental, porém, é inegável que, ultrapassada uma fase inicial de desorientação, se foram acentuando na estrutura económico-social portuguesa os traços de identificação ao modelo ocidental das economias mistas — o que revela que a *opção pelo sistema de mercado* se encontra efectivamente realizada, sem embargo de não se ter operado ainda o ajustamento da caracterização constitucional da organização da economia às condições da realidade socioeconómica portuguesa.

A clarificação das regras de funcionamento da economia em termos da opção pelo sistema descentralizado e aberto ao influxo da iniciativa individual, conjugando-se com a adopção da forma de governo correspondente à concepção democrática ocidental, traduziu uma escolha definida de *modelo de sociedade*.

4. Esse modelo é aquele que, em variantes diversas, se encontra realizado nos países membros das Comunidades Europeias; está subjacente ao processo de integração económica que a todos envolve, e impregna os próprios mecanismos básicos desse processo.

Por isso, a decisão de aderir à C.E.E. pressupõe a formulação de uma opção pelo modelo ocidental de sistema económico.

5. A assunção de qualidade de membro do Mercado Comum não corresponde a uma mera escolha de novo contexto de relações comerciais externas.

Representa a integração numa Comunidade que se rege pela lógica da economia de mercado com decisões descentralizadas, oposta à inerente ao padrão da apropriação colectiva com atribuição autoritária dos recursos; que, embora em sectores limitados, assume poderes económicos transferidos

dos Estados membros, regendo-se por uma ordem jurídica própria, que prevalece sobre as ordens jurídicas nacionais; que, por último, se reconduz a certa concepção política associada à promoção da união europeia.

6. Embora na C.E.E. a integração não se processe unicamente por via do alargamento do mercado (integração liberal), porquanto também nela se abre via à harmonização e porventura à centralização de políticas, o certo é que estas fórmulas aparentemente opostas tendem a convergir numa mesma específica referência de sistema económico. A primeira porque, em si mesma, corresponde à implantação do esquema descentralizado em quadro plurinacional; a segunda porque traduz a deliberada transposição para o plano dos poderes e responsabilidades comunitárias de aspectos de regulação inerentes ao modelo de economia de decisões descentralizadas, praticado nos diferentes países envolvidos no processo de integração.

A adesão à C.E.E. supõe, assim, a abstenção de prossecução de modelos de organização económica dissociados daquele modelo comum (em cujo âmbito há lugar, no entanto, para variantes significativas, a traduzir, p.e., diferentes concepções quanto ao grau de penetração do Estado no processo produtivo).

Há que admitir, porém, que a inserção da economia portuguesa no contexto europeu e mundial e o elevado coeficiente de dependência externa já de si representavam, independentemente das exigências específicas da adesão, uma forte condicionante da liberdade de escolha do sistema económico do País.

7. A clarificação das regras de funcionamento da economia, que se foi operando em termos de aproximação gradual ao modelo europeu ocidental a partir da suspensão do processo de alargamento do âmbito do sector público, carece ainda de ser completada, designadamente pela criação das condições necessárias à dinamização da função empresarial privada.

E é a este respeito que, para além do já referido ajustamento do texto constitucional à realidade socioeconómica, se tem preconizado a redução do campo de reserva pública de actividade económica (matéria em que até ao presente se revelaram infrutíferos os esforços governamentais de revisão do regime legal em vigor); a restauração dos mercados financeiros em conjugação com a disponibilidade de novos instrumentos de captação e canalização das poupanças; a insuflação de preocupações de maior flexibilidade

no quadro da política de emprego; a revisão do sistema fiscal em termos de conveniente consideração dos objectivos de eficiência; e, em geral, a instauração de um clima de estabilidade e de confiança capaz de suscitar o reviver do investimento produtivo e a recuperação dos mecanismos do mercado.

A forma como o sector privado da economia soube reagir aos traumas do período de 1974 a 1976 revela uma capacidade de resistência a condicionalismos adversos, que autoriza certo optimismo quanto à possibilidade de assunção em pleno da função empresarial no contexto económico português dos anos 80 — com o que tal assunção implica em termos de activação do espírito de empresa, de capacidade de inovar, de transformar, de contrariar o estado de inércia socioeconómica, tantas vezes associado, a justo título, ao excesso de burocracia centralizadora.

8. As dificuldades que no plano interno se deparam ao completamento do modelo, desde as que se ligam ao peso da cristalização de situações adquiridas às que se relacionam com a necessidade de efectivar, concomitantemente, as reformas sociais indispensáveis à consecução de um apreciável grau de consenso democrático em torno do esquema de organização económica proposto, acrescem, na ordem internacional, os problemas que se ligam à crise das economias mistas contemporâneas e ao adensamento das incertezas sobre a evolução económica futura.

E, como se isto não bastasse, suscita-se, no âmbito das Comunidades Europeias, um debate em que avulta a divergência de posições nacionais e são postos em causa alguns dos fundamentos da própria construção comunitária.

9. Da verificação da *crise das economias mistas* não há que extrair consequências em termos de superioridade das economias centralizadas, já que estas se defrontam, por seu turno, com os gravíssimos problemas da patente ineficiência da «economia administrada» e da inibição quanto à introdução de reformas dos respectivos mecanismos.

Aquela crise, de que são reflexos determinadas formas de contestação mais ou menos anárquica que irrompem do tecido social, certos comportamentos de descrença quanto à validade das instituições da democracia representativa, está associada à tomada de consciência dos limites do «welfare state», que, traduzindo a convicção da acção benéfica do Estado e da

capacidade dos governos para abarcar os problemas cada vez mais complexos que lhes eram postos, constituiu o quadro do desenvolvimento das economias evoluídas do Ocidente no pós-guerra, até ao início da década de 70.

A concepção do Estado protector, em que os valores da promoção do crescimento económico e da riqueza material se associavam à prossecução de políticas de regulação da procura de inspiração keynesiana, e eram temperados pela consideração de preocupações de igualdade social no quadro de sociedades meritocráticas, tende actualmente a contrapor-se a crescente frustração perante a nova dependência suscitada em relação aos extensos aparelhos burocráticos criados pelo «welfare state», e a dúvida fundamental acerca da «governabilidade» das sociedades modernas.

10. A crise das economias mistas insere-se em todo um contexto complexo de interacção de factores, desde a desregulação do sistema monetário internacional às alterações na oferta mundial de produtos energéticos, às implicações em matéria de custos da protecção do ambiente, ao peso de sectores públicos hipertrofiados, tudo se conjugando na configuração de novo quadro de funcionamento das economias industrializadas, assinalado pela acuidade dos problemas do desemprego, da inflação, da incerteza quanto ao futuro.

E à necessidade de abrandar o ritmo do crescimento opõe-se a força das «rising expectations», das expectativas de satisfação crescente e, a curto prazo, de múltiplas necessidades individuais e sociais.

11. A exaustão da concepção do «welfare state» levou à afirmação de novas correntes, que a nível do pensamento económico constituem focos de contestação do «fundo comum keynesiano».

E a mensagem de inspiração neomarxista, que constitui a oposição à esquerda à concepção dominante, é contrabalançada com surpreendente vigor, à direita, pela visão de uma sociedade libertada dos excessos e das servidões do «welfare state», em que se combate o «big government», se preconiza a introdução de incentivos à iniciativa individual, e se estrutura uma estratégia de política económica baseada na perspectiva «supply-side», envolvendo reduções com alcance estrutural nas taxas dos impostos e um paralelo abandar do crescimento das despesas públicas.

Desenha-se, assim, a influência de um refluxo no sentido de uma reafirmação mais nítida do modelo de decisões descentralizadas, refluxo que

não deixará de se reflectir, em maior ou menor escala, nas condições de funcionamento das economias europeias nas proximas décadas.

Mas não é ainda clara a resposta às incertezas que deixaram para trás o «paraíso dos anos 60»; e o quadro confuso em que se debate a crise do Estado-providência assume, por vezes, aspectos de certa incongruência quando observado de um país onde, não se tendo atingido os níveis de bem-estar das modernas democracias industriais, a necessidade de reduzir as expectativas ao novo referencial de um crescimento «sóbrio» depara com naturais resistências, e constitui um foco de instabilidade social.

12. Embora, neste circunstancialismo, esteja longe de se justificar a aplicação a Portugal do receituário das experiências correspondentes à pura reacção de cariz conservador ao «welfare state» (experiências que estão, aliás, longe de demonstrar a sua eficácia), o certo é que algo se poderá aproveitar da voga internacional no sentido da limitação do alastramento do sector público e de acentuação das características liberais do modelo económico.

Por outro lado, das novas contestações da concepção do Estado protector pode extrair-se um útil corolário em termos de afirmação da iniciativa e da responsabilidade individuais, dentro da linha de que, como já alguém afirmou, «a market society is at least as important as a market economy».

Do torvelinho das correntes de pensamento e de acção que assinala a crise das economias mistas é possível, aliás, que venha a resultar uma nova visão do crescimento que, preservando os fundamentos das sociedades abertas e democráticas, da igualdade de oportunidades, da cooperação internacional, que importa conservar das concepções do «welfare state», procure harmonizar o objectivo da consecução de níveis aceitáveis de prosperidade económica com a inclusão de novos horizontes de aspirações a uma melhor qualidade de vida e a maior liberdade e responsabilização no quadro da sociedade civil.

13. A evolução das Comunidades Europeias apresenta-se, por seu turno, envolvida em toda uma teia de incertezas, levando a uma situação de impasse o processo de integração económica da Europa Ocidental.

Para além das habituais ambivalências da construção europeia (o contraste entre o gigantismo económico e a debilidade da influência política no plano mundial, a falta de um consenso sobre o sentido da união europeia), tendem

a acentuar-se traços de imperfeição no campo do funcionamento da união aduaneira (fazendo-se reviver fórmulas de protecção selectivo), ressaltam as incongruências da política agrícola comum (na origem da não resolvida disputa sobre as contribuições para o esquema agro-financeiro da Comunidade), o Sistema monetário europeu não parece constituir a via da convergência de políticas económicas.

É contra este pano de fundo movente que se projecta a candidatura portuguesa. E se aumenta o grau da incerteza quanto às efectivas implicações da acessão à qualidade de país membro, desenha-se, por outro lado, a perspectiva de maior flexibilidade na determinação das condições da adesão, podendo, porventura, deixar de se mostrar intocável a regra da aceitação integral do «*acquis communautaire*».

Paulo de Pitta e Cunha

POTENCIALIDADES DA INDÚSTRIA NACIONAL
PERANTE A DEFESA NACIONAL

Pedro Ferraz da Costa

POTENCIALIDADES DA INDÚSTRIA NACIONAL PERANTE A DEFESA NACIONAL (*)

1 — *QUESTÕES PRÉVIAS*

Como o tema que me foi distribuído é muito vasto, julgo que não posso deixar de levantar algumas questões prévias antes de o tentar abordar:

- 1) O desconhecimento pela Indústria da política de Defesa Nacional e da composição das verbas orçamentais que lhe são consignadas;
- 2) A separação existente entre o Orçamento Geral do Estado e o Orçamento das Forças Armadas, separação que à partida — e pelo menos no plano teórico — dificulta a optimização dos escassos recursos financeiros nacionais e a interacção positiva dos orçamentos militares e civis na prossecução dos objectivos do desenvolvimento económico;
- 3) O crescente endividamento externo que, no limite, pode, levando à perda prática da independência nacional, esvaziar de sentido e conteúdo o conceito de defesa nacional, mas que também, já na fase actual, limita fortemente a capacidade de decisão do País, nas suas componentes militar e civil, sobre múltiplos aspectos da sua política industrial e do equipamento militar.

A primeira questão — a do desconhecimento muito generalizado sobre a política de defesa nacional e do seu potencial como factor de desenvolvimento industrial — espero que este seminário possa dar alguma resposta para o futuro, nomeadamente através do tema «Perspectivas para a indústria nacional resultantes das necessidades da defesa e da NATO». Julgo que, se esta questão que levantei é verdadeira, estamos então, no fundo, a discutir as possibilidades da Indústria face a um objectivo — a Defesa

(*) Comunicação apresentada pelo senhor Pedro Ferraz da Costa no Seminário realizado no Instituto da Defesa Nacional, de 16 a 19 de Novembro de 1981, sobre a Indústria e a Defesa Nacional.

Nacional — que é qualitativa e quantitativamente pouco conhecido e não pode haver diálogo útil sem conhecimento dos objectivos recíprocos.

Quanto à segunda — a da separação entre o orçamento civil e o orçamento militar e dos inconvenientes que daí resultam —, parece-me óbvio que uma articulação óptima de recursos escassos não se pode obter com o sacrifício do princípio da unidade orçamental. Articular as necessidades militares com a política científica, a investigação e o desenvolvimento e a política industrial exige clareza de objectivos e assunção de riscos financeiros que, separadamente, nem as Forças Armadas nem a Indústria podem assumir no quadro de limitações orçamentais — canhões ou manteiga — que caracteriza o Mundo Ocidental.

Em relação à terceira — o endividamento externo e as limitações que introduz nas nossas capacidades de decisão —, proponho-me deter um pouco mais por me parecer questão de importância fundamental.

Tão fundamental que, a não ser resolvida, não só não haverá Indústria como também deixará de existir País, mesmo que a coberto de uma integração qualquer essa triste realidade não seja evidente ao comum dos mortais.

O nível actual da nossa dívida externa e interna, as previsões de endividamento anual a médio prazo que se avançam, a frequência com que se começa a ouvir falar de dívida oculta e o facto de não vivermos sentados em cima de jazidas de ouro nem termos acesso privilegiado a matérias-primas valiosas, justificam quer a minha apreensão quer o tempo que agora gostaria de dedicar a analisar o ciclo de declínio em que o País tem vivido na sequência de, através de um colete de forças constitucional, se ter vedado aos empresários uma actuação positiva para o progresso do País. E isso não foi feito só ao nível constitucional e da legislação ordinária. A prática do dia-a-dia na gestão do Estado como agente económico de peso crescentemente negativo completou o cenário.

Proponho-me por isso analisar o ciclo de declínio em que o País entrou em 1974 para depois apresentar propostas de rotura do círculo vicioso de molde a restabelecer um nível de investimento que, sendo compatível com as condicionantes externas, permita, através da modernização do nosso equipamento produtivo, enfrentar com sucesso os problemas da economia mundial que entre nós tendem a ser minimizados e reduzir o nosso endividamento externo, isto é, garantir um sustentáculo económico à independência nacional.

2 — O CICLO DO DECLÍNIO

A maioria dos portugueses já está hoje consciente de que o nosso investimento e o nosso crescimento real é mínimo comparado com o dos nossos principais competidores. A que ponto ele é mínimo e de como nos vamos deixando atrasar já é menos generalizadamente reconhecido. Do mesmo modo enquanto a maioria de nós conhece os factores que afectam o investimento, só poucos compreendem como a interacção desses factores produz um ciclo auto-sustentado de declínio na nossa economia.

2.1 — *Baixa produtividade — Salários crescentes — Lucros decrescentes*

Tratando-se de um ciclo auto-sustentado podemos analisá-lo começando por qualquer parte.

Partamos de baixa produtividade, salários mais elevados e lucros decrescentes.

Produtividades mais elevadas, isto é, maior valor acrescentado na produção por trabalhador — são a única fonte de nova riqueza para o País e consequentemente de níveis de vida mais elevados para todos.

Em termos internacionais a nossa produtividade industrial é, em média, baixa e a respectiva taxa de crescimento também o é. É por isso que os nossos níveis de vida não se aproximam dos dos nossos futuros parceiros da CEE. É também por isso que dificilmente competimos nos mercados internacionais, de modo a através dum aumento mais rápido das nossas exportações travar a progressiva erosão da nossa balança de pagamentos à medida que a factura das importações cresce por razões que não controlamos, que dificilmente poderemos controlar em relação a muitas mercadorias e que nunca controlaremos em relação a outras, nomeadamente, o petróleo.

O valor acrescentado da indústria é canalizado para salários e encargos sociais, por um lado, e para lucros, por outro. Os lucros são fonte principal dos recursos necessários para substituir fábricas e equipamentos gastos ou obsoletos e para criar capacidade adicional que sustente o crescimento futuro e o emprego.

Como, a nível nacional, aceitámos aumentos salariais que ultrapassam o crescimento da nossa produtividade, os nossos lucros tendem a tornar-se ainda menores. Como consequência a rendibilidade do nosso sector indus-

trial tem declinado e é já inferior ao custo da obtenção de novos capitais. A baixa da rendibilidade originada por um crescimento menor da produtividade do que o dos salários é ainda extremamente agravada pelo facto de a política de preços não permitir sequer a repercussão da totalidade dos salários nos custos e de na sua óptica de «Profit Controller» o Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas ter até agora fixado taxas de remuneração aos capitais próprios que, embora confidenciais, sabemos levarem a taxa de rendibilidade, após impostos, a níveis inferiores aos dos depósitos a prazo e, por maioria de razão, aos dos empréstimos a qualquer prazo.

2.2 — *Baixo investimento — Reduzido crescimento industrial — Empregos perdidos e ausência de criação de novos postos de trabalho*

Lucros — ou o excesso do valor acrescentado que resta após o pagamento dos encargos salariais — é uma das duas principais origens de fundos para financiar o investimento, sendo a outra o investimento de particulares que querem pôr as suas poupanças a trabalhar. Tanto estas fontes internas e externas de investimento foram reduzidas por salários crescentes.

A indústria é hoje menos possível recorrer a reservas criadas para financiar investimentos. As conclusões do I Congresso das Actividades Económicas já referiam que de 1972 até 1976 a taxa de autofinanciamento tinha baixado de 60 % para 10 %. E porque o investimento na indústria não oferece perspectivas atraentes, os particulares inevitavelmente procuram oportunidades de investimento noutros sectores, nomeadamente, nos especulativos e/ou nos clandestinos. A Indústria é, portanto, confrontada com aumentar o seu endividamento — e a que custo — ou não realizar o investimento.

Não só nós em Portugal já dedicamos menor parcela dos recursos nacionais ao investimento no geral e ao da indústria em particular como aumentámos esse investimento no passado recente a uma taxa mais lenta. A consequência é que o aumento da produção na indústria transformadora e na construção civil nem sequer é suficiente para reempregar a mão-de-obra que poderíamos libertar através do nosso penoso progresso na melhoria da produtividade. Não é assim que podemos evitar a perda de empregos na indústria ou reduzir a situação de subemprego existente.

E se não for na indústria onde asseguramos emprego à nossa população? Não continuará a ser na função pública com certeza.

2.3 — Salários e subsídios crescentes no sector público — Crescimento global reduzido e impostos mais elevados — Défices do sector público (OGE) e da balança de pagamentos

A medida que as oportunidades de emprego, e até postos de trabalho existentes, vão desaparecendo na indústria, alguma mão-de-obra é absorvida no sector público, e outra engrossa simplesmente o número dos desempregados.

Estimulado por encargos salariais crescentes no sector público administrativo e, também, no sector público empresarial e subsídios de desemprego crescentes, o crescimento das despesas públicas ultrapassou a taxa — baixa — de crescimento da nossa economia.

O efeito é, portanto, cumulativo ao minar o nosso potencial de crescimento utilizando a nossa força de trabalho nos sectores da economia onde existe o mais baixo potencial — se é que existe algum — de aumentar a respectiva produtividade.

2.4 — Inflação e subida das taxas de juro — Baixo investimento

Para alimentar a voragem crescente das despesas públicas, os impostos tiveram de ser aumentados. Mas o reduzido potencial de crescimento da economia, o não-crescimento do emprego e a evasão fiscal tornaram impossível aos sucessivos governos juntar fundos suficientes através da tributação. Aliás, só o fundo pacífico dos portugueses permite explicar como ainda não assistimos a uma revolta dos contribuintes, a exemplo do que causas semelhantes originaram nos E. U. A. simbolizada na aprovação da famosa proposição 13, na Califórnia, e realizada em numerosos estados através de alterações constitucionais limitativas da autonomia governamental em matéria de impostos.

Não conseguindo através da tributação fazer face ao crescimento das despesas, os governos foram levados a levar os défices para além dos limites da prudência e a balança de pagamentos sofreu as inevitáveis consequências.

Para financiar um défice, um governo pode pedir empréstimos externos ou internos. Se o défice é demasiado grande terá de recorrer a ambos para reduzir parte do excesso de procura da economia — e foi isso que se fez. À custa dos particulares e do sector privado, sugando o aforro quer duns quer doutros antes de ele se constituir, aforro esse que poderia ser canalizado para novos investimentos industriais. Com efeito, os governos competem com as empresas por fundos que eram necessários à indústria para investir e canalizá-los para consumo.

Esta luta pelos recursos financeiros disponíveis — os do passado já não existiam — levou à subida das taxas de juro obrigando as empresas portuguesas a pagar mais por dinheiro novo do que as suas congéneres no estrangeiro. Para atrair do exterior os fundos necessários, nomeadamente, os dos emigrantes, os governos precisam de oferecer condições mais vantajosas que as que existem noutros países, e isso significa oferecer as mesmas taxas aos aforradores internos, subindo simultaneamente as taxas de juro para a indústria.

A indústria portuguesa está por isso hoje altamente dependente de capitais alheios. Lucros decrescentes e custos financeiros crescentes tornam-lhe já difícil cobrir os juros anuais, quanto mais financiar investimento adicional.

Os défices governamentais alimentaram, também, a inflação desencorajando ainda mais o investimento industrial, obrigando as empresas a canalizar para capital circulante recursos que, de outro modo, poderiam ter estado disponíveis para investimentos em capacidade produtiva adicional. Incertezas acerca da inflação futura escurecem ainda mais o planeamento dos investimentos e verifica-se que a indústria ensaia a retoma do investimento quando acredita na capacidade governamental de a controlar.

2.5 — Perda de empregos — Deterioração das relações laborais — Baixa produtividade

A perda de oportunidades de emprego deteriora o ambiente de trabalho nas empresas em relação a aumentos de produtividade.

De facto, quando acréscimos de produtividade significam perdas de postos de trabalho — como é o caso sempre que não haja aumentos mais do que proporcionais da produção —, os trabalhadores compreensivelmente resistem ao esforço de racionalização por questões de princípio.

2.6 — *Impostos mais elevados — Salários crescentes*

A medida que os impostos sobre salários e ordenados sobem e a inflação erosiona o respectivo poder de compra, desencadeia-se a tentativa de preservar esse poder de compra pela reivindicação de salários mais elevados. Os salários crescendo, então, mais depressa do que a produtividade, reforçam novamente o ciclo do declínio.

3 — *COMO QUEBRAR O CICLO?*

Este modelo simplificado dos factores económicos que afectam o crescimento e investimento sugere algumas conclusões importantes sobre como, quando e onde romper este círculo infernal e sobre quem deve tomar as iniciativas.

Mas primeiro deve ser evidente que a única maneira de escapar, de forma durável, a este ciclo é aumentar sensivelmente o nosso crescimento económico — condição para resolver os maiores problemas nacionais. Uma produtividade global mais elevada, maior produção, mais emprego, salários mais elevados e melhores níveis de vida a longo prazo estão intimamente ligados à regeneração do sector privado da indústria portuguesa.

O Governo e os sindicatos deverão reconhecer explicitamente que a força propulsora do crescimento económico de que tanto precisamos vem dum sector industrial vasto, altamente produtivo e financeiramente viável, e que uma taxa de investimento mais rápida neste sector devia ser a prioridade das prioridades.

O primeiro passo nessa direcção — os estudos sectoriais para identificar as áreas fortes da nossa indústria — já foi dado.

Mas por muito sedutor que seja o conceito de jogar nos pontos fortes a nossa situação é demasiado grave e composta de tantos elementos, como espero ter conseguido demonstrar, para ser susceptível de remédio tão simples como o investimento sectorial selectivo. Será preciso uma multiplicidade de acções a tomar por todos os interessados — accionistas, empresários, gestores, líderes sindicais, trabalhadores e responsáveis da administração pública — para transformar o actual clima económico num clima que permita e, se possível, encorage o investimento confiante em todo o sector privado. Embora a mudança de clima seja encorajante, há

ainda pouca consciência, como disse antes, da complexidade do problema e da natureza do que tem de ser feito.

Espero ter tornado evidentes quatro pontos essenciais:

- 1.º NÃO HÁ UMA CHAVE ÚNICA PARA AUMENTAR O INVESTIMENTO NO SECTOR PRIVADO DA INDÚSTRIA — Muitos factores influenciam a possibilidade e o desejo de investir. É fútil atacá-los isoladamente — é necessário um programa global e coerente;
- 2.º A DIMENSÃO DOS PROBLEMAS É TAL QUE POUCO SE OBTERÁ POR AJUSTAMENTOS MARGINAIS — São necessárias mudanças profundas. Nos últimos anos a economia desequilibrou-se gravemente;
- 3.º A ESCALA DE TEMPO DA TAREFA É MUITO MAIOR DO QUE OS POLÍTICOS SE ATREVEM A SUGERIR — A tendência de anos não pode ser invertida num ano ou dois. Travado o declínio, um programa a longo prazo de crescimento gradual será necessário para construir base firme do nosso futuro progresso. Acções precipitadas poderiam comprometê-lo;
- 4.º E finalmente TEREMOS DE ABANDONAR DE UMA VEZ POR TODAS A IDEIA DE QUE, SE CONSEGUIRMOS ULTRAPASSAR AS DIFICULDADES PRESENTES, PODEMOS REGRESSAR CALMAMENTE A UM CLIMA DE IRRESPONSABILIDADE.

Regras fundamentais, tais como articular de modo firme o crescimento dos salários com o crescimento real da produtividade, devem tornar-se características permanentes da nossa vida económica. Se só recorrermos a elas em situação de crise, a crise tornar-se-á permanente.

3.1 — *Como quebrar então o ciclo?*

A única maneira é através duma taxa de crescimento muito mais rápida no sector industrial — medidas de acção que não se dirijam a este objectivo central fracassam a longo prazo e todas as que são normalmente indicadas têm de ter esta como condição prévia para serem eficazes.

Senão vejamos:

- a) **REDUZIR O SUBEMPREGO** — Não resulta enquanto novos empregos não forem criados em sectores com grande potencial de crescimento rápido. Novos empregos só serão criados se o crescimento industrial igualar ou ultrapassar o crescimento da produtividade;
- b) **MELHORAR A RENDIBILIDADE** — A rendibilidade de novos investimentos não pode ser muito melhorada sem que o crescimento da produtividade seja superior ao dos salários, como vimos atrás.

Mas a produtividade não cresce mais depressa sem o crescimento mais rápido da produção e este exige mais investimento. Logo, o investimento e o crescimento é que abrem o caminho a uma maior rendibilidade;

- c) **CORTAR AS DESPESAS PÚBLICAS E REDUZIR O CUSTO DO DINHEIRO** — O custo do dinheiro não pode ser reduzido enquanto o Governo não conseguir viver sem défices maciços que o obrigam a pedir empréstimos externos e internos pesados. Cortar serviços públicos não reduzirá significativamente os nossos défices enquanto os respectivos funcionários não puderem ser reabsorvidos pela indústria. Sairemos dos défices aumentando a nossa produção industrial a taxa suficiente para cobrir as nossas reais necessidades em serviços públicos o que, aliás, com o nível actual das despesas nem sequer tem acontecido, e suficiente, também, para reduzir a dívida que acumulámos por incapacidade de adequar as promessas fáceis às realidades.

INVESTIR PARA CRESCER É ASSIM A PRÉ-CONDIÇÃO E NÃO A CONSEQUÊNCIA, DA MELHORIA DO CUSTO DO DINHEIRO.

3.2 — *O consenso necessário*

Um crescimento mais rápido só é atingido se todos os interesses envolvidos o aceitarem como objectivo comum a obter por um esforço participado dirigido a todos os aspectos do problema.

Quem faz o quê?

- Os empresários e os gestores terão de investir para um crescimento futuro, apostando que os resultados acabem por justificar os riscos;
- Os sindicatos e os trabalhadores terão de estar preparados para apoiar programas de melhoria da produtividade e não forçar aumentos de salários que absorvam completamente os ganhos de produtividade ou que até os excedam. A maior rendibilidade daí resultante para as empresas pode ser usada para financiar o reinvestimento necessário à criação de mais empregos;
- O Governo terá de estar preparado para conter as despesas públicas dentro de limites compatíveis com a nossa taxa de crescimento industrial e que permite uma redução do serviço da dívida. A eliminação gradual de défices correntes liberta fundos, ajudando à baixa da taxa de juro. A baixa da taxa juro estimulará investimento adicional, que pelo crescimento induzido tornará mais fácil suportar saudavelmente um nível realista de serviços públicos.

3.3 — *As regras do jogo*

Assumir os comportamentos acima descritos põe em causa a totalidade das concepções que sobre a economia e o papel dos agentes económicos foram instiladas pelos arautos do marxismo e não é possível sem simultaneamente desmascarar os efeitos perversos do crescimento da burocracia estatal.

Pressupõe alterações de fundo no quadro institucional regulador da actividade económica e exige o estabelecimento de princípios basilares de referência, estáveis a longo prazo — as regras do jogo admitidas por todos.

Estas regras necessitam de ser definidas sem ambiguidades num pequeno número de pontos fundamentais:

- a) Aceitação por todos os agentes económicos e pelas forças democráticas de que o funcionamento da nossa economia deve ser pautado pelas leis do mercado concorrencial.

Isto conduzirá à remoção dos entraves ao anormal funcionamento das empresas e de acesso a sectores até hoje fechados, e ao funcionamento correcto do mercado.

É preciso recolocar a função das empresas e dos empresários na perspectiva de uma economia em crescimento, aberta ao exterior

- e potenciar-lhes a sua capacidade de actualizar o progresso técnico e de criar riqueza a partir dos recursos internos disponíveis;
- b) Cabe ao Governo assegurar o funcionamento correcto do mercado, não sendo ele próprio, na obsessão da regulamentação, a distorcê-lo. Cabe-lhe, também, responsabilizar todos os agentes económicos pelo seu funcionamento e assegurar uma igualdade de oportunidades. A submissão de largo conjunto de actividades hoje subtraídas ao mercado, por razões históricas e ideológicas, às regras de gestão concorrencial deve ser determinadamente encarada, em função do rumo exterior da economia e das exigências do interesse público. O ideal de verdade dos preços e custos deve ser prosseguido e não deve ser escamoteado ou destruído pela intervenção do Estado. É preciso delimitar bem as excepções a esta regra de jogo fundamental.

3.4 — *Consenso sociolaboral*

A aceitação e compreensão a todos os níveis das regras do jogo implica que os parceiros sociais, e particularmente os sindicatos, adquiram uma maior maturidade e tornem socialmente aceitável o ajustamento permanente das estruturas produtivas e a dinâmica de especialização que é preciso acelerar para sobreviver em mercado aberto.

As transformações a operar na economia e na sociedade portuguesa são feitas para os homens quer eles sejam produtores, trabalhadores ou simples consumidores. Só os marxistas pretendem negar esta evidência.

Os fenómenos de instabilidade e de bloqueamento laboral afectam a capacidade de adaptação da economia e a sua competitividade.

É com responsabilidade, solidariedade e estabilidade social que se obtém um clima favorável ao investimento.

Manter esse clima a longo prazo e as condições objectivas de investir implica uma segunda condição.

A relação entre os salários e a produtividade é o factor crítico que influencia a longo prazo a rendibilidade subjacente ao investimento. É, portanto, forçoso que as discussões das cláusulas salariais dos nossos contratos colectivos deixem de ser pretexto fértil para, a coberto duma lei da greve demagógica que incompreensivelmente não é alterada, desencadear conflitos geradores de custos sociais e que não contribuem para resolver o

problema fundamental — fixar salários justos que, permitindo o investimento e o crescimento, melhorem de forma estável e progressiva o nível de vida de todos.

Todos os parceiros sociais, e as associações empresariais em particular, terão de fazer esforços sérios para melhorar a informação económica disponível sobre esta matéria, não esquecendo que os aumentos dos salários reais devem seguir, e não antecipar, os acréscimos da produtividade.

3.5 — *Canalização de fundos para o investimento*

No essencial, precisamos ou de poupar mais, tanto ao nível das empresas como ao nível dos particulares, ou de canalizar em maior proporção as nossas poupanças para investimento industrial... ou de ambas as coisas.

Se esquemas de participação nos lucros, prémios de produtividade, mais alargada participação no capital das empresas e incentivos fiscais às compras de títulos são ou não esquemas que ajudam a orientar o valor acrescentado de salários e consumo para aforro e investimento, é questão que deixo à reflexão de todos.

3.6 — *Melhoria da gestão e reorientação da estratégia empresarial*

a) Melhorar o processo de decisão sobre investimentos e reorientar a estratégia empresarial são condições importantes.

De facto, os sinais que os agentes económicos recebem de um sistema muito distorcido levam-nos a:

- Depositar dinheiro a prazo;
- Evitar investir em sectores intensivos em mão-de-obra — tanto mais quanto é certo que taxas de juros negativas com que vivemos durante algum tempo não ajudam, ao contrário do que se diz, e beneficiam, em termos relativos, o investimento em sectores capital-intensivo e contribuem para mascarar a inviabilidade de muitas empresas. No fundo são subsídios à ineficácia;
- Adquirir activos em boas condições em vez de investir em nova capacidade;

Estas estratégias podem beneficiar a curto prazo os accionistas — são a defesa legítima e até saudável perante o sistema em que temos vivido, mas não contribuem para o crescimento do País como um todo.

- b) Medir a eficácia produtiva em termos reais, em quantidades físicas e não em valores, é necessário se se quiser considerar o crescimento real como prioridade fundamental a nível de empresa;
- c) Assumir parte da responsabilidade de criar novos postos de trabalho, postos de trabalho realmente produtivos, deve ser objectivo das empresas — particularmente das maiores — para criar oportunidades de emprego necessárias a poder libertar trabalhadores do subemprego, por acréscimo de produtividade;
- d) Tirar pleno partido dos incentivos ao investimento;
- e) Não sobrevalorizar a inflação.

Se na análise de projectos de investimento reflectirmos o impacte da inflação nos custos, nas necessidades de capital e de custos de reposição adicionais e formos indevidamente pessimistas quanto aos rendimentos e margens futuras, nenhum projecto é viável — é preciso avaliar cuidadosamente as premissas usadas na análise;

- f) Finalmente melhorar o planeamento dos investimentos.

Todos os «booms» económicos param por estrangulamentos críticos de capacidade.

Os investimentos necessários à sua ultrapassagem são feitos tardiamente e não em antecipação da procura — desperdiçamos potencialidades ocultas de produtividade.

4 — O DESAFIO QUE SE NOS COLOCA É ENORME

A integração de Portugal na CEE e, independentemente da adesão, a necessidade de sermos mais competitivos obrigam-nos a considerar a tarefa de relançar o investimento como urgente e inadiável.

Descrevi as consequências do período pós-revolucionário na nossa economia e aponte para a necessidade imperiosa de assegurar uma taxa de crescimento mais rápida na indústria.

Esse objectivo implica esforços conjugados e uma modificação profunda dos comportamentos das forças políticas e dos agentes económicos.

Se o não fizermos continuaremos a assistir a um aumento asfixiante da burocracia estatal, fomentada pela conciliação com um sistema económico confuso e que já demonstrou à sociedade que nem promove o progresso material nem estimula a responsabilização dos portugueses no seu destino colectivo.

Não promove nem promoverá o progresso material — as soluções burocráticas conduzem sempre a uma menos eficaz utilização dos recursos da sociedade devido à ausência da concorrência que força os empresários a baixar os seus custos de produção, devido à lógica burocrática que conduz as repartições a produzir em excesso os serviços que são teoricamente supostos assegurar e devido à ausência de forma, conhecida no mundo, de controlar eficazmente a adequação entre os interesses reais da colectividade e a forma como o responsável pelos serviços públicos concebe, paternalisticamente, esses interesses.

As dificuldades e os riscos que são parte importante deste desafio não serão ultrapassados se os portugueses não forem motivados por um projecto político claramente assumido pelo Governo e motivador de todas as iniciativas individuais.

Também não serão ultrapassados se não aproveitarmos todas as possibilidades do mercado que nos são oferecidas.

A defesa nacional, e a sua componente de segurança e defesa civil são para nós muito importantes.

Analisei tão detalhadamente as condições de relançamento do investimento — e espero não ter sido demasiado longo — porque me parece que não é possível construir esquemas de colaboração sem partir dum conhecimento realista das bases de que se arranca, mas também porque quereria justificar, por antecipação, eventuais críticas a falta de iniciativa empresarial ou pouco interesse em investir. Suponho que estão explicadas...

Não me compete, neste preciso momento, tecer considerações acerca de uma estratégia da Defesa Nacional adequada para o nosso país, mas tão-somente referir-me à perspectiva da indústria nacional face a uma indispensável colaboração entre as Forças Armadas Portuguesas e a Indústria.

Todavia, solicito a vossa compreensão e paciência para tentar, em torno de alguns conceitos relacionados com a Defesa Nacional, emitir alguns considerandos e juízos prévios aos que, de um modo mais aprofundado pretendo, embora brevemente, cingir-me.

A Revolução Industrial, pelas suas múltiplas consequências económicas e sociais, desde logo, e políticas e estratégicas, posteriormente, veio introduzir alguns novos elementos a ponderar em torno da definição de estratégias de Defesa Nacional.

Isto, que nos parece óbvio neste momento, demorou até ao surgimento da I Guerra Mundial para que, perante os factos brutais evidenciados na altura, fosse minimamente entendido.

Como é sabido, o longo período em que a Guerra de 1914-1918 decorreu contrastou, muito surpreendentemente, com as previsões que apontavam no seu início para uma guerra curta e de desfecho rápido e incisivo.

Temos assim, à evidência, que a capacidade de «resistência» das economias industriais modernas ao desgaste de uma guerra devastadora, não era ainda inteiramente compreendida no princípio do século xx, como de resto salienta justamente Raymond Aron.

A II Guerra Mundial fez ver, porém, a todo o mundo, a extraordinária capacidade de produção de armamento e de material bélico que uma economia industrial pode satisfazer.

Os programas do rearmamento alemão, assim como todo o esforço de produção de armamentos e de material de guerra, quer dos Estados Unidos da América, quer dos restantes países aliados, conduziram a que, após a conclusão da II Guerra Mundial, se passasse para uma compreensão certamente mais lúcida e interveniente da interligação entre o funcionamento de uma economia industrial moderna e o papel atribuído às Forças Armadas.

De facto, logo após o final da II Guerra Mundial, e quando exercia as funções de Presidente dos Estados Unidos da América, o General Eisenhower menciona pela primeira vez a expressão «complexo militar-industrial» para sintetizar, em termos claros e simples, o que de mais característico, ou melhor, mais profundamente pode «explicar» o funcionamento e o crescimento da economia norte-americana.

O termo «complexo militar-industrial» teve enorme sucesso, sobretudo depois da vulgarização obtida através dos livros de J. K. Galbraith que lhe definiu os contornos e precisou o sentido.

Não vou, evidentemente, demorar-me neste tema, mas penso que será útil determo-nos aqui um pouco, com o objectivo de, esclarecidos com o

exemplo de uma economia poderosa e dinâmica, melhor avaliarmos o que se passa entre nós.

Segundo Galbraith, é da complexa inter-relação entre os projectos de investigação em armamento dos vários ramos das Forças Armadas, e as grandes companhias, que a economia norte-americana tem registado uma tão rápida evolução e transformação, em particular no que respeita à inovação tecnológica e à descoberta de novos produtos; por outras palavras, têm sido os volumosos montantes despendidos na Defesa Nacional (e, embora em menor grau, na chamada Conquista do Espaço) que criaram o mercado que tem permitido às grandes companhias a concretização de ambiciosos projectos de Investigação e Desenvolvimento.

Não é hoje em dia segredo para ninguém naquele país que uma parte muito substancial das despesas em Investigação e Desenvolvimento se destina à satisfação de projectos definidos e dirigidos pelas Forças Armadas.

Isto é ainda mais verdadeiro, a crermos nas informações divulgadas no Ocidente, em relação à União Soviética.

O gigantesco esforço militar que se vem realizando neste país, em particular na última ou duas últimas décadas, permite concluir que a indústria de armamento constituiu-se no vector seguramente mais determinante do crescimento da economia soviética.

Certamente com menos intensidade, idêntico fenómeno se verifica nos países ocidentais industrialmente mais evoluídos. Mas do que não parecem restar dúvidas é de que a estratégia de Defesa Nacional definida para um país e os consequentes projectos industriais associados concorrem, de um modo, que quase diríamos decisivo, para o progresso económico e científico desse país.

Naturalmente que em Portugal a situação é diferente, uma vez que as necessidades de Defesa Nacional não terão neste momento o carácter imperativo que assume nos Estados Unidos; mas a situação é igualmente diferente na medida em que o contributo da indústria portuguesa para as necessidades das Forças Armadas é surpreendentemente escasso.

Por um lado, as Forças Armadas Portuguesas desenvolveram no passado uma tese contrária, pelo menos se atendermos aos resultados visíveis, à ideia da colaboração com a indústria.

Felizmente que os esforços que, no sentido inverso, de alguma forma terão surgido mais recentemente começam a dar provas significativas e a permitir algum optimismo.

Efectivamente, verifica-se em Portugal um fenómeno extremamente curioso; as encomendas das Forças Armadas à Indústria Nacional, sobretudo às indústrias de vestuário e de calçado, são nulas ou insignificantes.

Estas indústrias que, como se sabe, constituem os sectores mais significativos da economia portuguesa, com uma potencialidade exportadora dificilmente ultrapassável, são praticamente ignoradas pelas Forças Armadas Portuguesas.

Idêntico fenómeno se verifica em relação a certas indústrias alimentares, em que as Forças Armadas, nomeadamente o Exército, desenvolveram uma capacidade própria de produção, destinada, em princípio, para satisfação de necessidades próprias, mas que se tem vindo a orientar progressivamente para uma aberta introdução no mercado interno.

Isto tanto é mais significativo quanto no passado não parece ter acontecido, em particular em relação ao calçado e ao vestuário, tendo aparentemente as Forças Armadas optado pela fabricação própria do fardamento e do calçado de que necessitam.

Trata-se de uma opção, legítima, sem dúvida, mas que me permito duvidar da sua eficiência económica, de resto inteiramente desconhecida; como quer que seja, este é justamente o exemplo que me parece não ser de seguir.

Aparentemente as circunstâncias em que tal opção foi feita são consideravelmente distintas das actuais. Terá havido razões de ordem política ou económica que a condicionaram. Todavia, e entendo frisá-lo aqui, parece-me inteiramente desajustado que as Forças Armadas orientem parte dos seus recursos, para produções que a indústria nacional está em condições reconhecidamente satisfatórias de satisfazer, com todos os requisitos de qualidade necessários.

Se atendermos à circunstância de à indústria privada estar vedada, por determinação constitucional, a indústria de armamento, o que de resto não acontece na maior parte dos países ocidentais, uma opção como a descrita é no mínimo inoportuna, e se ainda considerarmos as exigências de rigor técnico-económico indispensáveis para um verdadeiro progresso económico, então penso que seja totalmente absurda.

Um outro ponto, que penso merece ser mencionado, relaciona-se com as grandes quantidades habitualmente exigidas pelas Forças Armadas em concursos públicos, para fornecimento de diverso material.

É frequente abrirem-se concursos em que as quantidades exigidas estão muito para além do alcance da maioria das empresas.

Penso que conviria condicionar os termos — prazo, quantidades, especificações — dos concursos, às reais capacidades das empresas portuguesas, tendo sem dúvida, e, particularíssima atenção às Pequenas e Médias Empresas Industriais.

A questão é simples e aplica-se à maioria das indústrias embora possa ter uma acuidade muito especial em relação a todas as indústrias que, de algum modo, contribuem para as infra-estruturas de aquartelamento — construção civil, e metalomecânica (cozinhas, lavandarias, banheiras, etc.) — em que a maioria das empresas portuguesas é de pequena ou muito pequena dimensão, sendo as suas capacidades de produção muito abaixo das necessidades habituais das Forças Armadas.

Um esforço orientado para uma melhor programação das encomendas, que permita às empresas prepararem-se, quer programando a sua produção, quer agrupando-se entre elas para satisfazerem os volumes encomendados, poderá ter resultados surpreendentes.

Sem pretender apresentar soluções infalíveis creio, no entanto, estar em posição de poder sugerir um método que, tendo apenas aplicação a um nível nacional, poderá contribuir para uma maior contribuição da indústria portuguesa para as Forças Armadas.

De facto, se antes de serem abertos concursos, as Direcções das Armas, ou os Serviços, contactassem com as Associações Sectoriais representativos dos industriais fabricantes dos produtos procurados, no sentido de os termos do concurso serem estabelecidos de modo a permitir uma efectiva participação das empresas, certamente que muitas potencialidades industriais seriam descobertas e aproveitadas.

É evidente que um tal método pressuporia a definição de exigências de confidencialidade e sigilo, o que não me parece constituir um obstáculo intransponível.

Este método poderá ser implantado por algo semelhante ao Grupo de Trabalho, designado por Grupo para o Fomento das Indústrias de Defesa, que se pensou constituir e não chegou a ter efectividade.

Trata-se afinal, de revitalizar uma ideia que, apesar de a recente experiência da Comissão Permanente de Coordenação da Indústria da Defesa se ter revelado, ao que me dizem, negativa, deve continuar a merecer a atenção e o interesse dos industriais e dos militares.

Referindo-me agora às recentes iniciativas que parecem apontar para um caminho que consideramos mais correcto e desejável, há que mencionar o acordo existente entre as Forças Armadas e a Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico.

Este acordo permitiu já que fossem desenvolvidos em Portugal aparelhos de telecomunicações, nomeadamente, sistemas de onda média e onda curta, e aparelhos emissores-receptores.

Embora os valores contratuais sejam bastante modestos, e os aparelhos em si não constituam um avanço tecnológico espectacular, o que interessa assinalar é que a barreira de desconfiança existente entre as Forças Armadas e a Indústria foi ultrapassada.

De facto, estes Contratos de Desenvolvimento revelaram que é possível uma efectiva colaboração, de resultados altamente positivos, entre as Forças Armadas e empresas portuguesas, em domínios onde infelizmente persiste uma tendência extremamente perniciosa para a importação.

Saliento este aspecto porque as Forças Armadas desempenharam neste caso um papel pioneiro no nosso país que reconheço com agrado.

É sem dúvida este o caminho que devemos, em conjunto, procurar. De certo modo, trata-se de descobrir potencialidades, de fomentar a investigação, de criar mercados. E se as Forças Armadas Portuguesas assim o desejarem, podem, na verdade, contribuir para o progresso industrial e para o desenvolvimento tecnológico do nosso país.

Exemplos há, além dos descritos, de efectivos fornecimentos às Forças Armadas, desde os veículos todo o terreno UMM à possível colaboração com a M. D. F. para veículos militares pesados, exemplo que devem ter o seu natural, desejável e indispensável prolongamento na exportação, quer para os países da NATO quer para os países de expressão portuguesa.

São, aliás, projectos com potencial de exportação de número significativo de milhões de contos em que uma dimensão que inclua os países de expressão portuguesa permite economias de escala indispensáveis à competitividade em termos internacionais.

Não posso deixar de fazer uma referência ao esforço muito grande que as Forças Armadas têm feito em colaboração com indústrias em relação a alguns países do Médio Oriente.

Por último, pretendo fazer uma referência, breve embora, à contribuição portuguesa para a NATO.

Tenho de reconhecer que a indústria portuguesa não foi beneficiada com a participação portuguesa na NATO.

Outros países, como a Noruega, desenvolveram a sua indústria electrónica com base nos concursos abertos pela NATO.

Parece-me pois evidente que devem ser desenvolvidos todos os esforços no sentido de aumentar significativamente a participação da indústria portuguesa nas obras da NATO.

A entrada da Espanha na NATO, dadas as ligações conhecidas entre a Indústria e as Forças Armadas Espanholas, pode — a não ser que a posição da indústria portuguesa como fornecedora da NATO seja firmemente defendida pelo Governo — trazer repercussões muito negativas à colaboração que aqui se pretende analisar.

Parece-me igualmente líquido que para isso é indispensável o activo e decisivo empenho das Forças Armadas, e dos organismos da Administração Pública encarregados de estabelecerem ligações com os diversos departamentos e programas NATO.

Temos pois, aqui, todo um universo de programas, contratos e concursos que, a serem bem aproveitados, poderão contribuir positivamente para a melhoria da estrutura industrial portuguesa; depende apenas da vontade de cooperação entre militares e industriais para que esta oportunidade possa ser utilmente aproveitada.

Eng.º Pedro Ferraz da Costa

RELAÇÕES ENTRE A ESTRATÉGIA
E A POLÍTICA

Abel Cabral Couto

RELAÇÕES ENTRE A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA

1. INTRODUÇÃO

a. Querem as normas internas do Instituto que a alocação constante da sessão solene de inauguração do ano lectivo seja também a 1.ª sessão do Curso de Defesa Nacional. Tal implica a escolha de um tema capaz de constituir uma abertura à problemática do Curso, embora, à partida, e por tal motivo, restrinja o campo dos assuntos logicamente passíveis de tratamento.

Esta razão do tema que me proponho abordar, ou seja, o das «RELAÇÕES ENTRE A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA».

b. O problema das relações entre a Estratégia e a Política foi sempre um problema crucial que, desde Clausewitz, mobilizou a atenção dos melhores pensadores militares e de alguns politólogos. Todavia, por razões que oportunamente evidenciaremos, vem assumindo uma acuidade crescente, dando origem a opiniões muito controversas.

Tal problema talvez possa ser reduzido às seguintes questões essenciais:

- Que hierarquia existe entre Política e Estratégia, isto é, é a 1.ª que comanda a 2.ª, ou é a 2.ª que comanda a 1.ª, ou ambas se confundem?
- Estabelecida uma hierarquia, quais os limites divisórios ou aspectos distintivos entre os dois domínios?
- Que interacções existem entre os dois domínios e quais os seus efeitos relacionais?
- Sob que formas institucionais se poderão ou deverão traduzir essas relações?

c. O tempo disponível apenas permitirá aflorar, nos aspectos julgados mais significativos, as três primeiras questões. Mas, previamente, convirá

fazer uma pequena incursão no campo da evolução do fenómeno da coacção e, consequentemente, da estratégia. Articularei, assim, esta exposição nas seguintes partes:

1. Evolução do fenómeno da coacção e do conceito de estratégia.
2. Hierarquia entre a Política e a Estratégia.
3. Distinção entre Estratégia e Política.
4. Interações e potenciais tensões.
5. Considerações finais.

2. EVOLUÇÃO DO FENÓMENO DA COACÇÃO E DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

a. A evolução da coacção entre unidades políticas é dominada por dois fenómenos:

- em primeiro lugar, a transformação verificada na forma mais tradicional de coacção, ou seja, na militar;
- em segundo lugar, as possibilidades hoje em dia abertas a outras formas de coacção e a crescente importância destas.

b. A evolução, nas suas grandes linhas gerais, da coacção militar é conhecida:

- Numa 1.ª fase existiam apenas forças militares de superfície; estas eram dispostas, a maior ou menor distância, na periferia do que se pretendia proteger; o problema bélico consistia essencialmente em, através de uma destruição, sempre parcial, do sistema de forças adverso, romper o mesmo, por forma a criar-se e explorar-se uma situação geradora dum desequilíbrio físico e moral do adversário, suficiente para lhe fazer aceitar as condições que se lhe pretendia impor. Nesta fase, há uma clara distinção entre frentes e retaguardas; a guerra é só travada por militares, sendo as populações pouco afectadas; a violência reduz-se ao campo de batalha; as destruições são limitadas; o recurso à violência militar tem uma certa racionalidade, na medida em que as riquezas humanas e materiais poderiam cair quase incólumes nas mãos dos vencedores,

permitindo uma certa avaliação racional entre os custos e os valores em jogo.

- Com o aparecimento da aviação, entra-se numa 2.^a fase. Aquela permite não só ultrapassar as forças periféricas de superfície e levar, de forma cada vez mais profunda, a violência às retaguardas do adversário, mas também recorrer a potenciais de destruição cada vez mais elevados. Conceptualmente, pelo menos, passou a ser possível obter-se a decisão sem qualquer embate entre as forças de superfície, através da destruição do complexo económico do adversário, ou seja, por uma asfixia capaz de o impedir de manter os seus meios de reacção. A violência estende-se do campo de batalha ao coração dos países envolvidos; a guerra é sofrida directa e intensamente pelas populações; atenua-se ou acaba a distinção entre combatentes e não-combatentes; passam a ser afectados todos os sectores da vida do Estado. A necessidade de proteger populações e patrimónios e de assegurar a actividade da administração pública faz surgir a defesa civil; a necessidade de garantir os bens essenciais, combinada com as exigências crescentes da logística de guerra, coloca, sob uma nova luz, a defesa económica; a protecção do moral das tropas e das populações para poderem suportar os sacrifícios a que se encontram sujeitas obriga a uma defesa psicológica: a guerra torna-se total na medida em que apela para todos os recursos morais e materiais duma Nação.

Simultaneamente, com o acréscimo do potencial de destruição, em extensão e em intensidade, o recurso à violência militar passa a assumir um carácter paradoxal, bem evidente no final da 2.^a GM: o grau de destruição das riquezas é tal que se conquistam territórios com paisagens, por assim dizer, «lunares»; os vencedores, com vista à obtenção de novos equilíbrios, acabam por ter de assumir a recuperação dos vencidos.

- Uma 3.^a fase — aquela em que nos encontramos — corresponde ao aparecimento das armas nucleares, de enorme potência, combinadas com vectores sofisticados, de grande alcance e de média precisão. Esta fase acentua os dados da fase anterior e origina um facto qualitativamente novo: a inaceitabilidade dos danos potenciais do recurso a armas nucleares, com a possibilidade de

um suicídio mútuo, de extermínio, ao nível das grandes potências. E daqui uma situação paradoxal: apesar dos enormes recursos envolvidos, a arma nuclear tenderia a tornar-se um instrumento inútil já que, face a uma grande potência, o seu emprego é irracional e, face a uma pequena potência, representa uma ameaça desproporcionada, por excessiva e, portanto, sem crédito. Por outro lado, o «continuum» hoje existente entre o sistema molecular e o sistema nuclear faz com que, em áreas sensíveis, como refere LEO HAMON, «a primeira troca de tiros com armas convencionais introduza os homens num ascensor que se pode elevar ao nível mais elevado da guerra nuclear, com possibilidades muito aleatórias de poder ser detido na sua marcha». O recurso à coacção militar assume, em áreas sensíveis, um carácter irracional, que tende a conduzir à sua paralisia. O instrumento militar afirma-se, entre os blocos existentes, mais pela negativa, isto é, pela dissuasão, que pela afirmativa, isto é, como meio para se poder impor uma vontade positiva.

— Uma 4.^a fase talvez seja, infelizmente, aquela de que estamos no limiar, com os inquietantes progressos no campo da precisão das armas de destruição maciça, na capacidade de detecção dos sistemas de lançamento (mesmo dos baseados em submarinos) e na capacidade de destruição de satélites. Se tal se vier a acentuar, e não forem encontradas contramedidas eficazes, as armas de precisão, já chamada de «cirúrgica», permitem:

— vislumbrar a possibilidade de desarmar previamente um adversário, a qualquer distância, explorando as possibilidades oferecidas pelo trinómio

Iniciativa — Surpresa — Precisão

— e consequentemente

- deixar incólumes o grosso das riquezas materiais e humanas;
- causar um número relativamente reduzido de baixas entre os combatentes;
- obter uma decisão rápida, isto é, conduzir uma guerra de curta duração.

Nesta perspectiva, a coacção militar, na sua forma positiva, voltaria a adquirir racionalidade e a própria guerra uma certa «moralidade», com o fim das guerras de extermínio.

Esta possibilidade está na base da inquietude contemporânea ao nível das Superpotências, com prospectos ou de acordos limitadores ou de novas corridas aos armamentos, qualquer dessas medidas visando a recomposição de um equilíbrio em vias de se romper.

- c. Quanto às possibilidades abertas a outras formas de coacção, muitos afirmam que as coacções económica, política ou psicológica sempre fizeram parte do arsenal da Política do Estados e nada têm com a Estratégia.

É certo que a coacção económica tem um certo passado histórico, em especial a partir do Renascimento, sob a forma do bloqueio. Mas enquanto outrora, dada a relativa auto-suficiência dos Estados, as possibilidades dessa forma de coacção eram limitadas, hoje em dia a interdependência económica das unidades políticas confere à coacção económica possibilidades inusitadas. A utilização como instrumento estratégico de medidas económicas, tais como a paralisação no escoamento de produções, a manipulação das cotações e dos preços, as restrições de crédito ou de fornecimentos, etc., podem, por si sós, levar a uma asfixia económica, em regra também indutora de crises políticas internas, por seu turno exploráveis por outras formas de coacção.

É certo também que a coacção psicológica tem sido empregada, pelo menos esporadicamente, desde tempos imemoriais. Mas a coacção psicológica contemporânea é quantitativa e qualitativamente diferente da de outrora. Em virtude dos progressos no campo das comunicações de massa e na psicologia, o seu alcance e importância têm aumentado, mormente desde a 2.^a GM. Os meios actuais de comunicação permitem atingir profundamente grandes massas humanas. Estas, falhas muitas vezes de espírito crítico (em consequência quer de um subdesenvolvimento cultural, quer de uma especialização restrita de conhecimentos, quer ainda porque o ritmo da vida moderna não favorece a reflexão), desde que possam ser bombardeadas por uma informação polarizada, que manipule à vontade os acontecimentos

— ampliando-os, silenciando-os ou deturpando-os — podem ser facilmente intoxicadas, passando a sua conduta a ser mais norteeda por «slogans» que por ideias criticamente elaboradas ou aceites. O recurso a outras técnicas, baseadas na psicologia, permite atingir o domínio da consciência, confundir o verdadeiro e o falso, minar motivações e o espírito de lealdade, tudo permitindo desagregar o moral do adversário, elemento fundamental, já que a guerra é, sobretudo, um duelo de vontades. A propaganda política hostil através dos meios de comunicação de massa revela, conseqüentemente, a permanência dos conflitos entre Estados ou blocos e o recurso sem tréguas aos meios de pressão. A violência moral ou dos espíritos substitui ou completa a violência física. E, àquele nível, o poder não é função da força militar ou dos recursos económicos.

Por outro lado, o carácter ideológico da maior parte dos conflitos modernos abre perspectivas novas à acção política no interior do adversário, como substituto ou complemento da acção militar directa, criando e apoiando grupos de pressão, exacerbando tensões, desencadeando acções de terrorismo, fomentando revoltas internas, etc., etc. Assim, em consequência da evolução tecnológica, económica e social o fenómeno da coacção vem assumindo dimensões cada vez mais multiformes e subtis, dando origem a várias estratégias especializadas. Acontecimentos recentes evidenciam bem a interpenetração e a combinação dessas variadas formas, bem como a dificuldade não só de se distinguir entre o que é interno e externo mas também de destrinçar todos os actores ou intervenientes no processo.

- d. Tradicionalmente, a Estratégia preocupava-se, essencialmente, com a melhor forma de preparar e travar uma guerra. Mas devido às conseqüências potenciais que podem advir dos modernos conflitos, o cerne da parte mais significativa do pensamento estratégico contemporâneo gira, um tanto paradoxalmente, à volta do problema da Paz ou, pelo menos, da manutenção de um determinado tipo de paz:

- são conhecidos os riscos de uma guerra que envolva as super potências;
- a mundialização dos problemas e a bipolarização fazem com que nenhum acontecimento significativo seja indiferente às Grandes Potências, que tenderão a explorá-lo em seu favor;

— em consequência, muitos dos conflitos, aparentemente internos, são na realidade impulsionados do exterior; mas mesmo aqueles que têm uma raiz puramente interna acabam por se poder ligar, pelo mecanismo da intervenção das Grandes Potências, ao sistema central e, pelo mecanismo da escalada, podem atingir proporções imprevistas. Prevenir conflitos e, no caso de estes eclodirem, mantê-los sob controle; gerir um equilíbrio precário que, se rompido, pode dar origem a um holocausto nuclear é, assim, uma das preocupações da estratégia contemporânea. Esta sofre, em parte, uma rotação de 180º: tradicionalmente visando apenas a guerra em acto ou em potência, centra-se hoje na busca da melhor maneira de manter um determinado tipo de paz. E não admira, portanto, que alguns países nórdicos incluam na sua política de segurança (nesta e não em qualquer outra) o «auxílio ao 3.º Mundo», medida estratégica aparentemente pouco ortodoxa.

e. A existência de várias estratégias gerais, correspondentes aos vários domínios de acção, impõe um esforço de conceptualização unificador de todo o sistema, pois só assim será possível compreender e dominar a sua aplicação. Também, neste aspecto, algumas evoluções se vêm verificando. A princípio encarou-se a solução sob o ângulo duma simples justaposição de estratégias. Hoje, começa a tornar-se evidente que a estratégia total não deve ser apenas a soma mas sim, numa óptica sistémica, a integração das várias estratégias gerais. Só assim, por exemplo, será possível responder à seguinte pergunta: em que grau um aumento da capacidade militar conduzirá a uma situação estratégica inferior, na medida em que acarreta um aumento da vulnerabilidade económica e/ou social? Em grande parte, a estratégia da corrida aos armamentos e de criação de novos equipamentos assenta em racionalizações deste tipo.

f. Esta progressiva marcha para conceptualizações sobre a estratégia progressivamente mais alargadas, mais envolventes e mais sofisticadas não pode deixar de ser perturbadora para muitos espíritos e conferir crescente sensibilidade ao problema das relações da Estratégia com a Política.

3. *HIERARQUIA ENTRE A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA*

a. Neste quadro conceptual sobre a Estratégia, qual a hierarquia desta em relação à Política?

Três concepções se têm afirmado, de forma mais ou menos explícita.

b. A 1.^a concepção subordina a Política à Estratégia. À mesma se chega por três vias:

- Uma delas é a que dominou o pensamento alemão entre as 2GM. A guerra seria um fenómeno periódico na vida dos Estados e, conseqüentemente, a Paz não é mais que o intervalo entre duas guerras. Face à evolução do fenómeno bélico, a guerra tornou-se o acontecimento decisivo na vida do Estado, na medida em que, pelo seu potencial de destruição, pode conduzir ao aniquilamento daquele. Se a Paz não é mais que o intervalo entre duas guerras e estas podem pôr em jogo a sobrevivência do Estado, a Paz não deve ser mais do que a preparação para a guerra seguinte. As potenciais exigências destas devem, conseqüentemente, comandar toda a vida do Estado.
- Uma outra via corresponde a concepções filosóficas ortodoxas, bem conhecidas, sobre a Revolução Mundial. Se esta vai de encontro à marcha inevitável da História e não há qualquer possibilidade de compromisso entre os dois campos, dada a irredutibilidade dos antagonismos, é à luz dos interesses da Revolução Mundial que deve ser encarada toda a acção política. A Política torna-se, numa inversão do pensamento clausewitziano, a continuação da luta por outros meios. Mesmo a chamada coexistência pacífica não seria mais do que o reconhecimento dum impasse militar, eventualmente temporário, com a afirmação de que a luta é apenas transferida para os restantes domínios, privilegiando as outras formas de coacção.
- A 3.^a via assenta, nas suas linhas gerais, num raciocínio do seguinte tipo:
 - não há possibilidade de segurança, face ao exterior, sem segurança no interior;

- o desenvolvimento nacional reforça, em princípio, as possibilidades de segurança face ao exterior; mas, se for demasiado rápido e não controlado, desfaz subitamente o equilíbrio das estruturas económicas e sociais, modifica escalas de valores e põe consequentemente em risco a estabilidade nacional e a segurança interior;
- o ritmo do desenvolvimento económico e social, e toda a actividade política em geral, deve ser norteado pela necessidade primária de não pôr em risco a segurança interior, já que esta é a condição primária da segurança externa.

c. A 2.^a concepção justapõe Política e Estratégia. Ela vê a sociedade como essencialmente anárquica e conflitual. Toda a Política — pelo menos a chamada Grande Política, como distinta da Pequena Política ou administração das coisas — será então, essencialmente, uma Política de Poder e pelo Poder. O meio específico da Política seria a ameaça ou o emprego da força, o que a confunde com a Estratégia.

d. A 3.^a concepção subordina a Estratégia à Política. É a concepção que enforma a maior parte do pensamento tradicional ocidental. Assenta:

- por um lado, na rejeição da redução da realidade social a relações de conflito. Pelo contrário reconhece, na ordem interna, o domínio de relações de cooperação e de acomodação e, na ordem externa, uma marcha tendencial no mesmo sentido;
- por outro lado, no espírito científico do Iluminismo e na tradição democrática ocidental, com a sua visão optimista sobre a capacidade de o homem controlar e impor uma ordem aos conflitos por meios racionais.

Neste quadro, a Política não se esgota com a Estratégia. Pelo contrário, a prossecução do interesse geral, através da satisfação crescente das necessidades materiais e morais da sociedade, pela produção de bens e prestação de serviços, e o desenvolvimento das relações de acomodação e cooperação, na ordem interna e externa, tendem a constituir a parte mais substantiva da Política. Mesmo em situações de conflito, o recurso à coacção é entendido

como uma rotura temporária de um equilíbrio de forças, como um meio para alcançar uma nova situação de estabilidade, através da consecução de um objectivo limitado, fixado pela própria Política.

4. *DISTINÇÃO ENTRE A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA*

a. Como ciência, a Estratégia, aliás como todas as ciências sociais, interessa-se pela totalidade do real. O que a distingue das demais ciências é não a natureza do fenómeno observado mas o ângulo sob o qual o mesmo é analisado. E esse ângulo é sempre: o que é que um dado facto significa tendo em vista situações de conflito? Por exemplo, uma elevada taxa de analfabetismo pode ser analisada de um ponto de vista económico, social, etc. De um ponto de vista estratégico significa, por exemplo, entre outras coisas, o seguinte: a dificuldade de se constituírem sistemas generalizados de forças militares que apelem para elevados graus de tecnicismo. Esta extensão da análise estratégica a toda a realidade não pode ser confundida com uma concepção totalitária da Estratégia, mas entendida, sim, como a única via que permite detectar, de uma forma sistemática, as potencialidades que, na perspectiva de conflitos, podem ser exploradas e as vulnerabilidades, ou pontos fracos, que podem ser explorados por um adversário.

b. Como actividade, a Política, tal como a Estratégia, envolve a consideração permanente das circunstâncias do momento, incluindo as reacções internas e externas, em vista da:

- constante adaptação dos objectivos às possibilidades materiais e técnicas do momento;
- orientação da evolução dessas mesmas possibilidades, em face de outros objectivos mais distantes a atingir.

Mas, intrínseca à Política, encontra-se uma hierarquia de valores, uma determinada concepção do homem e da sociedade, que dita a escolha e a prioridade dos objectivos a atingir, entre a multiplicidade de objectivos possíveis, e assegura a coerência das acções parcelares a levar a efeito.

c. Em qualquer decisão política podem intervir considerações de ordem estratégica, económica, social, etc. Mas os argumentos estratégicos

não representam senão um dos elementos da decisão política. Assim, por exemplo, a construção de uma via de comunicação pode ser criticável de um ponto de vista estratégico, mas ser decidida em face das vantagens resultantes de ordem económica; em contrapartida, um empréstimo financeiro a uma nação estrangeira, sem garantia de lucro ou mesmo de reembolso, pode ser condenável de um ponto de vista económico, mas justificável de um ponto de vista estratégico, desde que sirva como instrumento de controle duma determinada área. A acção estratégica é, pois, apenas um dos aspectos da actividade política e a importância da Estratégia no conjunto da Política varia no espaço e no tempo. Por exemplo, no plano mundial, em anos recentes correspondentes à «detente» predominaram, na acção política, as considerações relativas ao desenvolvimento, ao progresso e bem-estar social; as preocupações de ordem estratégica situavam-se num 2.º plano. Hoje em dia, por razões conhecidas, voltam a predominar as preocupações de segurança, perspectiva-se o desenvolvimento nos termos compatíveis com as exigências de ordem estratégica, o diálogo Norte-Sul passa para um plano muito secundário, etc., etc.

- d. Finalmente, neste quadro conceptual, a Política surge, naturalmente, como uma «doutrina de fins», dependente é certo das Ciências que a informam mas, fundamentalmente, da hierarquia de valores que defende ou estabelece. Pelo contrário, a Estratégia é uma «disciplina de meios», o mais possível independente de referências ideológicas. Quer dizer, o papel da Política reside, sobretudo, na escolha dos fins e na definição do quadro de acção e releva em grande parte de elementos subjectivos; o papel da Estratégia é, fundamentalmente, definir meios e caminhos para se atingirem apenas alguns desses fins e releva de elementos e raciocínios que devem ser, tanto quanto possível, objectivos.

5. RELAÇÕES ENTRE A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA

- a. Cremos que as opiniões confusas, e por vezes contraditórias, que frequentemente se encontram sobre as relações entre a Política e a Estratégia resultam de uma insuficiente diferenciação entre o papel

da estratégia como ciência e como actividade. Propomos a seguinte sistematização:

(1) *No âmbito «ciência»*

- (a) A Estratégia, como uma das Ciências informadores da Política,
 - auxilia esta na formulação dos seus objectivos e, entre estes, devem figurar a redução das principais vulnerabilidades estratégicas;
 - estuda e avalia a situação estratégica nacional e internacional, informando a Política sobre ameaças e hipóteses de conflito, sobre as possibilidades e vulnerabilidades próprias e dos adversários, reais ou potenciais, e sobre as necessidades e prazos de transformação de recursos potenciais em recursos reais.
- (b) A Política fixa os objectivos que terão de ser alcançados pela Estratégia, isto é, define a missão estratégica.
- (c) A Estratégia estabelece conceitos de acção, concebe doutrinas de preparação e indica à Política os meios e processos mais adequados para se atingirem aqueles objectivos e os recursos necessários para o efeito.

(2) *No âmbito «actividade»*

- (a) A Política escolhe o conceito de acção e a doutrina estratégica que considera mais adequados e define o quadro de acção, isto é os condicionamentos a observar na consecução desses objectivos.
 - (b) A Estratégia pormenoriza a doutrina estratégica escolhida, fixa objectivos intermédios e emprega e orienta os recursos postos à sua disposição para atingir esses objectivos.
- b. Julgamos que esta sistematização elimina algumas objecções levantadas ao alargamento do conceito de Estratégia a sectores extramilitares e consequentemente o receio duma extensão do domínio militar a áreas que tradicionalmente eram consideradas do foro político. Pelo contrário, e conforme acentua o General Beaufre, «a noção de “estratégia total”, que engloba todas as estratégias dependentes, tende a reduzir a

autonomia da estratégia militar, para a subordinar estreitamente a uma concepção estratégica de conjunto, ela própria directamente comandada pelo conceito de acção política, elaborado e posto em execução por homens políticos».

6. POTENCIAIS TENSÕES ENTRE A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA

- a. Em princípio não deveriam existir tensões entre a Estratégia, ao nível total, e a Política: ambas são decididas pelo mesmo Poder e da superior responsabilidade da mesma entidade. Além disso, a Política é decidida em primeiro lugar e só então se segue a Estratégia, subordinada àquela. A observação da realidade mostra, porém, que nem sempre se verifica essa harmonia, o que deriva essencialmente de quatro razões.
- b. Em primeiro lugar, o ponto crucial da Estratégia é a relação da força com os objectivos que estão a ser prosseguidos. Ora trata-se de objectivos no plural e se já a definição destes resulta, muitas vezes, de uma competição entre indivíduos e grupos, com mais forte razão um governo vem a encontrar-se perante divergências entre aqueles objectivos que se relacionam com a consecução de valores no campo da Estratégia (que, em regra, em países politicamente pouco evoluídos, não gozam de grande favor eleitoral) e aqueles que se relacionam com o desenvolvimento económico e o bem-estar social, tanto mais que a satisfação de um dos campos limita normalmente, pelo menos no imediato, a capacidade de realização no outro campo. Pode, assim, gerar-se uma tensão quando um governo tem de escolher entre, por exemplo, equilibrar um orçamento ou aumentar a sua segurança militar.
- c. Em segundo lugar, em consequência de a estratégia ser ainda entendida, por largos sectores de opinião, como algo exclusivamente militar, e que compete apenas aos militares, o seu estudo não entra, em regra, salvo honrosas excepções, no campo de preocupações dos quadros políticos. Advertem-se facilmente — e são com frequência evidentes — as consequências de tal situação.
- d. Em terceiro lugar, ao poder político compete definir a estratégia total e exercer a direcção da acção estratégica e não a conduta desta, que compete aos grandes subordinados das estratégias gerais.

Ora quanto mais forte é a centralização da chefia mais aumentam os riscos de confusão e as intromissões entre aqueles dois domínios, levando o poder superior a deslizar, insensivelmente, da direcção para a conduta da acção. Temos então o governo a controlar os fins e os meios, a definir não só os objectivos e o quadro estratégico do conjunto mas também a supervisar o ritmo e a natureza dos planos gerais de acção, mesmo a níveis inferiores, a confundir o político com o técnico, etc., etc.

Ora a direcção estratégica traduz-se, essencialmente, pela designação dos grandes subordinados, pela definição dos principais objectivos a alcançar, pela formulação do conceito superior de acção, pela definição dos condicionamentos a respeitar e pela atribuição de meios e recursos. Descer a outros níveis ou a pormenorizações excessivas é, em regra, entrar no campo da conduta, com os consequentes riscos de tensões.

- e. Finalmente, podem gerar-se tensões quando as estruturas organizativas e os canais institucionais não estão devidamente articulados ou desenvolvidos, impedindo a convergência de esforços ou conduzindo a bloqueamentos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de terminar, duas últimas considerações:

- a. O alargamento do conceito de estratégia a outros domínios além do tradicional domínio militar e a mais estreita ligação da Estratégia à Política obrigam a repensar a inserção das Forças Armadas no Estado. Todos os assuntos de organização, de orçamentos e até mesmo de doutrina não podem certamente ser dissociados da marcha geral dos assuntos públicos. Por outro lado, as decisões sobre o tipo de Forças Armadas que a Nação deve possuir, sobre a composição, missões e possibilidades dos vários Ramos, etc., são, sem dúvida, de natureza política, mas em relação às quais, evidentemente, os militares não podem ser indiferentes. Há assim que encontrar as formas institucionais adequadas que permitam às Forças Armadas, através dos seus altos chefes, fazer ouvir a sua voz junto do poder político. Confundir o

apartidarismo das Forças Armadas e a sua não-intromissão pública nos assuntos políticos com uma passividade cega, seria um grave erro. Tanto mais que, como refere um autor estrangeiro, «às Forças Armadas tem sido dito demasiadas vezes que a sua glória era a de obedecer e, em contrapartida, muito poucas vezes lhe têm sido definidos quais os princípios últimos a que, acima de tudo, deviam prestar obediência».

- b. Aquele mesmo alargamento do conceito de estratégia, colocando ao lado da estratégia militar a estratégia económica, diplomática, etc., etc., obriga também a repensar a ligação entre militares e civis, em geral, e, em especial, entre os postos elevados da hierarquia militar e os quadros superiores da Administração Civil. Para que aquelas estratégias possam ser convergentes, é preciso que os seus responsáveis possuam um corpo de conhecimentos comum que, além de uma certa unidade de doutrina, lhes permita compreender as possibilidades e limitações recíprocas. É preciso ainda que esses vários especialistas, civis e militares, se habituem a conviver e a trabalhar em conjunto. Contribuir para tal objectivo é, ao fim ao cabo, a razão de ser deste Instituto e do Curso que ora se inicia, na esteira de experiências análogas já de apreciável tradição noutros países. Desta forma se contribuirá ainda para, progressivamente, se ir pondo fim a mútuas suspeições e a doentios particularismos que se não coadunam com a importância e gravidade do que está em jogo.

Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional:

A vossa própria designação de «auditores» significa que neste Instituto não há alunos e, por conseguinte, também não há professores, lições ou métodos «ex-cátedra». O que vos disse deve, assim, ser entendido apenas como uma proposta de reflexão para o debate que, nos termos do programa do Curso, se realizará sobre este assunto numa outra sessão.

Abel Cabral Couto
Coronel de artilharia C/CCEM

O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO MILITAR
NO EXÉRCITO PORTUGUÊS (I)

Maria Carrilho

O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO MILITAR NO EXÉRCITO PORTUGUÊS (I)

O desenvolvimento técnico-científico, em notável expansão no abrir do século de Oitocentos, a industrialização nascente com os seus corolários demográfico-urbanísticos e organizacionais, a crescente competitividade entre os estados europeus, são factores que se reflectem desde logo nos organismos militares dos vários países, principalmente centro-europeus, onde um poder central estabilizado e um nacionalismo aguerrido predispunham a um aperfeiçoamento mais rápido do instrumento militar.

Os exércitos em geral, sob o impulso de novas necessidades impostas pelo armamento cada vez mais aperfeiçoado, tornam-se mais complexos, requerendo indivíduos aptos e competentes no desempenho de funções específicas para as quais é necessário cada vez maior grau de conhecimentos e de preparação. A vida militar deve tornar-se, para os que têm responsabilidade de comando, uma ocupação a tempo inteiro — o corpo de oficiais profissionaliza-se, no sentido sociológico do termo. Paralelamente, o terreno ideológico também se torna favorável aos pressupostos que facilitam o desenvolvimento do profissionalismo: à expansão dos ideais burgueses e democráticos corresponde uma progressiva substituição de critérios de valoração dos indivíduos, em que o mérito pessoal começa a confrontar-se com o determinismo social absoluto imposto até então pela origem de classe.

Segundo Samuel Huntington, se houvesse que datar historicamente o início da profissão militar, o ano seria o de 1808. Em 6 de Agosto, o Governo prussiano publica um decreto para a admissão de oficiais no Exército em que se estabelece que «o único título para uma comissão de oficial será, em tempo de paz, educação e conhecimentos profissionais; em tempo de guerra, pronunciada coragem e capacidade de percepção das situações (*perception*). De toda a nação, doravante, todos os indivíduos que possuam estas qualidades são elegíveis para os mais altos postos militares. Toda a preferência de classe até agora existente na instituição militar é abolida e qualquer homem, sem atender às suas origens, tem

iguais deveres e iguais direitos»⁽¹⁾. Compreende-se a importância deste princípio e as tensões que gerou se recordarmos que era regra nos exércitos europeus a compra dos postos militares apenas acessíveis à nobreza: na França pré-revolucionária, um lugar de capitão custava de 600 a 14 000 libras, e um lugar de coronel custava um mínimo de 25 000 libras, com direito a comando em certos regimentos de infantaria, podendo atingir 120 000 libras, no caso de alguns regimentos de cavalaria particularmente importantes⁽²⁾. Em Inglaterra, até 1871 vigorou o sistema das compras de postos militares, que (depois de alguns abatimentos) em meados do século passado ainda custavam 2400 libras para um capitão e 7000 libras para um tenente-coronel⁽³⁾.

No processo de profissionalização militar, em que a preparação específica (*expertise*) assume papel predominante entre os outros requisitos característicos de todo o corpo profissional, torna-se fundamental a aprendizagem de conhecimentos e o estabelecimento de normas de promoção com ela relacionadas. No período que coincide com as guerras napoleónicas e anos seguintes, por quase toda a Europa são criadas instituições de educação e iniciação militares, paralelamente ao progressivo abandono de critérios de recrutamento baseados na origem social. A partir de meados do século desenvolvem-se os estabelecimentos de ensino superior militar, ao mesmo tempo que são adoptados processos de selecção e promoção que dão maiores garantias de objectividade⁽⁴⁾.

1 — OS CURSOS PARA A FORMAÇÃO DE OFICIAIS

Em Portugal, até finais do século XVIII a nobreza dominava completamente a instituição militar. As elites socioeconómica e político-militar eram ainda coincidentes e a hierarquia militar, como acontecia nos outros países europeus, regia-se por uma lógica atributiva em que a origem social era o factor determinante.

O comandante militar ainda estava longe de ser um profissional e a lógica da hierarquia baseava-se em factores que pouco tinham a ver com a competência para o desempenho das funções correspondentes.

(1) Citado por S. Huntington, *The Soldier and the State*, pág. 31.

(2) Abrahamsson, *Political Professionalization and Political Power*, pág. 13.

(3) S. Huntington, op. cit. pág. 47.

(4) Idem. pág. 31 e segs.

No Real Colégio dos Nobres, onde desde a fundação, em 1761, se processava a formação dos oficiais de infantaria e cavalaria, era requisito indispensável para o aluno a origem nobre, assegurada pelo lado materno, para além do pagamento anual de 120 000 réis de pensão. No entanto, a progressiva ascensão da burguesia impunha a adopção de critérios mais pragmáticos e, em 1792, o Colégio passou a dispensar o foro de nobreza até aí exigido desde que o aluno dispusesse do dinheiro necessário para o pagamento da pensão anual e demais despesas do curso.

Na Marinha só a partir de 1832 desaparece de vez o requisito de nobreza para os pretendentes a oficiais: a Regência, cercada no Porto, acaba por decretar que a admissão de aspirantes à Marinha se faça de acordo com os princípios liberais, que eliminavam as provanças de fidalguia.

No entanto, o ensino militar sob forma embrionária nascera nos anos que seguiram a restauração da independência — impulsionado pela evidente necessidade de defesa militar do País perante a ameaça espanhola — com a criação de uma «aula» ou curso de fortificação e arquitectura militar, para o qual foi nomeado lente, em 1647, Luís Serrão Pimentel, de quem eram conhecidos os méritos de engenheiro. Anos depois, em data não perfeitamente definida, nasceu, a partir dessa «aula», uma Academia Militar que funcionou ao longo de um século até à sua extinção em 1779. O ensino continuava principalmente virado para a engenharia e arquitectura, preparando técnicos para a construção de fortificações e obras públicas.

Na Marinha, datam do século XVIII as primeiras medidas para regulamentar o recrutamento de oficiais, que nos séculos anteriores se caracterizavam por uma marcada heterogeneidade — desde os nobres que se decidiam por um posto cimeiro na Marinha, até aos sargentos-de-mar-e-guerra e mestres e pilotos da Armada que em casos especiais tinham acesso a um posto de oficial, passando pelos oficiais do Exército que transitavam para a Marinha, e pelos oficiais da Marinha Mercante que, distinguindo-se em combates com navios corsários ou piratas, eram recompensados com a nomeação para oficial da Marinha.

É o Marquês de Pombal que, em 1761 decreta a criação da classe de guarda-marinha, para a qual se exigiam condições análogas às que o alvará de 16 de Março de 1757 estabelecia para a admissão de cadetes no Exército: ser nobre ou filho de oficial general ou superior. Poucos

anos depois, em 1774, desaparece a instituição dos guardas-marinhas e o Marquês de Pombal determina novas condições de acesso a oficial da Marinha: entre os 12 e os 16 anos, o jovem devia embarcar numa das naus da Armada e dar provas da sua aptidão para a vida marítima, e só depois seria promovido a sargento-de-mar-e-guerra. Dizia-se que talvez esta medida constituísse um modo de afastar a nobreza do serviço da Armada, pois que os fidalgos deveriam considerar excessivamente duras tais provas de interesse pela Marinha ⁽⁵⁾.

Só posteriormente, em 1779, é criada a Academia Real da Marinha, para a formação de oficiais, sem contudo chegar a dispor do necessário ensino de engenharia naval.

O estabelecimento de ensino militar que pode ser considerado como directo antecessor da actual Academia Militar foi criado em 1790 com a designação ainda espúria de Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, onde eram ministrados os cursos de Infantaria e Cavalaria, com a duração de 3 anos, e os de Artilharia e Engenharia, com a duração de 4 anos.

As guerras napoleónicas na Europa e, em particular, as invasões francesas vieram revelar todas as deficiências do sistema militar português, patentes no facto de ter sido a Inglaterra a assumir então a defesa militar do País. Mas só com a instauração do regime liberal o Governo se torna sensível às reivindicações do corpo docente da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, no sentido de actualizar o ensino militar e conceder maior atenção à preparação dos oficiais portugueses. Assim, em 11 de Janeiro de 1837, em substituição da Academia Real da Marinha, é criada a Escola Politécnica, colocada sob a direcção do Ministério da Guerra, com o objectivo principal de proporcionar o ensino preparatório necessário aos futuros alunos dos cursos militares específicos do Exército e Marinha, ao mesmo tempo que apresentava cursos para civis, de feição predominante técnica e científica.

No dia seguinte ao do decreto que instituía a Escola Politécnica e também sob a influência do então visconde de Sá da Bandeira, oficial possuidor de notável preparação militar teórica e prática, é publicada a

⁽⁵⁾ *Os primeiros 100 anos da Escola Naval*, pág. 18.

lei que criava a Escola do Exército, em substituição da velha Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho.

A instalação da Escola do Exército constitui um momento fundamental na história do Exército Português, marcando o início da moderna organização militar do nosso país, que implicava uma definição da carreira das armas no sentido da profissionalização do corpo de oficiais.

Na Escola do Exército foram então estabelecidos 3 cursos de carácter militar e um curso destinado à formação de engenheiros civis. Os cursos militares dividam-se em: Engenharia Militar e Artilharia, com a duração de 3 anos; Estado-Maior, de 2 anos; Infantaria e Cavalaria, de um ano. A Escola do Exército nascia como um estabelecimento de ensino superior especializado — militar — que exigia um adequado nível de preparação prévia. Os cursos preparatórios que permitiam o acesso à Escola do Exército eram inicialmente apenas leccionados na Escola Politécnica e tinham duração variável segundo a arma a que se destinavam os alunos: Engenharia e Estado-Maior requeriam 4 anos; Artilharia, 3 anos, e Cavalaria e Infantaria, apenas um ano. A partir de 1843 é autorizada a inscrição na Escola aos candidatos que, preenchendo as necessárias condições físicas, possuíssem o bacharelato da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, medida que facilitava aos jovens do Norte do País a escolha da carreira militar.

Pelo que concerne a Armada, só em 1845 é criada a Escola Naval, destinada à formação dos futuros oficiais da Marinha, engenheiros navais e pilotos da marinha mercante.

Os cursos da Escola Naval tinham a duração de 2 anos e exigiam a aprovação prévia em algumas cadeiras da Escola Politécnica.

Quanto aos alunos dos vários cursos da Escola do Exército, distribuíam-se por 7 cadeiras consideradas fundamentais: Arte Militar e Fortificação Passageira; Fortificação Permanente; Artilharia, Estabilidade de Construções e Mecânica Aplicada às Máquinas e Obras Hidráulicas; Arquitectura Civil e suas Aplicações; curso de Construção; Topografia; curso de Gramática e Língua Inglesa.

Em breve estas matérias se revelaram insuficientes perante o nível entretanto atingido, em geral, pelo ensino superior militar na Europa, e principalmente na Prússia, o país mais avançado no processo de organização e profissionalização militar; da aprofundada preparação proporcionada aos oficiais resultava a importância e o prestígio da instituição militar e

do pensamento militar prussianos, bem patentes no facto de, segundo uma avaliação efectuada na altura, cerca de 50 % da literatura militar europeia ser produzida na Alemanha.

A instituição militar portuguesa, mesmo sem que houvesse a pretensão de a elevar ao nível da alemã, necessitava contudo de um aperfeiçoamento do sistema de ensino, transformação pela qual se bateu ainda Sá da Bandeira e que conseguiu introduzir em 1863, depois de voltar a ocupar o cargo de ministro da Guerra. O número de cadeiras da Escola do Exército era elevado a 9, e o âmbito cultural das matérias significativamente alargado. Introduzia-se o estudo de legislação e administração militares; história, geografia e estatística militares; noções de direito — para além dos novos aspectos relacionados com o progresso da artilharia e da mecânica. A duração dos cursos de Infantaria e Cavalaria era aumentada para dois anos, os cursos de Artilharia e Engenharia passavam a ser diferenciados, estabelecia-se definitivamente a existência de um curso de Engenharia Civil, e criava-se um curso de habilitação para o preenchimento de lugares na Administração Militar. A admissão aos cursos de Engenharia, Artilharia e Estado-Maior requeria 3 anos de estudos preparatórios na Escola Politécnica, enquanto para os cursos de Infantaria e Cavalaria era exigido o curso completo do Colégio Militar — criado em 1814 — ou o curso dos liceus de primeira classe.

A reorganização de 1863 conferiu maior prestígio ao ensino ministrado na Escola do Exército e aos oficiais que por ela passavam, mas pouco depois dos primeiros anos de rodagem, quando funcionava em pleno, já se encontrava desfasada em relação às novas necessidades impostas pelo rápido progresso técnico e científico, logo aplicado a fins militares nos países mais avançados. A transição, nas peças de artilharia, do carregamento pela boca ao uso da retrocarga, a adopção de espingardas de menores dimensões e de repetição, que implicava grandes transformações nas tácticas de combate; a difusão da via férrea, arma logística de grande importância já na Guerra Civil americana e depois adoptada pelo Estado-Maior da Prússia na guerra franco-prussiana; o telégrafo, que iniciara a sua aplicação bélica na guerra da Crimeia, afectando crescentemente as tradicionais táctica e estratégia — revolucionam a instituição militar. Nas escolas militares estrangeiras operam-se as consequentes e importantes transformações a nível do ensino, paralelamente às grandes alterações verificadas em toda a instituição militar.

Perante as pressões do corpo docente da Escola do Exército é aprovado, em 1884, novo ordenamento das matérias, que se traduz principalmente num aprofundamento dos conhecimentos de balística e de material de artilharia, assim como numa tentativa de elevar o nível dos cursos de Estado-Maior, alargando a extensão e o número de cadeiras.

Sucessivamente, entre 1890 e 1892 foram decretadas novas reformas, fortemente condicionadas pela conjuntura de crise económica e financeira que o País atravessava. Só em 1894 é iniciado um plano de reorganização do ensino superior militar que, modificado por algumas alterações introduzidas em 1897, se manteve até 1910.

O período marcado pela reorganização da Escola do Exército de 1894 pode considerar-se fundamental no processo de profissionalização do corpo de oficiais portugueses.

A relação entre Estado e instituição militar passa a exigir uma definição cada vez mais articulada e clara devido à sua própria complexidade. A especificidade da carreira das armas, que do ponto de vista socio-profissional consiste no facto de terem as forças armadas o Estado como único «cliente», implica uma situação original, em relação às outras profissões, pois que é o próprio «cliente» a promover ou impor o processo de profissionalização, em vista da função da instituição militar como suporte do próprio Estado.

O preâmbulo da reorganização, decretada ditatorialmente pelo Governo, ilustra, em Portugal, o esforço de intervenção a cargo do Estado, no sentido de impor a profissionalização militar — desde a adopção de critérios de selecção mais rigorosos, passando pelo desenvolvimento da preparação específica (*expertise*) até à afirmação do espírito de corpo entre os oficiais. Constata-se o baixo nível e a heterogeneidade da preparação escolar dos alunos dos primeiros anos do ensino superior em geral, carência de mais graves reflexos precisamente na Escola do Exército, que aliás não podia permitir ao aluno a perda de mais um ano durante o curso. Por outro lado, a nova lei explicita a concepção socio-organizativa segundo a qual a preparação intelectual específica é reconhecida como factor importante para obtenção de prestígio e consenso no seio da organização. «Quando a instrução de todas as classes sociais, mesmo as menos preponderantes, se desenvolve de dia para dia, quando as aplicações científicas no domínio

militar se alargam e complicam, e se torna cada vez mais preciso constituir os quadros com os melhores elementos debaixo de todos os pontos de vista (...) quando se procura e felizmente se vai conseguindo aperfeiçoar a instrução profissional das tropas, não pode deixar de exigir-se que os que têm de comandá-las conservem sempre uma grande superioridade sobre elas» — diz claramente o texto que introduz a lei de 1894 ⁽⁶⁾. Os conhecimentos agora requeridos, considerados úteis para a formação de qualquer oficial, tornam-se particularmente importantes «no serviço colonial, onde não se exigem só qualidades de combate mas, sobretudo, um alto prestígio como elemento civilizador» ⁽⁷⁾.

Uma das causas apontadas para as deficiências verificadas sobretudo entre os alunos dos cursos de Infantaria e Cavalaria era a heterogeneidade da sua proveniência escolar. Por isso o plano passava a exigir também, para os candidatos a esses cursos, a aprovação prévia numa parte das cadeiras da Escola Politécnica de Lisboa ou das suas equivalentes do Porto e Coimbra. Preenchidos estes requisitos, que nivelavam os alunos candidatos aos vários cursos, e que obrigavam os futuros oficiais de cavalaria e infantaria a demonstrar maior preparação e capacidade intelectual do que era usual até aí, encontravam-se reunidas as condições para «estabelecer maior homogeneidade entre os candidatos às diversas armas» através da criação de um curso geral preparatório que todos os alunos deveriam frequentar durante um ano.

O primeiro ano geral, em que os alunos seriam classificados para as várias armas, segundo as suas prestações escolares constituía, sem dúvida, uma «base mais segura» do que a adoptada até então, e que «apenas se referia ao melhor ou pior resultado obtido em escolas não militares» ⁽⁸⁾.

A existência de um primeiro ano comum desempenhava ainda uma função latente, e fundamental no periodo de formação da carreira militar como profissão: o fortalecimento do necessário espírito de corpo (*corporateness*).

Embora colocando-a em segundo plano, a redacção do texto dá, curiosamente, testemunho dessa preocupação: «o curso geral terá ainda a

⁽⁶⁾ O. E. n.º 19, 1.ª Série, 1894.

⁽⁷⁾ Idem.

⁽⁸⁾ Idem.

vantagem de unificar mais a corporação dos oficiais do Exército e de tornar possível, no futuro, regular com justiça os direitos de cada oficial em relação aos das outras armas»⁽⁹⁾.

Os legisladores mostram-se convictos de que a exigência de 3 anos de frequência de uma Escola Politécnica, que tornariam mais demorados os cursos de Infantaria e Cavalaria, não iria restringir a acorrência de candidatos a estas armas, pois se estabelecia que atingiriam o posto de alferes 7 anos depois da matrícula nas escolas superiores, ou seja, 2 anos depois do termo do curso, em vez dos 4 ou mais anos habituais. Portanto, em termos de avanço na carreira, o oficial de infantaria e cavalaria poderia até ficar beneficiado com a nova modalidade de ensino.

O nivelamento pretendido pelas autoridades iria certamente em benefício, por um lado, do Estado, na medida em que assegurava maior homogeneidade e competência profissional do corpo de oficiais; por outro, e inerentemente, ia no sentido de prestigiar profissionalmente as armas «não técnicas». A este ponto estabelece-se um conflito, não tanto de interesses materiais — pois seja o Estado como os oficiais de infantaria e cavalaria extrairiam vantagens de tal nivelamento — mas de mentalidades. A herança ideológica aristocrática, mais forte nestas armas tradicionais, opunha-se em geral, e não só no caso português, aos novos processos de selecção e de promoção, tendencialmente mais exigentes, rigorosos e objectivos. O «beau sabreur», protótipo de consumo corrente do modelo heróico que durante séculos predominou na instituição militar, e que tinha feito a sua época, ainda no fim do século passado se mantinha na cabeça de muitos jovens candidatos a oficiais.

Por outro lado, a burguesia portuguesa, quantitativamente e qualitativamente atrasada em relação às burguesias europeias em geral, não constituía um terreno de recrutamento que correspondesse às necessidades de desenvolvimento da instituição militar. Digamos que o «sector civil», onde a velha aristocracia ainda mantinha posição de relevo, embora já hegemónico pela nova classe burguesa, se utilizava mais da instituição militar do que esta se servia do mesmo sector civil — o que não deixava de provocar sequelas a nível das relações civil-militares em Portugal, na medida em que, pelo menos desde finais do século passado, do ponto de vista ideológico a instituição militar vinha alcançando, em toda a Europa,

(9) O. E. n.º 19, 1.ª Série, 1894.

uma legitimação a nível nacional, como suposto garante da defesa de todo o país e não dos privilégios de algumas camadas.

As medidas decretadas em 1894 revelaram que boa parte dos jovens que seguiam a carreira militar se decidiam pelo aspecto ainda aventureiro e pouco rigoroso que esta oferecia, e como recurso para manter um estatuto social em declínio — caso das muitas famílias nobres — ou para alcançar com relativa facilidade uma ascensão social de outro modo mais problemática. Assim, a partir de 1894 decresce abruptamente o número de candidatos aos cursos de Cavalaria e Infantaria, tornando-se insuficiente para preencher as necessidades dos quadros destas armas. Em Setembro de 1897⁽¹⁰⁾ é decretada uma importante alteração à lei de 1894, e que representa um recuo nas exigências de profissionalização expressas pelo Estado, mas também um compromisso entre essas exigências e as possibilidades que a sociedade portuguesa e a sua organização militar ofereciam. Reduz-se o nível de preparação prévia requerido para os cursos de Infantaria e Cavalaria, o que ocasiona também a abolição do curso geral. Voltava-se ao requisito da aprovação no curso do Colégio Militar ou no curso dos liceus, como já estabelecido em 1884, para além da aprovação, nos estudos politécnicos, de algumas cadeiras que então não eram leccionadas na Escola do Exército.

A partir de 1897 e até 1910, a organização da Escola do Exército contava os seguintes cursos: Estado-Maior, com a duração de 2 anos; Engenharia Militar, 4 anos; Artilharia, 3 anos; Cavalaria, 2 anos; Infantaria, 2 anos; Administração Militar, 1 ano; Engenharia Civil e Minas, 3 anos.

A entrada no curso de Estado-Maior era regulada de modo semelhante ao estabelecido em 1894, ou seja: estar habilitado com o curso de qualquer das armas do Exército, possuindo também o curso superior preparatório acrescentado da cadeira de Química Orgânica; dois anos de bom e efectivo serviço como oficial, *exemplar* comportamento e manifesta aptidão militar, tudo devidamente comprovado pelos comandantes sob cujas ordens o candidato tivesse servido; ser aprovado no exame de equitação; ter posto não superior a capitão; ter aprovação no exame de língua inglesa e no de língua alemã, feitos nos liceus.

⁽¹⁰⁾ O. E. n.º 12, 1.ª Série, 1897.

As condições de admissão para os cursos de Engenharia e Artilharia continuavam as mesmas que em 1894 eram exigidas para o curso geral, apenas com a alteração do limite de idade, que foi elevado para 24 anos, e o aumento de mais uma cadeira no ensino politécnico — Química Orgânica, cujo conhecimento foi considerado indispensável para os estudos dos novos explosivos.

Nos cursos de Infantaria e Cavalaria, também a idade da admissão foi elevada até aos 24 anos; exigia-se *bom* comportamento, devidamente comprovado; o curso do Real Colégio Militar ou o equivalente dos liceus e, no ensino politécnico, cadeiras que então não eram leccionadas na Escola do Exército — Álgebra Superior, Geometria Analítica e Trigonometria Esférica; Geometria Descritiva (1.ª parte) e Desenho (1.º ano).

O curso de Administração Militar requeria um tipo de preparação de ordem fundamentalmente prática. Para além de «um ano de bom e efectivo serviço nas fileiras», do limite de idade de 27 anos, de bom comportamento, da devida licença do Ministério da Guerra, era necessário ao candidato ser primeiro-sargento graduado cadete com o curso do Real Colégio Militar (ou pelo menos segundo-sargento habilitado com o curso de alguma das escolas centrais de sargentos, ou com determinadas cadeiras dos liceus) e ter obtido aprovação nas cadeiras de Merceologia (estudo e verificação de mercadorias) e Economia Política e Noções Gerais de Comércio do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa ou Porto.

Tal como acontecia nas academias militares estrangeiras, no último quartel do século passa a atribuir-se maior importância à educação física do futuro oficial, começando por ser mais rigorosa a inspecção sobre as condições físicas dos candidatos a alunos da Escola do Exército.

Os processos de avaliação de conhecimentos constavam, fundamentalmente, de um «acto final» ao qual eram admitidos os alunos que no decurso do ano tivessem obtido classificação não inferior a dez valores nos grupos e subgrupos em que se dividia a aprendizagem, seja a de cunho exclusivamente intelectual, seja a de carácter físico: «ligações e repetições», «exercícios práticos», «exercícios militares» e «equitação» e «ginástica e esgrima». De notar que a exigência de uma preparação física que compreendesse a ginástica — prática sem os pergaminhos da esgrima⁽¹⁾ — se torna cada vez mais presente. No entanto, o atletismo não alcança no

(1) O primeiro Ginásio — Ginásio Normal Militar e Civil — foi criado em 1834.

Exército Português, a difusão atingida por exemplo nos exércitos da Alemanha e dos Estados Unidos, onde a analogia simbólica entre o agonismo desportivo e o envolvimento pessoal em combate não passam despercebidos aos organizadores militares, impondo-se a disputa atlética à medida que recuava a excessiva severidade da disciplina militar, que cedia lugar, assim, a um tipo de prática mais proveitoso para o desenvolvimento físico e equilíbrio psíquico do próprio indivíduo, o que resultava em benefício da instituição.

2 — O CURSO DE ESTADO-MAIOR E A TENTATIVA DE FORMAÇÃO DE UMA ÉLITE PROFISSIONAL

A importância geralmente assumida pelo Estado-Maior no decurso do processo de profissionalização do corpo de oficiais justifica uma especial chamada de atenção para a história da criação dos cursos de Estado-Maior em Portugal.

O Corpo de Estado-Maior português foi criado apenas em Julho de 1834 e o curso para a formação de oficiais do Estado-Maior instituído três anos mais tarde. Até então, e segundo estabelecido por lei de 1816, o recrutamento para o Serviço de Estado-Maior realizava-se na dependência do comandante-chefe, que escolhia pessoalmente, nas várias armas, os oficiais «com atenção ao merecimento tão-somente»⁽¹²⁾. Os critérios de avaliação do «merecimento» de cada oficial não eram porém regulados por qualquer processo objectivo e rigoroso, e o general comandante-chefe podia dispensá-los do Serviço e fazê-los regressar às armas em qualquer momento que o entendesse.

Esta acentuada arbitrariedade marcava a diferença que separava a organização do Estado-Maior português das organizações dos outros exércitos europeus, especialmente os mais avançados.

A instituição de um Estado-Maior em termos modernos pertence à Prússia e data de 25 de Novembro de 1803⁽¹³⁾. Os oficiais das várias armas tinham acesso ao Corpo de Estado-Maior só depois de superar um exame específico em que eram requeridos conhecimentos aprofundados

⁽¹²⁾ *Regulamento para a Organização do Exército*, 21 de Fevereiro de 1816, artigo 4.º

⁽¹³⁾ Ver S. Huntington, *The Soldier and the State*, pág. 50.

das matérias consideradas fundamentais, e destinavam-se a preencher tarefas de tipo *permanente* ou *especial*, segundo se relacionassem com o desenvolvimento dos princípios das operações militares em geral, ou com as questões militares correntes e a preparação de concretos planos de guerra⁽¹⁴⁾. A derrota do Exército prussiano em Iena (1806) tem como consequência a aceleração de todo o processo de organização e profissionalização militares, a que é inerente o esforço para uma melhor definição do papel do Estado-Maior, logo em 1808 reorganizado por Scharnhorst, e que tende a tornar-se o centro organizacional do profissionalismo prussiano e símbolo de competência e de prestígio não só a nível interno como em toda a Europa⁽¹⁵⁾. Perante a possibilidade de ter que sustentar uma guerra em duas frentes (França e Rússia), hipótese que os militares prussianos temiam, tinham-se posto duas alternativas fundamentais: ou potenciar a implantação de meios de defesa ao longo das fronteiras, através de fortificações e guarnições; ou privilegiar a capacidade de mobilização do Exército em todo o país, o que implicava não só transportes e comunicações adequados como um acrescido poder organizativo. É a escolha desta última via que está na origem do rápido desenvolvimento do Corpo de Estado-Maior prussiano⁽¹⁶⁾.

Em Portugal, por um lado defendido pelo Atlântico e por outro confinante com a Espanha que deixara de ser considerada ameaçadora, a instância organizativa militar da defesa nacional propõe-se com fraca premência, e geralmente a reboque das experiências estrangeiras. A criação e desenvolvimento do Estado-Maior constitui um processo historicamente difícil de esclarecer devido à carência documental, e parece ter arrastado alguns problemas específicos ligados à rivalidade de interesses que se estabelece entre os oficiais do Estado-Maior e dos de outras armas onde era ainda forte a herança da mentalidade aristocrática. O primeiro curso de formação para o Serviço de Estado-Maior foi instituído em 1837 na Escola do Exército, e estabelecia para os candidatos a obrigatoriedade de preparatórios, a frequentar na Escola Politécnica, semelhantes aos exigidos para o curso de Engenharia. O curso propriamente dito era equiparado aos de Artilharia e Engenharia, recebendo directamente os alunos provenientes

⁽¹⁴⁾ Ver S. Huntington, *The Soldier and the State*, pág. 50.

⁽¹⁵⁾ Ver S. Huntington, *op. cit.*, págs. 50-51.

⁽¹⁶⁾ Teitler, *The Genesis of the Professional Officers' Corps*, págs. 119-120.

do ensino politécnico. As cadeiras estudadas ao longo dos dois anos de duração do curso eram de feição exclusivamente técnica⁽¹⁷⁾, e faziam parte do leque de matérias leccionadas na Escola do Exército, sem que que portanto fosse proporcionada aos oficiais uma preparação específica. O curso de Estado-Maior, criado numa época em que predominava ainda no nosso exército o modelo francês — já nitidamente atrasado em relação ao prussiano — nasceu assim desfasado em relação ao avanço organizativo requerido pela complexidade das tarefas impostas pela nova tecnologia da guerra.

Na Prússia, já em 1810 fora criada, por Scharnhorst, a *Kriegsakademie*, em Berlim, para a preparação específica dos oficiais do Estado-Maior, e ponto de passagem privilegiado para o acesso aos lugares cimeiros da hierarquia militar. Era considerada uma universidade militar para o estudo especializado das ciências da guerra, oferecendo um currículo em que, para além das matérias obrigatórias de carácter eminentemente técnico-militar, cerca de metade era constituído por matérias optativas, que incluíam história universal, geografia, lógica, física, química, literatura, alta geodesia, alta matemática, francês e russo. Para a frequência dos cursos da Academia de Guerra eram seleccionados anualmente cerca de 40 entre os 60 ou 70 oficiais concorrentes. Às provas de exame, que se prolongavam por 10 dias, acediam apenas os oficiais com 5 anos de serviço exemplar, devidamente comprovado.

No entanto, também na Prússia, a reacção da aristocracia contra a afirmação do Estado-Maior, que constituía uma elite que se regia por normas que escapavam ao controlo daquela classe, só foi dominada com a chefia de von Moltke no Estado-Maior, que a partir de 1857 se torna o lugar mais ambicionado e prestigioso de todo o Exército prussiano.

Em Portugal, a influência do sistema prussiano, cuja superioridade ficara demonstrada na guerra franco-prussiana, faz-se sentir concretamente apenas em 1890, data em que o Estado-Maior deixa de ser um corpo fechado para passar a ser composto por oficiais provenientes de todas as armas. Paralelamente, o curso de Estado-Maior assume um estatuto mais elevado em relação aos restantes cursos da Escola do Exército, na medida

(17) 1.ª cadeira: Arte Militar e Fortificação Passageira; 2.ª cadeira: Fortificação Permanente; 5.ª cadeira: Arquitectura Civil e suas Aplicações; 6.ª cadeira: Topografia; 7.ª cadeira: Gramática e Língua Inglesa. A numeração das cadeiras corresponde à ordem que ocupam no leque de cadeiras da Escola do Exército.

em que se torna um curso complementar, só acessível a oficiais já formados com o curso de uma das armas do Exército. A designação do curso de Estado-Maior, correspondendo à categoria superior que se lhe pretendia conferir, passava a ser a de Curso Superior de Guerra, que deveria constituir o embrião de uma Escola Superior de Guerra, do mesmo género das existentes no estrangeiro.

No entanto, a denominação de Superior para o curso de Estado-Maior provocou a animosidade de outros sectores do Exército em atenção aos quais é mudada, em 1891, para Curso de Guerra. Por outro lado, a contrapartida a oferecer aos possuidores deste curso não fica então definida, e só em 1892 lhes são facultadas algumas vantagens, inferiores no entanto às indicadas pela legislação de 1890.

Em 1894, com a reorganização de Pimentel Pinto, o curso volta a chamar-se Curso de Estado-Maior, mantendo o seu carácter específico, como preparação complementar destinada aos oficiais que iriam prestar serviço no Estado-Maior. A nova legislação considerava «de toda a vantagem obter um grande número de oficiais habilitados com este curso, não só para garantir sempre a existência de pessoal idóneo para as comissões especiais daquele serviço, mas porque será um meio de difundir no Exército os conhecimentos mais desenvolvidos das ciências militares»⁽¹⁸⁾. Aos oficiais em comissão de serviço no Estado-Maior era então concedido o vencimento igual ao dos oficiais de engenharia, assim como uma ligeira vantagem na promoção de tenente a capitão.

No entanto, as autoridades portuguesas não parecem ter concedido ao Estado-Maior a importância que já então atingia nos exércitos europeus, sobretudo a partir da guerra franco-prussiana. Não chega a ser criado um estabelecimento de ensino próprio para o curso de Estado-Maior e a legislação reguladora continuava a considerá-lo de nível idêntico ao curso de Engenharia, embora devido à sua finalidade específica acabasse por funcionar de modo relativamente autónomo no seio da Escola do Exército.

No quadro do processo de profissionalização do corpo de oficiais português, este facto relaciona-se com a situação de generalizado atraso,

(18) O. E. n.º 19, 1.ª Série, 1894.

por um lado, como sua consequência, por outro, como causa de incompleto desenvolvimento do aspecto profissional entre a elite militar portuguesa, se comparada com a dos outros exércitos europeus.

Para além da debilidade da situação económica e financeira portuguesa que não permitia as despesas militares correntes nos principais países da Europa, a dificuldade de afirmação do Estado-Maior pode encontrar explicação na própria insuficiência orgânica da «sociedade civil» portuguesa. Um núcleo militar particularmente prestigiado pela sua preparação técnico-cultural e organizativa, e com elevado grau de coesão como deve ser o Estado-Maior, poderia vir a reunir condições para se impor a nível da direcção do próprio Estado, tornando-se mesmo em embrião um rival para os sectores civis do poder — que acabam, devido à sua própria fraqueza, por cercear o desenvolvimento organizativo das Forças Armadas e necessitar do pleno controle objectivo da instituição militar.

Dr.ª Maria Carrilho

A DEFESA NO MUNDO

Redacção

A DEFESA NO MUNDO

ARMADA INTERNACIONAL (SUIÇA), de SET/OUT 81

O transporte aéreo militar é uma componente essencial das Forças Armadas, tendo sido graças a ele que o Exército soviético foi capaz de, em pouco tempo, controlar o Afeganistão.

A Administração norte-americana não se encontra satisfeita com a actual capacidade de transporte aéreo do país, apesar dos seus 270 aviões C-141 STARFIGHTER e 77 C-5A GALAXY (o maior do mundo, podendo transportar 500 soldados com o seu armamento e equipamento para qualquer parte). O mais moderno avião de transporte norte-americano vai ser no entanto o KC-10 ATCA (Advanced Tanker/Cargo Aircraft), que se encontra em fase de produção. O avião de transporte tático mais usado é o C-130 HERCULES, de que existe um número superior 1600 em mais de 50 países.

Apesar da crescente capacidade do transporte aéreo, continua a ser impossível dispensar o transporte marítimo, para o que basta lembrar que cada C-5A GALAXY só pode transportar, de cada vez, um novo carro de combate ABRAMS XM e um camião.

Encontra-se em estudo a possibilidade de lançamento de tropas de 24 000 pés de altitude, o que é importante para a penetração em território adverso.

NAVAL FORCES (UK), de NOV81

De 1AGO a 16OUT81 desenrolou-se no Atlântico o exercício naval de grande envergadura OCEAN VENTURE 81, em que participaram mais de 120 000 homens e mulheres, 300 navios de guerra e mais de 1000 aviões de 16 países, o qual teve como um dos seus objectivos responder aos grandes exercícios navais soviéticos «OKEAN» que têm vindo a ser realizados de 4 em 4 anos.

A 1.ª parte do exercício teve lugar no Atlântico Sul com a participação da Argentina, Brasil, Colômbia, Uruguai, EUA e Venezuela, tendo constado de 8 fases, das quais se destacam o exercício UNITAS XXII (desembarques anfíbios com apoio aeronaval, sob o comando superior do Almirante Harry D. Train II — Comandante-Chefe norte-americano do Atlântico Sul), e o exercício FRATERO III com a participação das Marinhas da Argentina e do Brasil (realizado em águas brasileiras, entre Santos e o Rio de Janeiro).

A 2.ª parte teve lugar no Atlântico Norte, destacando-se a fase que contou com a participação das Marinhas dos EUA (Task Force 22, incluindo os navios de assalto anfíbio «SAIPAN» e «GUAM», o cruzador lança-mísseis «WAINRIGHT», os «destroyers» lança-mísseis «COONTZ» e «JOHN RODGERS», a fragata «MC CLOY» e 2 navios de transporte) e da Espanha (porta-aéreos «DÉDALO», as fragatas lança-mísseis «BALEARES», «ANDALUCIA» e «CATALUNHA», as corvetas lança-mísseis «DESCUBIERTA» e «DIANA», 3 submarinos, 3 canhoneiras e um navio de reabastecimento de combustível). O exercício constou da protecção a um comboio militar navegando dos EUA para o Mediterrâneo, executada pelos navios norte-americanos até à entrada na «zona de influência da Espanha» (no exercício começando num ponto 90 milhas a sul da Madeira e 160 a norte das Canárias) e daí até ao fim por unidades espanholas. As forças espanholas actuaram ainda como «inimigo» nos dois dias que precederam a chegada do comboio àquele ponto de «entrega do testemunho».

A 3.ª parte («OCEAN SAFARI») teve lugar desde as aproximações sudoeste do Canal da Mancha até Lisboa, salientando-se a participação em força da França (com o porta-aviões «CLEMENCEAU», oito «destroyers», 4 submarinos e alguns navios caça-minas e draga-minas, e ainda a activação de um Quartel-General) em cooperação com meios navais e aéreos de 8 países. O exercício constou fundamentalmente de protecção anti-submarina a navios mercantes (quer navegando em comboio, quer independentemente).

U. S. NEWS E WORLD REPORT (EUA), de 9NOV81

Firmas norte-americanas esperam poder competir com a NASA, dentro de 2 anos, designadamente para a instalação de indústrias no espaço visando a fabricação no vácuo de certos produtos como medicamentos, cristais e vidro

superpuro, a qual é impraticável em terra, onde a gravidade impede a adequada combinação da mistura. Este tipo de produção, na qual estão já a ser investido milhões de dólares, será trazido para terra nos «SHUTTLES» (VAIVÉM).

Entretanto a utilização do espaço está já contribuindo para se descobrir petróleo e gás, para aumentar as capturas de peixe, e para a inspecção de florestas, culturas de cereais, etc.

U. S. NEWS E WORLD REPORT (EUA), de 16NOV81

EUA e União Soviética espiam-se mutuamente em permanência por meio de submarinos, aviões, navios e satélites, com o objectivo de se manterem ao corrente da capacidade militar do seu antagonista principal.

A URSS dispõe de 58 «navios-espíões» vigiando permanentemente os pontos estrategicamente importantes das costas dos EUA (base de submarinos nucleares lança-mísseis balísticos de Charleston, Cabo Canaveral, campo de experiências de mísseis em Vanderberg, etc.), as bases de submarinos nucleares lança-mísseis balísticos norte-americanos na Escócia e em Guam, as águas da Noruega, as passagens obrigatórias da navegação do Canal da Mancha, dos Estreitos da Dinamarca, da Sicília e de Ormuz, e as águas da Coreia e do Japão.

Os EUA gastam pelo menos 6,5 biliões de dólares por ano para rastreio de submarinos, e os seus aviões AWACS estacionados no Egipto vigiam o território da Líbia sem o sobrevoar. Enquanto os sucessores dos célebres aviões U-2 (capazes de observar território antagonista sem deixar o espaço aéreo amigo) não estão operacionais, os EUA utilizam os SR-71 «BLACK-BIRD», com velocidade tripla da do som e a capacidade de localizar radares e gravar comunicações adversárias.

Os soviéticos usam os aviões turbo-hélice «BEAR» (designação NATO) de longo raio de acção e os MIG-25 de menor raio de acção, para fins de espionagem.

Ambas as superpotências servem-se de satélites para fotografar instalações e interceptar emissões rádio e radar. Alguns desses satélites dispõem de câmara de fotografia por infravermelhos insensíveis às camuflagens e têm sensibilidade para gravar, inclusivamente, conversações telefónicas entre automóveis circulando nas cidades.

PROCEEDINGS (EUA), de NOV81

Na sua qualidade de potência continental, a URSS tem tendência para considerar a sua Marinha com carácter defensivo, como se fosse um prolongamento do seu Exército para protecção dos flancos costeiros. Ao contrário, os EUA como potência marítima, concebem a sua Marinha com carácter ofensivo para contribuir para a defesa dos seus interesses em todo o Mundo.

Quanto ao Oceano Índico, a combinação dos poderes terrestre e naval soviéticos, tornada possível pela proximidade geográfica, confere á URSS uma posição de superioridade local convertível em maior influência diplomática, pelo que os EUA deverão restabelecer a sua superioridade militar na área do Golfo por meio de uma contínua presença naval e pela existência e prontidão da «Rapid Deployment Force» (RDF).

O Corpo de Fuzileiros da União Soviética dispõe de capacidade relativamente limitada, parecendo mais destinado a efectuar assaltos anfíbios de apoio em áreas próximas ou contíguas ao território do país, ou a colaborar na defesa costeira, sendo os seus efectivos de cerca de 12 000 homens (os EUA dispõem de 180 000). Poderão, porventura, actuar nos Estreitos dos Dardanelos e da Dinamarca, ou em pontos da retaguarda europeia — por exemplo na Normandia — para, conjuntamente com pára-quedistas, «aguardarem» a chegada de reforços da NATO.

REVISTA GENERAL DA MARINHA (ESP.), de DEC81

A revista norte-americana «Christian Science Monitor», pela pena do periodista Tim Harding, elogia a brilhante actuação das unidades navais espanholas no exercício «OCEAN VENTURE», salientando que a Armada espanhola tem capacidade para exercer o controle dos acessos do Estreito de Gibraltar e para outorgar a necessária potenciação naval ao arquipélago das Canárias na sua união com aquele Estreito.

Segundo a opinião de peritos norte-americanos, transcrita pelo correspondente dos EUA no diário madrileno «ABC», o mais importante contributo da Espanha para a NATO será a sua Marinha, que se encontra a par das dos membros da NATO do seu nível. Como reconhecimento disto, projecta-se estabelecer um novo Comando Marítimo da Aliança Atlântica com sede

em Cartagena e jurisdição desde a fronteira franco-espanhola até às Canárias, incluindo Gibraltar. Espera-se que este Comando do Sudoeste Europeu seja confiado plenamente à Espanha, e que se faça um ajustamento, tanto das zonas actuais de responsabilidade como da orgânica dos Comandos da NATO, que favoreçam não só esta, como a Espanha, e o próprio Ocidente, que assim verá notavelmente reforçado o seu esquema dissuasório-defensivo.

TIME (EUA), de 7DEC81

Dois dias antes da visita do Presidente Brejnev a Bona, a maior empresa de gás natural da RFA assinou um acordo de 25 anos para a compra anual de 10,5 bilhões de metros cúbicos de gás à União Soviética, que faz parte de um acordo realmente mais vasto, o maior já feito entre o Leste e o Oeste, segundo o qual será construído um oleoduto de 3000 milhas desde a Sibéria até ao coração da Europa. O Ocidente dará os materiais e a tecnologia para construir a estrutura, em troca de grandes quantidades de gás natural.

Embora no passado a URSS tenha usado as exportações de energia como elemento de coacção política interrompendo, por exemplo, o fornecimento à Jugoslávia, Israel e R. P. China, a Europa não tomou em consideração as preocupações de segurança manifestadas pelos EUA, na convicção de que a URSS não será provavelmente um fornecedor de menor confiança que outros, designadamente Argélia, Irão ou Líbia. Os EUA argumentam que a Europa tem possibilidade de resolver os seus problemas energéticos aumentando a utilização da energia nuclear, do gás norueguês e do carvão norte-americano, mas os europeus asseveram que essas alternativas não estão disponíveis, uma vez que há oposição séria de populações à utilização de energia nuclear, que a Noruega tem sido lenta no desenvolvimento do seu potencial em gás, e que os EUA não têm de momento capacidade para embarcar suficiente carvão para a Europa. Por outro lado, o acordo com a URSS significa mais postos de trabalho para europeus ocidentais. Os europeus sentem ainda que os argumentos norte-americanos teriam agora outro peso se tivessem adoptado uma atitude mais responsável quanto aos preços dos produtos energéticos e se tivessem, entretanto, desenvolvido a sua capacidade de exportação de carvão.

RUSI (UK), de DEC81

Segundo um membro da Comissão das Forças Armadas do Senado dos EUA, a este país põem-se 6 missões militares básicas, 3 de âmbito universal (equivalência estratégica, superioridade marítima e superioridade de projecção de forças) e 3 de âmbito regional (defesa da Europa NATO, do Leste Asiático e da Região do Golfo Pérsico), a cuja consecução se levantam sérias dificuldades, internas e externas. Entre as dificuldades de ordem interna, foi referido o problema da dotação orçamental para a Defesa e a questão humana (dúvidas acerca da capacidade profissional das Forças Armadas norte-americanas suscitadas pelo malogro da operação de socorro no Irão, pelo abuso da droga, pelo nível inferior evidenciado pelos que têm respondido ao conceito de Forças Armadas Voluntárias, e pelo ensino militar que tende mais a produzir gestores do que elementos combatentes). Quanto às dificuldades externas, foram mencionadas as tensões surgidas com os membros europeus da NATO (questões das armas nucleares tácticas e de teatro, e das demonstrações pacifistas e neutralistas e a credibilidade que a «Rapid Deployment Force» virá a ter entre os aliados das Regiões produtoras de matérias-primas vitais e de hidrocarbonetos).

Embora pareça não estar em perigo a permanência da Islândia na NATO, uma vez que cerca de 80% do seu eleitorado tem votado regularmente nos três partidos que são firmemente a seu favor, tal não invalida que exista forte oposição à presença da Força de Defesa norte-americana da Base de Keflavik, a ponto de esse sentimento ter proporcionado a criação dum partido em 1956, a Aliança Popular. Por outro lado, a par dum nacionalismo muito arreigado e de sentimentos neutralistas e isolacionistas tradicionais, que tendem a considerar a presença militar na Ilha como uma afronta, e que já obrigaram os militares norte-americanos a ter de se confinar àquela base e a passar a sua TV a sistema de circuito fechado, os islandeses continuam a manifestar-se maioritariamente pela não-existência de Forças Armadas próprias. Em resultado de tudo isto, a Islândia, apenas com uma companhia de fuzileiros norte-americanos, e perante crescentes interesses e presença aeronaval soviética nos mares do Norte, é extremamente vulnerável a um ataque de surpresa que vise a sua ocupação por forças soviéticas, ou apenas

a impossibilidade da sua utilização pela NATO no dealbar de um eventual conflito generalizado com o Pacto de Varsóvia.

Quanto ao futuro, verifica-se o crescente desencanto dos jovens islandeses com o marxismo e com o comportamento dos países do bloco comunista, designadamente com os casos da invasão do Camboja pelo Vietname e do Afeganistão pela União Soviética.

CAMBIO 16 (ESP.), de 4JAN82

O ano de 1982 começa para a Espanha com um processo de integração em marcha em duas grandes organizações ocidentais, a CEE e a NATO.

No respeitante à adesão à CEE existem problemas difíceis quanto a preços de produtos da agricultura e da pesca. No concernente à NATO, a carta de cidadania atlântica facultará à Espanha a participação com voz e voto (ou veto) em todas as decisões, informações e obrigações relativas à área geográfica do Tratado, de que resultarão frutos diplomáticos, militares e económicos. Entre estes, não haverá apenas que pensar nos derivados das oportunidades de participação na indústria de defesa, mas ainda na confiança que se gerará no investidor espanhol e estrangeiro em face da garantia de estabilidade que o «Club» oferece. Dos contactos havidos ressalta claro que, para além do contributo geral espanhol para o dispositivo de defesa da Aliança, a esta interessa cobrir por intermédio da Espanha o flanco correspondente ao eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, uma vez que o país constitui uma chave, dado que é simultaneamente atlântico, europeu e mediterrânico, e controla o Estreito de Gibraltar. As autoridades espanholas estão convencidas de que foi acertado prorrogar a negociação do Tratado Bilateral de Amizade e Cooperação com os EUA porque, com a plena integração na NATO, aquele tratado cobre uma dimensão distinta e dá maior margem de manobra à parte espanhola.

Quanto a Ceuta e Melilla, é um assunto em que interessa pensar muito e falar pouco. A Constituição espanhola diz que fazem parte do Reino de Espanha, e o artigo 11 do Tratado do Atlântico Norte diz claramente no seu primeiro ponto que «Este Tratado será ratificado e as suas disposições aplicadas pelas partes conforme os seus respectivos preceitos constitucionais». Numa palavra, o Governo de Madrid não crê que possa produzir-se uma nova «marcha verde» marroquina. Quanto a Gibraltar, «em 1982 o conten-

cioso gibraltino entrará em via de solução definitiva e irreversivelmente», segundo um alto funcionário espanhol muito ligado à Declaração de Lisboa.

O Governo decidiu nomear governadores civis para Ceuta e Melilla antes do Verão, o que encontra certas resistências no grupo dos militares africanistas para os quais ser Comandante General de Melilla era muito importante, mas que tem a vantagem de pôr os habitantes daqueles territórios em paralelo com os da Península. Inclusivamente, tal medida é conveniente, porque exercer funções de delegado do Governo exige uma militância política que não seria própria de um militar.

Na era pós-maoísta, a R. P. China permitiu a invasão da «Pepsi» e da «Coca-Cola», e a prospecção de petróleo no seu mar por empresas estrangeiras. Mas, em compensação, conseguiu manter em segredo o valor dos seus recursos em urânio, até que um técnico soviético que lá havia trabalhado revelou ao Ocidente que aquele país terá no seu subsolo algo como 800 000 toneladas de urânio, o que converte a China num dos países mais ricos do mundo neste campo.

A R. P. da China considera tão importante o seu urânio, que a exploração dele depende do Exército de Libertação Popular, que emprega 50 000 homens nesse campo. No entanto, parece que o urânio está a ser apenas empregado para fins militares, estando 70% da energia comercial do país dependente do carvão.

THE ECONOMIST (UK), de 9-15JAN82

O caso da Polónia pôs a nu diferendos profundos na Aliança Atlântica, tais como o facto de os norte-americanos e seus aliados da Europa Ocidental não terem necessariamente sempre perspectivas coincidentes, o que decorre, no caso vertente, das importantes relações económicas dos países europeus com aquele país do Leste. No entanto, já antes da crise polaca se notavam nos EUA ressentimentos e reacções que pareciam antieuropeias, falando-se de retirada das tropas norte-americanas da RFA e de reformulação das relações estratégicas dos EUA, designadamente quanto ao estacionamento de tropas no exterior e à capacidade de as projectar ao redor do Globo. Embora não se tratasse efectivamente duma estratégia para abandonar a defesa da Europa, parecia realmente que o era. No entanto, no próprio

Congresso decorriam debates sobre a opção entre uma estratégia marítima, de boa memória, ou continental, de má memória em duas guerras na Ásia.

O Congresso estava realmente a reconsiderar, quando se desencadeavam os acontecimentos na Polónia, de modo que nada de conclusivo se podia dizer quanto a sentimentos antieuropeus então existentes.

JEUNE AFRIQUE — 13 JAN 1982 — N.º 1097

O diagnóstico dos peritos da OCDE sobre a economia ocidental aponta para uma melhoria da situação na maior parte dos países. No entanto, este diagnóstico não é muito optimista porque o desenvolvimento não será o suficiente para absorver o desemprego e, pelo contrário, estima-se que o número de desempregados, que nos países da OCDE era de cerca de 21 milhões em 1981, passe a mais de 28 milhões no fim de 1982.

A acreditar-se nas previsões, os aumentos de produção serão espectaculares em 1982 porque se estima que as produções nacionais nos EUA e no Japão aumentem 4%, na França e na Alemanha 3% e na Grã-Bretanha, Itália e Canadá situar-se-ão à volta de uns modestos 2%.

Contudo, estes aumentos das produções nacionais não serão ainda suficientes para absorver o desemprego. Dentro de um ano haverá 12% de desempregados na Grã-Bretanha, 9% nos EUA e na Itália, mais de 8% em França e no Canadá, 6% na RFA e somente 2% no Japão.

Por outras palavras, para pôr fim ao problema do desemprego será preciso dar uma aceleração suplementar à produção, o que não é nada fácil em razão da evolução dos preços e da generalizada fragilidade da situação financeira.

No capítulo da subida dos preços, a inflação será menor em 1982. Em França, por exemplo, para o fim de 1982 estima-se em 13% contra os 15% actuais, enquanto na Inglaterra e na América — para já não falar na Alemanha e no Japão — a subida dos preços cairá para menos de 10%.

JEUNE AFRIQUE — 13 JAN 1982 — N.º 1097

Ao longo da crise polaca os diplomatas americanos não deixaram de afirmar que o diálogo com Moscovo não se tinha rompido e que a troca de correspondência entre Regan e Brejnev deixava a porta aberta para as negociações, mesmo sobre a Polónia.

A exploração desta atitude prudente e ponderada, que contrasta com o tom duro do Presidente e com o pessimismo do Secretário de Estado Alexander Haig, encontra-se nas perspectivas quanto às negociações entre Washington e Moscovo sobre o controle e redução de armamentos.

Apesar do grande segredo de que se rodeiam as reuniões de Genebra que tratam da redução de armas nucleares de teatro, pode-se afirmar que as primeiras conversações levam à conclusão de que os soviéticos concordam em desmantelar os seus sistemas de armas mais antigas (SS4 e SS5) e mesmo alguns dos modernos SS20, e que os americanos aceitam renunciar à montagem dos Pershing II e dos mísseis de cruzeiro se, por sua vez, os russos renunciarem completamente aos SS20. Por seu turno, os soviéticos parece não aceitarem desistir da totalidade dos seus SS20 enquanto os americanos tiverem projectos para a construção de mísseis ar-solo e, sobretudo, mar-solo, dotados de uma enorme precisão. Acontece que estes tipos de mísseis não se incluem na categoria de armas de teatro e são do domínio das SALT.

Em consequência, os negociadores americanos e soviéticos chegaram à conclusão de que para sair do impasse se torna necessário retomar as conversações SALT simultaneamente com as trocas de opinião sobre as armas de teatro.

Deste modo se justifica que, em plena crise polaca, o Departamento de Estado tenha noticiado um possível encontro cimeiro entre Reagan e Brejnev, ainda durante 1982.

CAMBIO 16 (ESP.), de IFEV82

Os constrangimentos provocados pelos franceses relativamente à circulação de produtos espanhóis para a Europa e a passividade francesa quanto ao problema basco mostram que, para a Espanha, ter a França como vizinho, colocado entre si e os restantes países europeus, constitui uma calamidade histórica geradora de infinitos sofrimentos. Para ultrapassar tal problema, haveria que desenvolver em Espanha uma firme vontade nacional plasmada em firmes instituições democráticas para se poder exercer uma política externa de defesa dos interesses nacionais frente ao mundo e, especialmente, face ao inevitável vizinho francês.

TIME (EUA), de 15FEV82

Estão a ser criados novos negócios nos EUA a um ritmo nunca visto, alguns deles com grande sucesso, da iniciativa de empresários jovens. Estes inovadores em «blue jeans» estão arriscando em indústrias do século 21, explorando as potencialidades de inventiva e de empreendimento que são agora mais favoráveis do que nunca na história da Humanidade. Estas novas companhias estão-se tornando uma fonte vital do crescimento da economia norte-americana, tendo já criado cerca de 3 milhões de novos empregos em 10 anos. Será talvez o espírito empreendedor da sua juventude, agora de novo apoiado pelo Estado, a maior vantagem dos EUA nos mercados mundiais altamente competitivos, relativamente à Europa ou ao Japão, que não têm uma tradição tão forte quanto a aventureirismo de lançamento de novas pequenas empresas dedicadas ao desenvolvimento de produtos revolucionários. Por exemplo a sociedade japonesa é muito mais organizada que a dos EUA, mas as grandes organizações tendem a evitar riscos. Nas indústrias actuais que empregam alta tecnologia a proximidade das matérias-primas ou da água não é tão importante como foi, por exemplo, para a indústria automóvel. Por outro lado, o espírito empreendedor parece florescer à volta das Universidades, tendo as descobertas feitas nos laboratórios aplicação frequente em novas produções. A mais explosiva área de desenvolvimento situa-se a sul de S. Francisco, onde antigamente a fonte principal de riqueza eram pomares de alperches e doutras fruteiras — hoje, a produção de semicondutores, desenvolvida a partir dos anos 60, deu já à região o nome de «Silicon Valey»; um empresário da área costuma dizer que «viver aqui é estar montado no nariz dum vaivém espacial, a galopar para o futuro». O espírito e o apoio ao cultivo do risco, ou o espírito de pioneiro, implica a combinação, não muito comum, de características humanas que têm pouco a ver com a geografia, tais como autoconfiança, visão, ânsia de ser responsável, ambição de controlar o próprio destino, espírito de independência, rebeldia, egoísmo inclusivamente, etc. É este tipo de indústrias irreverentes que está conduzindo os EUA para um futuro de alta tecnologia.

